



República Federativa do Brasil

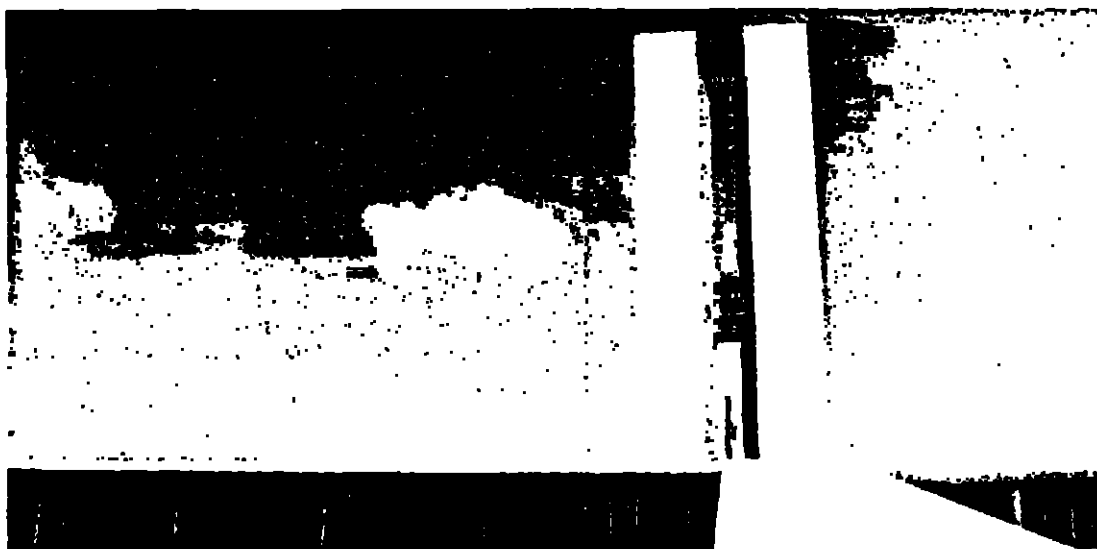
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXXVIII — Nº 158

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 19 DE NOVEMBRO DE 1983



**Ata da 209ª Sessão,
em 18 de novembro de 1983**

**1ª Sessão Legislativa Ordinária,
da 47ª Legislatura**

*Presidência do Sr. Moacyr Dalla,
Lomanto Júnior e Almir Pinto.*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Iris Célia — Galvão Modesto — Odacir Soares —
Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros —
Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — João
Lobo — Almir Pinto — Virgílio Távora — Martins Fi-
lho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha —
Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel —
Guilherme Palmeira — Passos Pôrto — Jutahy Maga-
lhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon —
Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Itamar Franco —
Alfredo Campos — Derval de Paiva — Pedro Simon —
Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A lista de
presença acusa o comparecimento de 31 Srs. Senadores.
Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura do Expedien-
te.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE PARECERES

PARECER Nº 1.012, DE 1983

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o
Projeto de Lei do Senado nº 232, de 1983, que "esten-
de aos trabalhadores rurais o regime de previdência e
assistência social-urbana, bem como a legislação do
seguro de acidentes do trabalho, e dá outras providên-
cias".

Relator: Senador Helvídio Nunes.

O Projeto de Lei Complementar nº 232, de 1983, de
autoria do eminente Senador Nelson Carneiro, "estende
aos trabalhadores rurais o regime da previdência e assis-
tência social-urbana, bem como a legislação do seguro
de acidentes do trabalho".

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 209ª SESSÃO, EM 18 DE NOVEMBRO DE 1983

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Pareceres encaminhados à Mesa

1.2.2 — Expediente recebido

— Lista nº 6, de 1983.

1.2.3 — Comunicação da Presi- dência

— Recebimento da documen-
tação necessária à tramitação do
Ofício nº S/29/83, lido na sessão
anterior.

1.2.4 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº
295/83, de autoria do Sr. Senador
Roberto Saturnino, que concede
isenção do Imposto sobre Produtos
Industrializados para aquisição de

automóveis a álcool, por deficiente
físico, nas condições que especifica.

1.2.5 — Discursos do Expediente

SENADOR LUIZ VIANA —
Homenagem póstuma ao Presen-
te Nilo Coelho.

FALA DA PRESIDÊNCIA —
Associativa às homenagens presta-
das ao Presidente Nilo Coelho.

SENADOR HÉLIO GUEIROS

— Saída do Sr. Hélio Beltrão dos
quadros da Administração Fede-
ral. Indicação do Sr. Jarbas Passa-
rinho para o Ministério da Previ-
dência e Assistência Social.

1.2.6 — Requerimento

— Nº 855/83, de autoria do Sr.
Senador José Sarney, solicitando
autorização do Senado Federal
para participar, como Observador

Parlamentar, da Delegação do Bra-
sil à XXXVIII Sessão da Assem-
bleia Geral das Nações Unidas.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº
106/66 (nº 314/63, na Casa de ori-
gem) que dispõe sobre o consumo
do carvão metalúrgico nacional nas
empresas siderúrgicas a coque.
Apreciação adiada por falta de
"quorum".

— Projeto de Lei da Câmara nº
115/75 (nº 1.411/73, na Casa de
origem) que veda a ocupante de
cargos de Ministros e Conselheiros
a aposentadoria antes de quatro
anos de exercício no cargo. Apre-
ciação adiada por falta de "quo-
rum".

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

— Projeto de Lei da Câmara nº 111/77 (nº 286/75, na Casa de origem) que dispõe sobre a substituição do certificado de escolaridade pelo título de eleitor, nos casos de admissão em emprego. *Apreciação adiada por falta de "quorum"*.

— Projeto de Lei da Câmara nº 100/78 (nº 2.002/76, na Casa de origem) que institui salário adicional para os empregados no setor de energia elétrica, em condições de periculosidade. *Apreciação adiada por falta de "quorum"*.

— Projeto de Lei da Câmara nº 102/78 (nº 2.357/76, na Casa de origem) que faculta o abatimento no Imposto de Renda das contribuições para as igrejas de quaisquer credos, na forma que menciona. *Apreciação adiada por falta de "quorum"*.

— Projeto de Lei da Câmara nº 109/78 (nº 1.964/76, na Casa de origem) que altera a redação do art. 126 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que "dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a reforma administrativa, e dá outras providências. *Apreciação adiada por falta de "quorum"*.

— Projeto de Lei da Câmara nº 127/78 (nº 1.423/75, na Casa de origem) que proíbe a pesca predatória e dá outras providências. *Apreciação adiada por falta de "quorum"*.

— Projeto de Lei da Câmara nº 131/78 (nº 2.961/76, na Casa de origem) que dispõe sobre a propaganda e a publicidade nas entidades executantes dos serviços de radiodifusão e determina outras pro-

vidências. *Apreciação adiada por falta de "quorum"*.

— Projeto de Lei da Câmara nº 93/80 (nº 1.151/79, na Casa de origem) que dispõe sobre incentivos à produção de álcool e determina outras providências. *Apreciação adiada por falta de "quorum"*.

— Projeto de Lei da Câmara nº 95/80 (nº 3.308/77, na Casa de origem) que institui o Dia Nacional da Poesia. *Apreciação adiada por falta de "quorum"*.

— Projeto de Lei da Câmara nº 96/80 (nº 144/79, na Casa de origem) que define ilícitos de natureza fiscal e estabelece prazo de prescrição. *Apreciação adiada por falta de "quorum"*.

— Projeto de Lei do Senado nº 339/78, que dispõe sobre a extinção da enfiteuse de bens públicos e particulares, e dá outras providências. *Apreciação adiada por falta de "quorum"*.

— Projeto de Lei do Senado nº 280/80, determinando que a Ordem dos Advogados do Brasil opine sobre a escolha de magistrados que devam integrar tribunais com jurisdição em todo território nacional. *Apreciação adiada por falta de "quorum"*.

— Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 9/83 (nº 132/82, na Câmara dos Deputados) que aprova o texto do protocolo de prorrogação do acordo sobre o comércio internacional de têxteis (Acordo Multifibras), assinado em Genebra, a 9 de fevereiro de 1982 que inclui as "conclusões adotadas pelo Comitê de Têxteis em 22 de dezembro de 1981". *Aprovada. À promulgação.*

— Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1983 (nº 2/83, na Câmara dos Deputados) que aprova o texto do acordo comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular do Congo, celebrado em Brasília, a 7 de julho de 1982. *Aprovada. À promulgação.*

1.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

— Adiamento da apreciação do Requerimento nº 855, de 1983, lido no Expediente.

1.5 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR GABRIEL HERMES — Acolhida com que foi distinguido o ex-Senador Jarbas Passarinho, por ocasião de sua chegada à cidade de Belém, na condição de Ministro da Previdência e Assistência Social.

SENADOR MARCO MACIEL — Defesa da adoção de uma política global de recursos hídricos para o País e, em particular, para o Nordeste.

SENADOR JOÃO LOBO — Indicação feita pelo Ministro Jarbas Passarinho, do Dr. Jofran Frejat, para exercer o cargo de Secretário-Geral do Ministério da Previdência e Assistência Social.

SENADOR MARTINS FILHO — Defesa das eleições diretas para Presidente e Vice-Presidente da República.

SENADOR ITAMAR FRANCO — "Carta de Belo Horizonte", aprovada no I Congresso de Economistas de Minas Gerais.

2. Na justificação, o ilustre representante do Rio de Janeiro esclarece:

"A presente proposição, com algumas alterações de redação, vem de ser enviada ao signatário pela Câmara Municipal de Presidente Prudente..."

E mais adiante:

"Ela... procura englobar as idéias do trabalho da Comissão instituída por decreto presidencial de 1979 e as da segunda versão oriunda do Ministério da Previdência e Assistência Social que, segundo consta, está na Casa Civil da Presidência da República. Utiliza-se, ainda, dos resultados de discussões, a nível estadual, havidas nas federações de trabalhadores rurais e, finalmente, de reivindicações acolhidas durante o 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em Brasília, em 1979."

3. Vazado em vinte e dois artigos, não há dúvidas de que a proposição representa um ideal a atingir, vez que nada mais natural e humano do que estender os trabalhadores do campo, que são os grandes responsáveis pela produção e riqueza nacionais, os benefícios de que hoje desfrutam, embora algumas vezes ainda que não com a eficiência e presteza recomendáveis, do regime de previdência social-urbana.

Auxílio-doença, aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria especial, abono de permanência em serviço, auxílio-natalidade, salário-família, abono anual, apenas exemplifico alguns dos benefícios que ainda não chegaram aos trabalhadores do campo.

4. A proposição a tudo contempla. E chega mesmo a estabelecer que, "independente de contribuição direta, os trabalhadores rurais em geral, fazem jus aos benefícios pecuniários previstos na Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 e legislação posterior pertinente, em valores equivalentes ao salário mínimo de maior valor do País" (art. 2º).

Previdente o ilustrado Autor oferece inclusive as fontes de custeio do programa, que são as existentes na previdência urbana (art. 8º, nºs I, II e III) e na legislação instituidora da assistência ao trabalhador rural.

5. A proposição vai mais longe. Assegura os benefícios e serviços da legislação de seguros de acidentes do trabalho urbano aos trabalhadores rurais (art. 12), manda que a pensão devida por acidente seja concedida independentemente da data de falecimento do trabalhador rural (art. 13) e institui Conselhos Administrativos "objetivando a fixação de critérios na prestação de serviços e concessão de benefícios".

SENADOR ALFREDO CAMPOS — Artigo publicado no "Jornal do Brasil", sob o título *Como evitar o caos*, de autoria do Dr. José Alencar da Silva.

1.6 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

— Término do prazo para apresentação de emenda ao Projeto de Resolução nº 115, de 1983.

1.7 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — DISCURSOS PROFERIDOS EM SESSÕES ANTERIORES

Do Sr. Milton Cabral, pronunciado na sessão de 16-11-83.

Do Sr. Almir Pinto, pronunciado na sessão de 16-11-83.

Do Sr. Itamar Franco, pronunciado na sessão de 17-11-83.

3 — ATO DO PRESIDENTE Nº 117, de 1983

4 — ERRATAS

— Referentes ao Edital de Concurso Público para Assessor Parla-

mentar, e ao Manual de Programas e Instruções.

5 — CONSELHO DE SUPERVISÃO DO CENTRO GRÁFICO DO SENADO

6 — MESA DIRETORA

7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES E PARTIDOS

8 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

O Projeto de Lei Complementar nº 232, de 1983, pois, tem o mais longo alcance social e é daqueles que os legisladores, em geral, gostariam de ter a paternidade.

6. Acontece que, no sistema jurídico-constitucional em vigor no País, o poder de iniciativa dos Senadores e Deputados é muito restrito.

Não bastasse a vedação alegada, no caso particular, o art. 165, parágrafo único, da Carta Magna vigente não deixa margem a qualquer dúvida:

"Nenhuma prestação de serviço de assistência ou de benefício compreendidos na Previdência Social será criada, majorada ou estendida, sem a correspondente fonte de custeio total."

Assim, relevantes as razões de mérito, a proposição não poderá prosperar, infelizmente, pelo vício da inconstitucionalidade.

É o parecer.

Sala da Comissão, 16 de novembro de 1983. — Murilo Badaró, Presidente. — Helvídio Nunes, Relator. — Odacir Soares — Guilherme Palmeira — José Ignácio Ferreira — Hélio Gueiros — Amaral Furlan — Almir Pinto — Marcondes Gadelha — José Fragelli.

PARECER Nº 1.013, DE 1983

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 179, de 1983, que "assegura direito à aposentadoria especial à categoria que especifica".

Relator: Senador Helvídio Nunes

O Projeto sob exame, de autoria do ilustre Senador Nelson Carneiro institui aposentadoria especial aos vinte e cinco anos de serviço, com proventos integrais, a favor do condutor de empilhadeiras em atividades portuárias.

2. Na justificação, argui o Autor:

"Os motoristas ou condutores de empilhadeiras, nos portos, exercem a sua atividade dentro das mais precárias condições, trabalhando ininterruptamente, mesmo quando chove. Na execução de suas tarefas, as máquinas com as quais operam e das quais dependem dezenas de trabalhadores ao mesmo tempo, movimentam-se em pisos desníveis, causando trepidações violentas e afetando o operador, notadamente na coluna vertebral, sem contar os prejuízos relacionados à digestão."

3. O Projeto não oferece óbices de natureza constitucional, mas é injurídico. Com efeito, dispõe o art. 9º da Lei nº 5.890/73: "a aposentadoria especial será concedida ao segurado que, contando no mínimo 5 (cinco) anos de contribuição, tenha trabalhado durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos pelo menos conforme atividade profissional, em serviços que, para esse efeito, forem considerados penosos, insalubres ou perigosos, por decreto do Poder Executivo".

4. Neste Colegiado, sempre manifestei a orientação ao longo dos anos, de que o reconhecimento das condições de trabalho consideradas penosas, insalubres ou perigosos somente deve ser feito através de órgão técnico, jamais pela via Legislativa.

Aliás, o art. 209 da Consolidação das Leis do Trabalho cuida suficientemente da matéria, pois que define as condições ou métodos laborativos em funções dos quais os empregados são expostos a agentes físicos, químicos ou biológicos nocivos, capazes de produzir doenças que constem dos quadros aprovados pelo Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho.

5. Assim sendo, compete ao Executivo declarar, *in casu*, quais as atividades penosas, insalubres ou perigosas, para efeito de aposentadoria especial. Sem que as razões de alteração da sistemática jurídica vigente, entretanto sejam excepcionalmente relevantes, não deve ser permitido ao legislador ordinário a criação de situações privilegiadas para a obtenção de aposentadoria especial.

6. Ante o exposto, o parecer é pela rejeição do Projeto por injurídico, inobstante seus elevados propósitos.

Sala da Comissão, 16 de novembro de 1983. — Murilo Badaró, Presidente. — Helvídio Nunes, Relator. — Guilherme Palmeira — José Ignácio Ferreira — Hélio Gueiros — Almir Pinto — Amaral Furlan — José Fragelli.

PARECER Nº 1.014, DE 1983

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 7, de 1982, que "dispõe sobre a concessão de passe livre nos trens da RFFSA, aos seus servidores".

Relator: Senador José Fragelli

Com o projeto sob exame, de autoria do nobre Senador Nelson Carneiro, pretende-se que os servidores da Rede Ferroviária Federal — seja qual for o vínculo empregatício, inclusive em relação aos aposentados de quaisquer das ferrovias que integram a Rede — tenham direito a passe livre nos transportes oferecidos pela empresa.

Na Câmara, projeto correlato foi rejeitado e aqui, no Senado, encontra-se arquivado o PLS nº 303/81, também de autoria do Senador Nelson Carneiro, versando igualmente o mesmo assunto. Nesta proposição arquivada, porém, o autor autoriza a Rede Ferroviária Federal a conceder os passes a seus servidores e, na sua justificação, reconhece que "a Constituição, expressamente, veda proposições que aumentem a despesa pública. Mas não existe, em todo seu contexto, um único dispositivo a proibir que qualquer lei venha a concorrer para diminuir a receita da União".

Na verdade, o artigo 65 da Constituição — entre tantos outros que, a qualquer pretexto, inibem as atribuições do Poder Legislativo — prescreve claramente:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, conce-

dam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública."

Embora tal texto se inclua na Seção referente ao Orçamento, verifica-se que seu conteúdo abrange iniciativas que extrapolam o instante da elaboração orçamentária.

Em que pese a justeza da medida pleiteada pelo projeto, parece claro que a mesma influenciaria, de algum modo, na vida financeira da Rede Ferroviária Federal, sabidamente deficitária em condições alarmantes. E, por se tratar de um auxílio, está impedida de iniciar-se, em termos legislativos, por obra parlamentar.

Isto posto, opino pela rejeição do projeto, por inconstitucional, embora ressalte o espírito público que animou sua elaboração.

Sala da Comissão, 16 de novembro de 1983. — Murilo Badaró, Presidente. — José Fragelli, Relator. — Helvídio Nunes — Guilherme Palmeira — José Ignácio Ferreira — Alfredo Campos — Marcondes Gadelha — Hélio Gueiros, vencido.

PARECERES Nºs 1.015 E 1.016, DE 1983.

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 186, de 1983 (nº 1.980/83, na origem), que "retifica sem ônus a Lei nº 7.053, de 6 de dezembro de 1982, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1983".

PARECER Nº 1.015, DE 1983

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Almir Pinto.

A proposta em tela, proveniente da Câmara dos Deputados, onde foi apresentada por iniciativa da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, resultou aprovada pelo Plenário daquela Casa, sendo submetida nos termos do art. 58 da Constituição Federal à Revisão do Senado Federal.

Visa o Projeto a retificação de erros materiais contidos na Lei de Meios em vigor ou à substituição de entidades que não tenham, até então, obtido registro no Conselho Nacional de Serviço Social, do Ministério da Educação e Cultura.

Sob o aspecto jurídico-constitucional, específico desta Comissão, pronunciemo-nos pela aprovação do Projeto.

Sala da Comissão, 16 de novembro de 1983. — Murilo Badaró, Presidente — Almir Pinto, Relator — Helvídio Nunes — Martins Filho — Alfredo Campos — Hélio Gueiros — Marcondes Gadelha — José Fragelli.

PARECER Nº 1.016, DE 1983.

Da Comissão de Finanças

Relator: Senador Jutahy Magalhães.

O presente projeto, apresentado por iniciativa da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas da Câmara dos Deputados, visa a retificação da Lei nº 7.053, de 6 de dezembro de 1982, Lei Orçamentária da União para o exercício financeiro de 1983.

A proposição, que não implica aumento de despesa, objetiva eliminar incorreções na publicação do Adendo da citada Lei nº 7.053, de 6 de dezembro de 1982. Tais incorreções referem-se a erros cometidos na transcrição de nomes de entidades contempladas naquela Lei ou à substituição de entidades que não tenham, até então, obtido registro indispensável no Conselho Nacional de Serviço Social, do Ministério da Educação e Cultura, ou, ainda, impropriedades que as impedem de receber o benefício social.

Das sugestões apresentadas, no Projeto original, 2 (duas) não merecem acolhida, vez que o Conselho Nacional de Serviço Social já emitiu ordem de pagamento para as entidades, a saber:

— Maranhão — Luís Domingues

Grupo Escola Betel (sendo Cr\$ 30.000,00 para assistência social) Cr\$ 30.000,00

— Maranhão — Alto Parnaíba
Escola Normal de Alto Parnaíba (sendo Cr\$ 50.000,00 para bolsas de estudo) .. Cr\$ 50.000,00

Nesta Casa, foram apresentadas emendas os nobres Senadores Alexandre Costa, Henrique Santillo, José Fragelli e Saldanha Derzi que se enquadram no objetivo do Projeto, e que merecem aproveitadas, em face do critério que orienta o exame da matéria.

Assim, opinamos pela aprovação do projeto, excluídas as entidades acima relacionadas, nos termos das seguintes emendas:

Emenda nº 1-CF

Onde se lê:

MARANHÃO VITÓRIA DO MEARIM

Hospital e Maternidade de Aliete Belo Martins 100.000,00

SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS

Liga da Proteção e Assistência à Velhice, à Maternidade e à Infância 50.000,00

SANTA HELENA

Associação Cultural Recreativa Beneficente Nezinho Soares 30.000,00

RIACHÃO

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Riachão 30.000,00

Instituição Assistencial Nossa Senhora do Perpétuo Socorro 30.000,00

PEDREIRAS

Ginásio Gonçalves Dias (Sendo 30.000,00, para bolsas de estudo) 30.000,00

Colégio Correia de Araújo (Sendo 100.000,00, para bolsas de estudo) 100.000,00

PARNARAMA

Centro Artístico Primeiro de Maio 50.000,00

Leia-se:

PARAÍBA

CAMPINA GRANDE

Fundação Universidade Regional do Nordeste (Sendo 420.000,00 para bolsas de estudo) 420.000,00

Emenda nº 2-CF

Onde se lê:

MARANHÃO

PARNARAMA

Associação de Proteção à Infância e à Maternidade de Parnarama 50.000,00

Luis Domingues

Ambulatório de Enfermagem Bom Jesus — Luis Domingues — MA, mantida por: Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância Luis Domingues 30.000,00

LAGO DO JUNCO

Clube Esperança das Mães Juncoenses .. 30.000,00

GRAJAU

Escola Gonçalves Dias (Sendo 50.000,00, para bolsas de estudo) 50.000,00

DOM PEDRO

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dom Pedro 50.000,00

CURURUPU

Santa Casa de Misericórdia de Cururupu 50.000,00

Obras Sociais da Paróquia de Cururupu . 30.000,00

Igreja Cristã Evangélica 30.000,00

Associação de Proteção à Infância e Assistência à Maternidade de Cururupu 30.000,00

BARÃO DE GRAJAU

Paróquia de Barão de Grajaú 50.000,00

Obras de Assistência Social da Paróquia de Santo Antônio de Barão de Grajaú 50.000,00

Caixa do Pobre 50.000,00

Leia-se:

MARANHÃO

BURITI

Prefeitura Municipal de Buriti (Sendo 500.000,00, para Assistência Social) 500.000,00

Emenda nº 3-CF

Onde se lê:

MARANHÃO

MATÕES

Prefeitura Municipal de Matões (sendo 200.000,00 para Assistência Social) 200.000,00

MONTES ALTOS

Prefeitura Municipal de Montes Altos (sendo 100.000,00 para Assistência Social) 100.000,00

ROSÁRIO

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Rosário) 200.000,00

SÃO LUIS

Centro de Ação Comunitária Deputado Jefferson da Costa Nunes 170.000,00

TIMON

Caixa do Pobre 100.000,00

Leia-se:

MARANHÃO

ROSÁRIO

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Rosário 100.000,00

SÃO LUIS

Centro de Ação Comunitária Deputado Jefferson da Costa Nunes 70.000,00

CAXIAS

Prefeitura Municipal de Caxias (sendo 600.000,00 para Assistência Social) 600.000,00

Emenda nº 4-CF

Onde se lê:

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE

Hospital Adventista de Campo Grande 1.000.000,00

Hospital Adventista do Pênfigo (sendo 200.000,00 para Assistência Social) 1.160.000,00

Leia-se:

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE

Hospital Adventista do Pênfigo 160.000,00

Hospital Matogrossense do Pênfigo .. 2.000.000,00

Emenda nº 5-CF

Onde se lê:

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE

União Universitária de Negócios e Administração (Sendo 710.000,00 para bolsas de estudo) . 710.000,00

PARANÁ

BANDEIRANTES

Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneguel (Sendo 1.660.000,00 para bolsas de estudo) 1.740.000,00

Leia-se:

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE

União Universitária de Negócios e Administração (sendo 650.000,00 para bolsas de estudo) . 650.000,00

PARANÁ

BANDEIRANTES

Fundação Faculdade de Agronomia Luis Meneguel (Sendo 1.660.000,00 para bolsas de estudo) 1.660.000,00

GOIÁS

SÃO LUIS DE MONTES BELOS

Prefeitura Municipal de São Luís de Montes Belos (Sendo 140.000,00 para Assistência Social) 140.000,00

Sala das Comissões, 17 de novembro de 1983. — Itamar Franco Presidente — Jutahy Magalhães Relator — Almir Pente — Guilherme Palmeira — Octávio Cardoso — Hélio Gueiros — Iris Cella — Passos Pôrto — Roberto Saturnino.

LISTA Nº 6 DE 1983

EM 17 DE NOVEMBRO DE 1983

Telegramas recebidos pelo Senado Federal por ocasião do falecimento do Senhor Senador Nilo Coelho:

— do Senhor Vereador Manoel Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de São Luís.

— da Senhora Nazaré Carvalho, Presidente da Câmara Municipal de Aracaju.

— da Câmara Municipal de Rincão — SP.

— do Senhor Jorge Sá Freire de Pinho, Comandante do IV Exército.

— do Senhor Deputado Sebastião Ferreira — BA.

— do Senhor Deputado Furtado Leite, Presidente do IPC — DF.

— do Senhor José Cristofaro, Procurador-Geral da Justiça do Trabalho.

— do Senhor Carlos Semmler, Presidente da Câmara Municipal de Santa Barbara do Oeste — SP.

— do Senhor José Vicente Filho, Presidente da Câmara Municipal de Niterói — RJ.

— do Senhor Dival Figueiredo Machado, Presidente da Câmara Municipal de Santana — BA.

— do Senhor Vereador José de Siqueira Alves, Presidente da Câmara Municipal de Ipubi — PE.

— do Senhor Vereador Alceu Barbosa da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Miguelópolis — SP.

— do Senhor Pinheiro Neto, Presidente da Câmara Municipal de Rinópolis — SP.

— do Senhor Genuino Borba, Presidente da Câmara Municipal de Cacoal — RO.

— do Senhor Vereador Nestor Rocha, Secretário Municipal de Turismo e Esporte — RJ.

— do Senhor Fábio Magalhães, Secretário Municipal de Cultura — SP.

— dos Diretores das trinta Delegacias Regionais de Ensino, Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais.

— do Senhor Antônio Carlos Bernárdo, Chefe de Gabinete da Secretaria da Promoção Social — SP.

— do Senhor General Djenal Tavares Queiroz, Secretário da Habitação e Previdência Social do Estado de Sergipe.

— do Senhor Pacheco Alves, Secretário da Cultura do Estado de São Paulo.

— do Senhor Nion Albernaz, Prefeito de Goiânia.

— do Senhor Guilherme Bassedas Costa, Prefeito Municipal de Sant'Ana do Livramento — BA.

— do Senhor Sebastião Fafa, Prefeito Municipal de Afonso Cláudio — ES.

— do Senhor Benevenuto Santos Neto, Prefeito Municipal de Volta Redonda — RJ.

— do Senhor Geraldo Pinho Alves, Prefeito Municipal de Paulista — PE.

— do Senhor José Artur, Prefeitura Municipal de Limoeiro — PE.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Na sessão extraordinária de ontem, dia 17, foi lido o Ofício nº S/29, de 1983, do Governador do Estado do Maranhão, solicitando autorização do Senado para que aquele Estado possa realizar operação de empréstimo externo, no

valor de US\$ 15,000,000.00 (quinze milhões de dólares americanos).

A matéria ficou aguardando, na Secretaria-Geral da mesa, a complementação dos documentos necessários.

Tendo a Presidência recebido os referidos documentos, despachará a matéria às Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 295, DE 1983

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para a aquisição de automóveis a álcool, por deficiente físico, nas condições que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os automóveis de passageiros com motor a álcool até 100 CV (100 HP) de potência bruta (SAE), quando adquiridos por pessoas portadoras de deficiência física não transitória que, para locomover-se, necessitem de veículo automotor.

Parágrafo único. O benefício previsto nesta lei poderá ser utilizado uma única vez, salvo nos casos excepcionais em que ocorra destruição completa do veículo.

Art. 2º O imposto não incidirá, ainda, sobre acessórios ou equipamentos necessários à adaptação do veículo à utilização da pessoa deficiente física.

Art. 3º Aplicam-se às aquisições de veículos com base nesta lei, no que couberem e não a contrariarem, as disposições do Decreto-lei nº 1.944, de 15 de junho de 1982.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Justifica-se a medida aqui pleiteada, em tudo e por tudo igual à prevista no Decreto-lei nº 1.944, de 15 de junho de 1982, pelo fato de que os deficientes físicos não contam com transporte coletivo adaptado, máxime quando são portadores de deficiência física motora nos membros inferiores (que, portanto, utilizam cadeira de rodas, muleta, aparelho de marcha, etc.).

Sala das Sessões, 18 de novembro de 1982. — Roberto Saturnino.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 1.944, DE 15 DE JUNHO DE 1982

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para táxi com motor a álcool

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição, decreta:

Art. 1º Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados os automóveis de passageiros com motor a álcool até 100 CV (100 HP) de potência bruta (SAE), quando adquiridos por:

I — motoristas profissionais que, comprovadamente, exercem a atividade de condutor autônomo de passageiros e desde que destinem o automóvel à utilização nessa atividade, na categoria de aluguel (táxi);

II — pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de trabalho, que sejam permissionárias ou concessionárias de transporte público de passageiros, na categoria de aluguel (táxi), e desde que destinem tais veículos automotores à utilização nessa atividade.

Parágrafo único. Ressalvados os casos excepcionais em que ocorre destruição completa do veículo, o benefício previsto neste artigo somente poderá ser utilizado

uma única vez, na hipótese do item I, e em quantidade não-superior ao montante dos veículos integrantes da frota da empresa à data da publicação do presente Decreto-lei, na hipótese do item II.

Art. 2º Ficam assegurada a manutenção do crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados, relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material em embalagem, efetivamente na industrialização dos produtos a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º Constitui condição para aplicação do disposto nos artigos 1º e 2º deste Decreto-lei a transferência, para o adquirente, dos correspondentes benefícios.

Parágrafo único. O imposto incidirá, normalmente, sobre quaisquer acessórios opcionais, que não sejam equipamentos originais do modelo do veículo adquirido.

Art. 4º A alienação do veículo, adquirido com isenção, a pessoas que não satisfaçam os requisitos e as condições estabelecidas no artigo 1º, implicará o pagamento, pelo alienante, do tributo dispensado, monetariamente corrigido, com redução de 1/3 (um terço) do valor relativamente a cada ano civil transcorrido a partir da data da aquisição.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo acarretará, além da exigência do tributo corrigido monetariamente, a cobrança de multa e juros moratórios, previstos na legislação própria para a hipótese de fraude na falta de pagamento do imposto devido.

Art. 5º O Ministro da Fazenda poderá expedir os atos complementares necessários à aplicação do disposto neste Decreto-lei.

Art. 6º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 30 de junho de 1983, revogadas as disposições em contrário. — **JOÃO FIGUEIREDO** — Presidente da República. — **Carlos Viacava**.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Luiz Viana.

O SR. LUIZ VIANA (PDS — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Senado perdoará antecipar-me às homenagens que serão prestadas ao inolvidável Presidente Nilo Coelho.

Desejei, porém, ser apenas a palavra do amigo que o conheceu há décadas, e hoje sofre o prematuro e inesperado desaparecimento do companheiro de jornada.

Quem outrora descia o São Francisco, vencidas as corredeiras sobre as quais se levantou a barragem de Sobradinho, deparava, na margem direita, a antiga Passagem dos Bandeirantes, a cidade de Juazeiro, chão da minha gente. De frente, na outra margem, estava a pequena Petrolina, extrema do Estado de Pernambuco, e onde despontava o domínio dos Coelhos. Ai, em 1920, nasceu Nilo Coelho, filho do Cel. Clementino de Souza Coelho, o velho Quelé, como todos nós o conhecíamos, e de D. Josefa Coelho, uma dessas admiráveis e extraordinárias mulheres, cuja forte personalidade se sobreporia aos infortúnios do destino, certa de que dela, da inquebrantabilidade do seu ânimo, pendia a sorte da sua numerosa prole. Hoje, nonagenária, sofre como sofrem as mães que vêem os filhos partirem. Acredito, porém, que a fé, a fé em que sempre viveu, lhe dará ânimo para suportar o terrível golpe, que acaba de sofrer. Quantas e quantas vezes não lhe beijei as mãos com que me acolhia naquela casa tão sertaneja, tão amiga — simples, mais voltada para dentro do que para a rua, e na qual o luxo estava sobretudo na mesa farta, e no coração aberto para os amigos, e do qual brotavam palavras de afeto para quantos lhe iam prestar o respeitoso tributo de reconhecida homenagem.

Dai partiu Nilo Coelho para o extraordinário pêniplo de uma grande e bela vida. Uma odisséia que não sendo

marcada pela astúcia do viajante, teve sempre presente o desejo da volta àquele porto seguro e acolhedor donde partira.

Não faz muito que o ouvimos afirmar, com o panache de um revolucionário de 1817 ou 1824, entre aplausos de correligionários e adversários, não ser ele o Presidente do Congresso do PDS, mas o Presidente do Congresso Nacional. Era como se, volvido um século, vissemos levantar-se o bravo Silveira Martins, para exclamar que não desejava ser Ministro da Coroa, mas Ministro da Nação. Nilo Coelho seria sempre assim. O poder para ele era um encargo ao qual não se deve sacrificar a menor parcela de dignidade. De Euclides da Cunha escreveu Franklin de Oliveira somente haver encontrado uma palavra para resumir-lhe a personalidade: coragem. De Nilo Coelho eu direi que nenhuma palavra o resume melhor do que esta — bravura. A bravura que está acima da coragem.

O Sr. João Calmon — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer.

O Sr. João Calmon — Nobre Senador Luiz Viana, quando um mestre como V. Exª...

O SR. LUIZ VIANA — Bondade de V. Exª

O Sr. João Calmon — ... traça tão primorosamente o retrato do nosso inesquecível Nilo Coelho, não deveria ser interrompido. Entretanto, ousou incluir, na sua antológica oração, um detalhe que destaca, ainda mais, a fulgurante personalidade do grande homem. Pouco antes de submeter-se à intervenção cirúrgica em São Paulo, sem se deixar atrair pela sofisticação de Cleveland, Nilo assim reagiu em face de previsões menos otimistas sobre sua recuperação, que não seria total, mas que, segundo os médicos, giraria em torno de 60%. "Não. Comigo a recuperação terá de ser de 100% ou nada. Não admito 60%". A ele só interessaria a vida em toda a sua plenitude, sem as limitações que, não raro, levam à paralisia total ou parcial, que agrilhoa o paciente a uma cadeira de rodas.

Bravo Nilo, mesmo no limiar do ato final de sua fecunda existência, legou-nos seu último exemplo inspirador.

O SR. LUIZ VIANA — Eu agradeço a V. Exª a importante contribuição que dá para o perfil do nosso saudoso Presidente.

O Sr. Aloysio Chaves — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Luiz Viana?

O SR. LUIZ VIANA — Com muita honra, nobre Senador.

O Sr. Aloysio Chaves — Nobre Senador Luiz Viana, sei dos laços profundos de amizade que prendiam V. Exª à pessoa do nosso pranteado e eminente colega Senador Nilo Coelho. Ninguém nesta Casa talvez mais qualificado do que V. Exª para fazer este panegírico. Porque, além de eminente historiador, homem de letras, V. Exª conviveu por mais de quatro décadas com Nilo Coelho, conheceu-o bem, perfeitamente, na sua intimidade, no seio de sua família, na vida pública, nas altas posições que ocupou e ilustrou. Mas, estreitando os laços de amizade com Nilo Coelho nesta Casa, a partir de 1979, também tive a oportunidade de verificar como era rica a sua personalidade. E um homem realmente extraordinário, que, ao lado de sua simplicidade, da sua bonomia, da sua bondade e, às vezes, da sua quase humildade, Nilo Coelho tinha, entretanto, impulsos que davam a impressão de uma erupção dessas forças telúricas do Nordeste. Ai sim, se estadeavam em bravura, coragem, o destemor, o desassombro com que sempre se conduziu na vida pública. Ele deixou um exemplo edificante no Senado da República, ele deixou um grande exemplo, também, para o nosso Partido. De sorte que ao pronunciamento de V

Ex^a, que antecipa as homenagens que o Senado Federal e o Congresso Nacional vão prestar ao Senador Nilo Coelho, eu queria juntar a minha solidariedade para dizer que as palavras de V. Ex^a são, na verdade, as palavras de todos os membros desta Casa.

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço a contribuição de V. Ex^a, que fala não apenas como Líder desta Casa, mas como uma personalidade de intelectualidade brasileira.

Para os que não lhe acompanharam a vida, ter-se ele, antes e acima de tudo, como Presidente do Congresso, talvez soasse como uma frase, arroubo de oratória, que logo desaparece. Na verdade, porém, era a síntese perfeita, a legenda intocável de uma existência inteira marcada pela bravura, pela dignidade de autêntico representante de Pernambuco, legítimo descendente daqueles leões da Câmara do Império e a quem, valendo-me de uma imagem de João Neves, direi que os prados do poder não transformaram em cordeiro. Transgir com as conveniências não era o seu forte. O seu clima era o da clareza do sol nordestino sob o qual viu a luz — o seu caminho era largo e franco como as águas do rio em que se banhou na juventude.

Durante mais de duas décadas acompanhei-lhe os passos através da difícil e perigosa jornada da vida pública. Não pretendo fazer-lhe o elogio, pois este está no testemunho da verdade, que lhe marcará para a posteridade o ativo perfil, que recorro com a emoção de quem conserva a ilusão de ainda o ver presidindo os nossos trabalhos com aquele traço de correção, de dignidade, de cordialidade, inerente à sua maneira de ser e de conviver.

Ao dizer que a bravura era a sua legenda recordava-me eu de um dos primeiros fatos da sua carreira política, iniciada após a queda do Estado Novo. Como sabido, áspere luta eleitoral se travou então entre as candidaturas de Barbosa Lima e Neto Campelo, ostensivamente apoiado pelo Presidente Dutra. Era uma época de riscos e definições. Representante do velho Quelé e da política de Petrolina, Nilo Coelho foi chamado ao Recife pelo Senador Novais Filho, detentor do pensamento de Dutra, e a quem perguntou em que partido ficariam. "Menino — respondeu o Senador ao jovem emissário — diga ao Quelé que tabaréu não tem partido". Por certo ignorava o estofado de que era feita a alma, o caráter do filho do Coronel Quelé. A resposta veio ao pé da letra: "Temos, Senador, o nosso Partido é o PSD". Não houve mais conversa.

Assim seria sempre Nilo Coelho. Do sertão viria ele para as amenidades do litoral. E aí, como se o destino quisesse completar-lhe a vida, encontrou ele Maria Tereza. Juntos, unidos como fossem apenas um ser, um pensamento, e uma vontade, construíram o lar exemplar, hoje marcado pela dor, mas que viverá na admiração, no reconhecimento, e na saudade de quantos lhe conheceram o calor humano, a fidelidade, a largueza que se diria a continuidade do que houvera de mais nobre nos fatos da vida social de Pernambuco.

O Sr. Lomanto Júnior — Concedo-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Pois não.

O Sr. Lomanto Júnior — Caro Senador Luiz Viana, ouso, como um dos seus mais humildes discípulos, pedir permissão a V. Ex^a para inserir no seu brilhante e comovedor discurso, sobre a personalidade de Nilo Coelho, o meu modesto aparte. Sabe V. Ex^a que uma grande e sólida amizade tínhamos eu e V. Ex^a por aquela figura inesquecível que pontificou na Bahia e em Pernambuco, na Bahia fazendo o seu curso universitário, onde teve o privilégio de, mesmo no seu último ano de medicina, ingressar na velha e tradicional faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia quando se iniciou uma amizade que ao longo do tempo se solidificou no Governo de Pernambuco e aqui, no convívio do Senado Federal, tornou-se cada vez mais fraterna. Nilo foi um propulsor

do desenvolvimento da Bahia a quem ele tanto amava, plantando indústrias. Ninguém melhor do que V. Ex^a para traçar-lhe o perfil, para contar a sua história, para falar da sua personalidade, para exaltar a sua memória, porque nenhum de nós teve maior convivência com ele do que V. Ex^a Senador Luiz Viana, foi bom que V. Ex^a antecipasse com este seu pronunciamento porque uma sequência de homenagens o Senado Federal deve e por certo irá prestar ao seu querido e inesquecível Presidente. Todos nós iremos, aqui, participar, no dia em que o Senado marcar a sessão especial para homenagear o Senador Nilo Coelho. Mas foi bom que hoje nós dissessemos algumas palavras sobre ele pois a sua querida companheira Maria Tereza que vai ler o seu discurso com tristeza, mas com embevecimento, e verificar que V. Ex^a antecipou-se à grande homenagem do Senado não esquecendo nenhuma faceta de uma vida modelar. Todas as vezes que vou a Juazeiro, abraçar os Coelhos atravesso o Velho Chico para beijar as mãos de D. Josefa recordando-me daquela festa inesquecível quando inaugurávamos a grande estrada asfaltada que liga Feira de Santana a Juazeiro, quando ouvi de Nilo Coelho que eu ligara também Petrolina ao mundo. A festa com que ele me recebeu em Petrolina, concedendo-me um palanque armado em praça pública com toda a população presente, a Câmara de Vereadores o título de Cidadão Petrolinense, ainda hoje escuto a palavra de Nilo calorosa, vigorosa, brilhante, aquela palavra telúrica, quando me fazia a saudação em nome do povo de Petrolina. Todos estamos aqui, ainda, como eu disse, contemplando vazia a sua cadeira. Mesmo preenchida pelo seu suplente, nós não nos conformamos que ele não esteja aqui entre nós a espargir alegria, a espargir entusiasmo, a nos convocar para o cumprimento do dever. Recordo-me, por exemplo, do meu último encontro: saía ele do elevador do Senado e eu ingressava. Eu, com alguns quilos a menos, e ele me dizia carinhosamente assim: "gordo que faz dieta começa a perder o caráter". Era aquela sua franqueza, era aquela sua bonomia, o seu temperamento alegre, era aquela sua maneira de viver gordo mesmo, afirmava que era o mais magro, intitulava-se no seu estilo brincalhão o tuberculoso da família. Eu quero manifestar a V. Ex^a, Senador Luiz Viana, com este meu já longo aparte, a minha solidariedade nessa sua antecipação de homenagem e dizer a Osvaldo, a Paulo, a Geraldo, a José, a Adalberto, a Augusto e às suas irmãs e às suas queridas filhas enlevo de sua existência devotos que eram, ele e Maria Tereza, da Nossa Senhora deram a todas as suas filhas o nome de Maria; Maria Carolina, Maria Alice, Maria Dulce, Maria Tereza e Maria Luciana, era, na linguagem evangélica, como plantas de oliveira em redor de sua mesa e a esposa querida a videira frutífera no interior de sua casa. À querida amiga Maria Tereza quero solidarizar-me mais uma vez na sua grande dor, tributar-lhe aqui a homenagem à companheira inseparável, quando se encontrava Nilo Coelho numa viagem ou num encontro social ao seu lado estava a sua esposa amada, a companheira das alegrias que quantas vezes com ele sorriu e, outras tantas, enxugou-lhe as lágrimas, a homenagem também da minha família que a quer bem, que a admira. Obrigado Senador Luiz Viana por inserir este modesto aparte, palavras arrancadas de um coração saudosamente como tiradas do coração amigo são as palavras contidas no seu belo discurso.

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço a V. Ex^a as palavras emocionadas que acaba de proferir.

Continuo, Sr. Presidente.

Naquele lar nenhuma afetação, nenhum artifício, pois naquele lar perfeito tudo tinha a beleza do que é espontâneo, natural, e brota do fundo das almas. O homem de estado corria parelha com o homem de sociedade.

Governei a Bahia ao tempo em que dirigia Nilo Coelho os destinos de Pernambuco. Não foi período fácil para os governadores civis com os quais o Presidente Castelo Branco evitara mergulhasse o País no militarismo,

renovando-se a época das "salvações" do Governo Hermes. Herdávamos ressentimentos, responsáveis imaginários por algumas dolorosas frustrações. Não falarei de mim. Tenho, porém, nítida lembrança da firmeza, da bravura com que o Governador Nilo Coelho opoñdo-se a todas as tentativas destinadas a esmagar a autonomia de Pernambuco manteve as nobres tradições do seu Estado. Depois, tudo passou, as águas tornaram ao leito natural, e Nilo Coelho realizou um grande governo de importantes realizações. Mas, tão importante quanto o que construiu foi o que evitou. Vale, pois, lembrar que não fosse a maneira porque preservou o poder civil, e outros rumos teriam maculado a política de Pernambuco. Ciosos do seu passado, da sua história, os Pernambucanos podem e devem ser reconhecidos ao Governador Nilo Coelho. Ele era da linhagem dos Rosa e Silva, dos José Bezerra, dos Borbas, dos Lima Cavalcanti, dos Agamenon.

Nesse breve testemunho do amigo e do companheiro, cabe-me destacar que, embora acalentasse justas e naturais aspirações inerentes à vida pública, sempre pronto a se bater pelos amigos, por Pernambuco, ou pelo Nordeste, Nilo Coelho não padecia as angústias da ambição.

O Sr. Aderbal Jurema — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Pois não. Ouço com muita honra o aparte de V. Ex^a

O Sr. Aderbal Jurema — Nobre Senador Luiz Viana, estou chegando de Pernambuco e ouvi o pronunciamento de V. Ex^a sobre o nosso companheiro de Bancada pernambucana, Senador Nilo de Souza Coelho. Quero dizer a V. Ex^a que, ainda em Pernambuco, depois do sétimo dia do seu falecimento, o Partido Democrático Social denominou a primeira biblioteca brasileira de Partido — biblioteca especializada em assuntos políticos — Biblioteca Senador Nilo Coelho, numa modesta homenagem ao companheiro intemerato, ao Deputado Estadual, ao Deputado Federal, ao Governador do Estado, ao Senador da República, ao Presidente do Congresso, que deixou um claro enorme em nossas fileiras e, sobretudo, uma imensa saudade em nossos corações pernambucanos. Por isto nos associamos ao pronunciamento de V. Ex^a, que foi uns dos seus amigos mais queridos, porque também sei que a Bahia, vizinha de Pernambuco, onde Nilo Coelho tinha laços de sangue, sentiu tanto quanto o meu Estado o desaparecimento desse grande brasileiro.

O SR. LUIZ VIANA — V. Ex^a realmente traduz bem os laços que sempre uniram Nilo Coelho ao Estado da Bahia, e aos seus amigos baianos.

A política, os postos por ela propiciados, eram antes de tudo, instrumentos para melhor servir aos que nele confiaram. Lembro-me de que quando lhe falei na hipótese de ser o Líder do Governo no Senado, logo a descartou, tendo viajado para os Estados Unidos, onde ficaria a salvo da insistência dos que almejavam aceitarem o honroso encargo, e tal como fizera ao ser cogitado para o Governo de Estado. Demoveu-o longa e reiterada correspondência de amigos, que lhe transmitiam o desejo do Governo. Mais tarde também não correria apressado atrás da Presidência do Senado, reservando-se antes ao direito de pesar as circunstâncias, e avaliar se melhor poderia ajudar o País. Repugnava-lhe as vias da política a que muitos são levados pela ambição imoderada; ele preferia colher os frutos naturalmente amadurecidos pelo tempo.

O tempo que ele consumiu nesse fecundo périplo iniciado no pequeno torrão natal, que ele tanto transformaria, mudando-lhe fundamentalmente a fisionomia econômica e social. Na verdade há duas Petrolinas — uma antes e outra depois de Nilo Coelho. Nada é mais universal do que o local. E Petrolina — estivesse ele onde estivesse — era o seu mundo, o mundo que ele amava, a paixão do homem público, a terra onde se alimentavam as suas raízes, renovando-lhe a seiva para todas as lutas. E foi esse

amor ao sofrido torrão que lhe serviu de berço, que lhe deu estímulo e forças para fazer dele o bravo servidor do Brasil. Compreendendo e ajudando o Nordeste, em cuja paisagem humana ele se tornara um desses píncaros em cujos cimos os viandantes divisam o rumo e a esperança, ele terá realizado algumas das aspirações do menino criado às margens do São Francisco, cujas maretas lhe embalam o sono derradeiro.

Estou certo de não haverem sido em vão as lutas de Nilo Coelho, por vezes enfrentando, sempre com destemor, injustiças e incompreensões. São os espinhos da política, e ele os suportou estoicamente como se necessários para concluir o glorioso périplo até voltar, abençoado pelas lágrimas do povo, do povo humilde e simples do sertão, para dormir o sono derradeiro às margens do rio que tanto amou. Consola a nossa imensa tristeza a convicção de que ele continuará a viver na saudade e no reconhecimento dos amigos e companheiros. Ele viverá na obra realizada. E com emoção repito o belo e triste final de *Itacema* — nem tudo passa sobre a terra.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Sr. Senador Luiz Viana, Srs. Senadores:

É difícil, é profundamente difícil para mim, neste momento, associar-me às palavras de V. Ex^a. Não tive a felicidade de conhecer Nilo Coelho há muitos anos. Eu o conheci quando era Deputado Federal. Apreendi a admirar-lhe a personalidade. Eu via no cidadão um exemplo a ser seguido. A emoção me toca e eu me recordo que, alhures, afirmara: "Deus fez o homem, deu-lhe inteligência para que ele dominasse o mundo". Nilo Coelho dominou o mundo. Era o seu mundo onde estava presente, quer em Petrolina, quer neste Senado, quer na Câmara dos Deputados. Onde chegava sua figura marcante, sua personalidade era o sinal que mostrava o domínio de um verdadeiro estadista.

Todos nós choramos, todos nós sentimos a morte do companheiro. Mas Nilo Coelho não morreu, sua presença se faz sentir em cada canto deste plenário. Lá no gabinete, em que eu o substituí, já deve estar, neste momento, pregado na parede, uma fotografia de Nilo Coelho. São coisas que só se explicam pelos desígnios da Providência Divina. Não sei, Senador Luiz Viana, não compreendo, Senador Luiz Viana, como pode, às vezes, acontecer um mal tão grande a um país. Nilo Coelho era um jequitibá autêntico, jequitibá da nossa terra, que nem os raios derrubam. Nilo Coelho deixou um exemplo a ser seguido.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Gueiros.

O SR. HÉLIO GUEIROS (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Somente agora se me oferece uma oportunidade regimental para abordar o problema da recente alteração nos quadros ministeriais. Creio, porém, que não estou chegando tarde porque as comemorações, declarações, percepções, com relação ao novo titular, perduram por vários dias, e, ainda agora, acabo de saber que S. Ex^a o novo titular esteve em Belém do Pará, onde foi, inclusive, num jatinho da FAB, embora nós disponhamos de três frequências diárias de voo para lá. Mas isso não é incomum porque, no ano passado, S. Ex^a, durante toda a campanha eleitoral, também se serviu sempre dos aviões da FAB para ir ao meu Estado.

Quero, Sr. Presidente, inicialmente, lamentar a saída do Ministro Hélio Beltrão dos quadros da administração federal. É incrível que um Governo tão deserto de homens e de idéias, como poderia dizer Oswaldo Aranha se revivesse hoje, é incrível que um Governo tão desprovido de elementos qualitativos se tenha dado ao luxo de dispensar a colaboração do Ministro Hélio Beltrão.

Neste País onde os homens públicos são sempre tão insultados, injuriados, enlameados, algumas vezes com

justiça, outras vezes injustamente, o Ministro Hélio Beltrão é uma exceção. O povo brasileiro, de Norte a Sul do País, admira e respeita o demissionário Ministro da Previdência Social e o admira de tal maneira que todas as pesquisas de opinião pública realizadas no Brasil, nestes últimos tempos, apontam S. Ex^a como o presidencial preferido do povo brasileiro. S. Ex^a não tem ganho pesquisa junto à classe política, não tem ganho pesquisa junto aos altos escalões da sociedade brasileira, mas as pesquisas populares indicam que o preferido do povo brasileiro, para a sucessão do Presidente João Figueiredo, é o Ministro Hélio Beltrão.

É, portanto, a personalidade que se impôs ao respeito, à confiança e à admiração de todo o povo brasileiro. Por isso não entendo e não compreendo que mostrando as pesquisas que quase todos os Ministros deste Governo têm cotação negativa perante a opinião pública, o Presidente da República escolha o privilegiado do grupo para se desfazer dele. Parece que com relação ao Governo prevalece a maldição de Cristo que diz: "Aquele que tem pouco, até o pouco lhe será tomado". O pouco de eficiência, capacidade, estatura moral, dignidade, decoro, compostura que existe nos quadros ministeriais, esse pouco está sendo extirpado da administração pública.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu sei que é antipático fazer comparações, tanto mais quanto a comparação pode, eventualmente, atingir a um ex-colega desta Casa. Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é bom que se coloquem os pingos nos "is" e se fale às claras, no começo de uma nova administração.

Sei que muita gente, no País, e aqui mesmo no Congresso Nacional, deposita as maiores esperanças e confiança na atuação do Ministro Jarbas Passarinho. Mas, quero apenas lembrar, eminentes Senadores, que, embora o Ministro Jarbas Passarinho seja inteligente, brilhante, verboso, loquaz, sabe jogar com as palavras, com as imagens, sabe fazer muita blague, a verdade é que há um passado administrativo que não recomendaria tanto S. Ex^a para o lugar.

Não estou sendo injusto Sr. Presidente e Srs. Senadores. Acontece que quando, no Brasil, se pensou em fazer o arrocho salarial através do Ministério do Trabalho, foi-se recrutar o Ministro Passarinho para realizar a obra do arrocho salarial. É preciso notar que uma das causas que o Senador Passarinho atribui para sua derrota no Pará é a história, muito repetida em meu Estado, a respeito de uma demonstração televisada que S. Ex^a fez, quando era Ministro do Trabalho, perante as câmeras da cassada TV Marajó, demonstrando que, embora se falasse em arrocho salarial, o trabalhador de salário-mínimo, ao tempo dele, tinha um salário tão folgado que dava para comer, vestir, morar, ter o seu lazer, beber sua cervejinha no fim de semana e, ainda, depositar o saldo em sua caderneta de poupança.

O Sr. Aloysio Chaves — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. HÉLIO GUEIROS — Dou já o aparte a V. Ex^a. Verifiquem V. Ex^{as}, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que, com esse passado no Ministério do Trabalho e na Previdência Social, o Ministro Jarbas Passarinho não seria o indicado para, realmente, realizar uma administração que venha a assistir a população brasileira, já que, praticamente, toda população brasileira é segurada da Previdência Social.

O Sr. Aderbal Jurema — V. Ex^a permite? V. Ex^a vem laborando em erro: quem escolhe o Ministro é o Presidente, não é V. Ex^a.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Não entendi, francamente. Nunca reivindiquei aqui a paternidade de ninguém. Eu vim pelo voto do povo e acabou-se. É só o que eu sei. Agora, quem escolhe quem, eu não sei porque eu não sei nem quem escolhe o Presidente da República, no Brasil.

O Sr. Aloysio Chaves — Eu espero que V. Ex^a me conceda um aparte.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Eu vou dar o aparte a V. Ex^a só porque o ilustre acadêmico e Senador Aderbal Jurema fez um aparte anti-regimental, que não tem nada demais, porque S. Ex^a tem todo o direito de o fazer.

Mas eminente Líder, eu queria, primeiro, dar o aparte ao Senador Passos Pôrto, que o solicitara anteriormente.

O Sr. Passos Pôrto — Nobre Senador Hélio Gueiros, confesso a V. Ex^a que fiquei muito triste quando vi V. Ex^a se levantar de uma cadeira e anunciar o seu discurso, dizendo que viria, hoje, comentar as mudanças ministeriais. Eu tenho o maior respeito por V. Ex^a, tenho a maior admiração por V. Ex^a, que é um digno representante do Estado do Pará, talentoso, homem inteligente e culto, e que vem prestando grandes serviços à tramitação política no Senado, das suas comissões técnicas ao Plenário. V. Ex^a é um Vice-Líder da Oposição, e eu esperava que V. Ex^a na escolha do Senador Jarbas Passarinho, a recebesse como um ato de justiça do Senhor Presidente da República a um dos eminentes políticos do seu Estado. Em que pese ser seu adversário, S. Ex^a sempre se manteve, aqui, em convivência com todos os partidos políticos, mesmo como Líder do Governo, respeitando, colaborando e vivendo com os representantes da Oposição. Agora mesmo, na primeira visita que S. Ex^a faz a seu Estado natal, o Governador Jader Barbalho, num gesto democrático, demonstrativo da evolução política do País, além de recebê-lo no aeroporto, pôs um carro, gesto a altura de um Ministro de Estado, para que ele o conduzisse nos dias que passaria na capital do Pará. Não gostaria de ouvir V. Ex^a, neste Plenário, criticar uma figura das maiores da política brasileira contemporânea, de quem, neste Plenário, ainda ecoam as suas palavras de Líder, de Presidente da Casa, cargo que exerceu com absoluto espírito público, com isenção, com dignidade, com amor a esta Pátria. É um homem que se dedicou à vida pública e sobretudo, à política brasileira, enfrentando todos esses desafios, sempre em busca daquilo que ele considerava o seu dever e do interesse da nossa Pátria. Sei das calúnias, das inverdades que são ditas, inclusive em campanha política, querendo atingir a honorabilidade e a dignidade da vida pública do eminente Ministro Jarbas Passarinho. O Ministro Jarbas Passarinho foi um grande Ministro do Trabalho e da Previdência Social, foi o homem que fez a unificação da Previdência Social. Nunca foi autor de nenhum projeto de arrocho salarial. Foi Ministro da Educação, dos melhores que este País teve, e um grande Senador, honra e glória do Pará. Eu esperava que V. Ex^a não trouxesse as suas críticas logo agora, no início do seu período ministerial, quando ele abre os braços, inclusive, às Oposições brasileiras, para que participem da luta que vai enfrentar, para vencer a crise da Previdência Social. Confesso a V. Ex^a que fiquei decepcionado ou ouvi-lo nesta tarde, quando, de uma maneira prematura, apriorística, vem fazer críticas a quem já foi por demais julgado, e julgado muito bem, neste Plenário.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Eminente Senador Passos Pôrto, lamento profundamente decepcionar V. Ex^a. Mas, quero explicar a V. Ex^a que não vim aqui e não estou aqui para agradar a quem quer que seja. Há uma mania, no Brasil, de se passar por cima de tudo, de pôr a mão na cabeça de todo mundo, desde que seja colega, que seja companheiro. Então, esse cidadão passa a ser um *primus inter pares*, porque há sempre alguém para lembrar que ele é um colega ou um ex-colega, e, por isso, deve estar imune, isento de qualquer crítica. Por outro lado, sei que o eminente Senador Jarbas Passarinho tem muita cancha, tem muito jogo de cintura e consegue impressionar, comover os seus colegas, e posso dizer a V. Ex^a que ele, dessa forma, nos anos em que esteve aqui como líder, neutralizou praticamente o Senador Paulo Brossard à custa exclusivamente, desses afagos literários,

estimulando vaidades e virtudes de quem quer que seja. Como já sou vacinado quanto a esse tipo de anestesia que querem aplicar na vida pública brasileira, eu resistirei, embora enfrentando a decepção de V. Ex^a. Acho que devo contar a História do Brasil como ela é na realidade.

V. Ex^a se antecipou, porque eu estava me referindo ao Ministério do Trabalho. E reafirmo que ao tempo do arrocho salarial, quando, inclusive, se escamotearam dados, índices, para calcular o salário-mínimo do trabalhador brasileiro, o Ministro do Trabalho era o nobre Senador Jarbas Passarinho. Até aí, portanto, não causei nenhuma injúria, nenhuma calúnia, nenhum agravo à personalidade do Senador Jarbas Passarinho.

Mas antes de prosseguir, vou conceder o aparte ao eminente Líder Senador Aloysio Chaves.

O Sr. Aloysio Chaves — Nobre Senador Hélio Gueiros sei que V. Ex^a não consegue soplar as divergências de ordem política e de ordem pessoal que tem há muitos anos com o Senador Jarbas Passarinho. Sobre tudo, o Pará as conhece sobejamente. Perderia meu tempo aqui e agora, se, neste aparte, me limitasse a fazer observações desse teor. Mas no discurso que V. Ex^a está fazendo há dois fatos que merecem imediata retificação: o primeiro, nobre Senador, é quando V. Ex^a declara que em 1982, época da campanha — eu registrei as palavras de V. Ex^a — sempre em aviões da FAB, ...

O SR. HÉLIO GUEIROS — confere.

O Sr. Aloysio Chaves — ... o Senador Passarinho teria se utilizado dos transportes oficiais, para ir ao Pará, para fazer campanha, propaganda política. Sei que não posso apresentar esta estatística, mas os registros do Senado devem tê-lo, porque isso é uma solicitação oficial que é feita à Aeronáutica, de que o Senador Passarinho como Presidente desta Casa, eventualmente, uma ou duas vezes se utilizou de transporte oficial da FAB, não sei se para ir ao Pará ou a outro Estado da Federação, cumprindo encargos da Presidência do Senado Federal. Sei e posso afirmar a V. Ex^a que fui ao Pará inúmeras vezes ao longo de 1982, com o Senador Passarinho, para campanha política sempre em avião comercial. O segundo fato que V. Ex^a afirma é o de que o Senador Passarinho numa demonstração na Televisão Marajoara, no Pará, teria dito que o salário-mínimo dava para o operário viver muito bem, tomar uma cerveja e ainda guardar a sobra do dinheiro na Caderneta de Poupança. Este fato se alega há mais de dez anos contra o Senador Passarinho. O Senador Passarinho nega peremptoriamente ter feito essa declaração. Ele já desafiou o Pará, publicamente, pela imprensa, pela televisão, em tribuna, em comício, em praça pública, em toda parte, e creio que também em pronunciamento nesta Casa, já desafiou que alguém lhe apresente a prova dessa declaração que lhe é injustamente atribuída. Lembro-me de episódio semelhante ao do Brigadeiro Eduardo Gomes, do "marmitheiro", que tanto prejudicou a campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes, declarações que esse eminente, saudoso Brigadeiro nunca as fez, e que depois ficou esclarecido ter sido de autoria de um determinado político de São Paulo — também hoje já desaparecido. E quanto ao arrocho salarial, V. Ex^a voltando atrás para examinar este assunto vai encontrar, inclusive nos arquivos do Senado, demonstração completa, eloquente, com dados, com números feitos pelo Senador Passarinho para mostrar que exatamente a partir do momento em que ele ocupou o Ministério do Trabalho, foi que se começou a fazer essa descompressão salarial. O arrocho a que V. Ex^a se refere, existia e começou a ser gradualmente eliminado através de uma fórmula matemática estabelecida para esses reajustamentos espontâneos e pela Justiça do Trabalho, criada pelo Sr. Mário Henrique Simonsen, o ex-depois Ministro da Fazenda e do Planejamento. Essa fórmula matemática foi uma fórmula de descompressão e não de arrocho — não de arrocho! Portanto, nesses dois pontos eu desejo retificar o pronunciamento de V. Ex^a... Quanto ao conceito

que V. Ex^a faz do nobre Senador Passarinho, dele eu divirjo. Não vamos discutir porque V. Ex^a vai dizer que eu sou suspeito para falar desta maneira, porque sabe que me ligam ao Senador Passarinho laços de amizade há mais de 4 décadas, portanto, ficaríamos num terreno de avaliação subjetiva, pessoal, de juízo de valor. Mas, nesses dois pontos em que há uma inverdade, não de V. Ex^a, mas dos fatos que foram colocados maliciosamente ao longo do tempo, desejava fazer esta retificação.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Agradeço o aparte do nobre Senador Aloysio Chaves. Quero dizer que quanto à referência ao jatinho da FAB, de fato nunca ouvi falar que V. Ex^a tivesse chegado lá num jatinho da FAB, mas posso garantir a V. Ex^a que o nobre Senador Jarbas Passarinho, no decorrer da campanha eleitoral chegava em Belém, num Jatinho da FAB. V. Ex^a sabe muito bem que o Presidente do Senado não tinha nada a fazer em Belém do Pará, em matéria de serviço, mas sim em campanha eleitoral.

Quanto à história do salário-mínimo que dá para comer, vestir, morar, beber cerveja e colocar o saldo na caderneta de poupança, lembro a V. Ex^a que o Ministro Passarinho sentindo-se injuriado com esta afirmação, foi em cima de um pobre coitado Vereador de Salinópolis, chamando-o à Justiça. Sabe V. Ex^a que no final foi um acordo, porque não houve possibilidade do Ministro Passarinho negar o fato. E para a coisa não ficar assim foi aconselhado a fazer acordo no processo do qual o seu advogado era o eminente Professor Aldebaro Klautau Filho.

O Sr. Aloysio Chaves — A versão que conheço é a de que essa ação correu no Município de Capanema.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Capanema e Salinópolis; são termos Judiciários de Capanema.

O Sr. Aloysio Chaves — Exatamente, a comarca de Capanema. E esse cidadão a que V. Ex^a se refere, esse Vereador recuou nessa acusação e declarou certamente que não a havia feito: então, para que essa ação não tivesse mais seguimento, porque não havia mais interesse, foi encerrada, não sei se mediante acordo ou por qualquer outra solução judiciária. Mas o fato é que isso não foi comprovado e essa comprovação não foi feita, não existe. E se existe essa gravação, o fato de ser apresentada pelo Senador Jarbas Passarinho, a sua defesa, já o ouvi dizer centenas de vezes que ele desafia que lhe prove que foi feita essa declaração. E que se existe essa prova eu acho que deveriam apresentar.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Acolho o parecer de V. Ex^a mas quero dizer que nem na Justiça, o Ministro Jarbas Passarinho, conseguiu fazer o desmentido. A verdade é que terminou com um acordo. Ele deveria, se tivesse certeza da sua inocência no problema, era terminar o processo e decidir que o Juiz castigasse, punisse a quem injuriou.

O Sr. Aloysio Chaves — Acordo, se houve — porque o próprio, digamos injuriador, declarou que não havia fundamento na injúria, então, se acordo houve foi por esse motivo que V. Ex^a sabe.

O SR. HÉLIO GUEIROS — O acordo houve, porque o acusador apresentou que tinha ouvido de fulano, sicrano e beltrano; para a coisa não ganhar maior repercussão preferiu-se acabar por aí. Mas o fato é que nem na Justiça isso foi provado, então transitou em julgado na Justiça esse fato atribuído a S. Ex^a.

O Sr. João Calmon — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HÉLIO GUEIROS — Eu vou já dar o aparte a V. Ex^a. Estou no Ministério do Trabalho e eu iria passar para o Ministério da Educação. Vou já terminar, Sr. Presidente. V. Ex^a seja condescendente com o seu colega,

porque o Senador Aloysio Chaves, tomou, com muita honra minha, um bocado do meu tempo.

No Ministério da Educação e Cultura também, S. Ex^a foi convocado numa hora difícil, mas numa hora em que não havia quem quisesse aplicar o 477 ou quem quisesse implantar a reforma universitária. Então, outra vez se recrutou o Senador Jarbas Passarinho e S. Ex^a foi para o Ministério da Educação e Cultura, onde realmente fez aplicações do 477 porque S. Ex^a não o nega, apenas diz que não cassou o tanto quanto se pedia. Mas para mim não se resolve o problema, porque é fato que S. Ex^a aplicou, como também implantou essa terrível e malfadada reforma universitária. Não sei se é verdade, mas S. Ex^a teria dito: "A reforma, nem que seja à custa do caos." A verdade é que se estabeleceu o caos no ensino superior do Brasil existindo, portanto, hoje, essa bagunça inteira nas universidades federais do Brasil e, de modo geral, em todo o ensino, devido a essa reforma tão mal aplicada e tão mal executada durante a gestão do Ministro Jarbas Passarinho.

Por isso, Sr. Presidente, agora estou com a pulga atrás da orelha. Na primeira vez que precisou de arrocho o Senador Jarbas Passarinho foi recrutado para o Ministério do Trabalho, da outra vez que precisou do 477 e de reforma universitária o Ministro Jarbas Passarinho foi recrutado. E agora? S. Ex^a vai para a Previdência Social. Com esse pedigree o temor e a suspeita é a de que os trabalhadores, os benefícios e os aposentados da Previdência Social devem ficar, como estou ficando, com a "pulga atrás da orelha".

O Sr. Gabriel Hermes — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. HÉLIO GUEIROS — Vou dar o aparte ao nobre Senador João Calmon; logo em seguida, ouvirei V. Ex^a.

O Sr. João Calmon — Nobre Senador Hélio Gueiros, há, na sua família, uma figura inspiradora que sempre me ligou a V. Ex^a: o notável advogado Nelemias Gueiros. Quando ouço o seu pronunciamento, na tarde de hoje, desejo, invocando aquela figura realmente notável das letras jurídicas do nosso País, destacar que, para ficar em paz com minha consciência, eu não poderia ouvir calado este seu libelo ao ex-Senador Jarbas Passarinho, atual Ministro da Previdência Social. S. Ex^a é, sem dúvida nenhuma, um patriota sem jaca, é um homem público inexcusável. A afirmação de V. Ex^a de que o Ministro Jarbas Passarinho, quando ocupou a Pasta do Trabalho, foi responsável pelo arrocho salarial, não é exata. Conheço esse episódio. Quem manipulava os dados era o outro Ministro, era um colega de ministério do titular da Pasta do Trabalho. Não foi de forma nenhuma o Senador Jarbas Passarinho, seu conterrâneo, um paraense que honra e dignifica muito a sua terra. Como Ministro da Educação, nobre Senador Hélio Gueiros, permita-me que, como razoável conhecedor dessa área, eu lhe dê o meu testemunho: S. Ex^a foi um admirável titular do MEC, cometeu erros, porque ele, como todos nós, pertence à condição humana. Mas o balanço da sua atuação foi altamente favorável. V. Ex^a faz esta análise dias depois da posse do Ministro Jarbas Passarinho na Previdência Social. Creio que até mesmo em consequência da sua crença religiosa, V. Ex^a não deveria fazer um pré-julgamento em relação à atuação do ex-Senador Jarbas Passarinho à frente da Previdência Social. Ele está ingressando numa área que envolve os interesses de mais de 100 milhões de brasileiros e, pela sua atuação no passado, como Ministro do Trabalho, como Ministro da Educação, V. Ex^a lhe deveria dar, na pior das hipóteses, um crédito de confiança. Essa atitude estaria à altura dos sentimentos cristãos que V. Ex^a ostenta, até como marca de uma das famílias mais admiráveis que conheço neste País.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Muito grato pelas referências, a toda a família Gueiros, feitas pelo nobre Sena-

do João Calmon que, realmente, é um dos mais diletos amigos de toda a família, especialmente do falecido advogado Nelemias Gueiros. Mas quero dizer a V. Ex^a, Senador João Calmon, que eu não estou fazendo pré-julgamento nenhum. Eu estou, apenas, mostrando a coincidência azarenta que acompanha o Ministro Jarbas Passarinho, quando se trata de atingir setores expressivos da comunidade brasileira: os assalariados, ao tempo do Ministério do Trabalho, com o arrocho salarial; o ensino totalmente anarquizado no País, com a reforma e com o 477; e, agora, eu tenho a impressão de que ele está sendo convocado para ser o liquidante da Previdência Social.

Quero dizer a V. Ex^a, também, o meu temor e a minha suspeita não são exclusivos, não estou nem sendo original. O Jornal O Liberal, do meu Estado, no dia em que deu a notícia da nomeação do Ministro Jarbas Passarinho, trazia, também, a opinião de um familiar muito diletado de S. Ex^a que, perguntado se concordava com a ida do Senador Jarbas Passarinho, para o Ministério da Previdência Social, disse: "eu, se fosse o Jarbas, diria: muito obrigado Presidente, eu não dou para coveiro".

Quer dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, até uma pessoa muito chegada da família do Ministro Jarbas Passarinho sabe que o Governo deve estar colocando S. Ex^a lá para ser o liquidante da Previdência Social.

O Sr. Passos Pôrto — S. Ex^a vai ser o salvador da Previdência Social.

O SR. HÉLIO GUEIROS — E digo mais, o Ministro Hélio Beltrão, com toda solenidade, com toda formalidade, declarou que a Previdência Social precisava de 420 bilhões de cruzeiros, e S. Ex^a passou mais de um ano para chegar a essa conclusão. Já o Senador Jarbas Passarinho, 24 horas depois, faz uma reunião às sete horas da manhã, ouve não sei quem, e diz logo: olha, o Hélio Beltrão está errado, não são 420 bilhões e sim 200 bilhões.

O Sr. Aloysio Chaves — Mas, foi o próprio Ministro Hélio Beltrão que declarou, Senador Hélio Gueiros.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Quero mostrar a precipitação, para não dizer leviandade do novo Ministro, colocando em dúvida, inclusive, uma palavra séria de um homem sério e honrado, como é o Ministro Hélio Beltrão. O Ministro Hélio Beltrão disse que eram 420 bilhões de cruzeiros...

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla. Faz soar a campainha.) — O tempo de V. Ex^a está terminado.

O SR. HÉLIO GUEIROS — ...e o Ministro Jarbas Passarinho, às sete horas da manhã, depois de ouvir um ajudante, diz logo: não são 420 bilhões, são só 200 bilhões. Tem uma coisa, o Governo vai dar 100 bilhões? Então, já está reduzido a 100 bilhões de cruzeiros.

O Sr. Aloysio Chaves — O Ministro Hélio Beltrão, na transmissão do cargo, retificou esse número, nobre Senador.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Sr. Presidente, é a velha conversa, S. Ex^a vem com essa conversa. O caso do ex-Senador Jarbas Passarinho é a loquacidade, S. Ex^a fala muito bem, é verboso, joga com as palavras, joga com os números, joga com as figuras de metáfora, joga com tudo isto e, assim, em 24 horas resolveu a metade do problema da Previdência Social. Eu quero frisar bem para mostrar que isso não corresponde à verdade, o que S. Ex^a está dizendo.

O Sr. Passos Pôrto — Foi o Sr. Ministro Hélio Beltrão.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Eu quero só mostrar a V. Ex^a que, amanhã, ele vai dizer que foi enganado com a informação porque, realmente, eram 200 bilhões mas, ao invés de 200 bilhões, eram 300 bilhões e de 300 bilhões

passou para 400 bilhões; e S. Ex^a vai fazer um embrulho tipo "Cantinflas". Na verdade, S. Ex^a encanta a todos: encanta os jornalistas, os radialistas, os homens de televisão que ficam maravilhados com as "blagues", com as brincadeiras, com as pilhérias que S. Ex^a faz, superficialmente, abordando os assuntos e os problemas brasileiros, sem atingi-los na sua profundidade.

O Sr. Gabriel Hermes — Permite V. Ex^a um aparte? (O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HÉLIO GUEIROS — Por último, Sr. Presidente, atendendo a V. Ex^a que me adverte do tempo esgotado espero que o Ministro Jarbas Passarinho não suspenda a linha de austeridade e moralidade imposta, na Previdência Social, pelo ex-Ministro Hélio Beltrão. O ex-Ministro Hélio Beltrão recebeu a Previdência Social debaixo de uma crise de confiança, de respeitabilidade e de confiabilidade perante opinião pública. Eu não quero relembrar, mas todos sabemos muito bem que S. Ex^a teve que ser austero e moralizante para colocar a Previdência Social no seu verdadeiro lugar. Espero também que o novo Ministro mantenha essa linha de austeridade, de trabalho, de respeito, de compostura, de decoro do Ministro Hélio Beltrão — e tenho motivos para fazer esses votos, porque o último posto administrativo ocupado pelo novo Ministro não se celebrou por essa linha de austeridade. Os jornais falaram que, quando o Presidente Figueiredo soube do último "trem de alegria" que se fez na Casa do Congresso, sob os auspícios de S. Ex^a declarou: "Será que esse Congresso não tem vergonha na cara?"

O Sr. Passos Pôrto — Nobre Senador, não procedem essas acusações.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando o Presidente Figueiredo chega a estranhar uma falta de austeridade no comando, ou na administração de um serviço público, é porque o assunto é muito sério.

Nessas condições, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que eu queria fazer o registro dessa substituição no Ministério, destoando desse realejo, dessa conversa que os jornais andam cheios. Até agora é tudo muito bonito, são só declarações, tudo com muita "blague", com muito humor, com muita graça, com muita inteligência.

Convoco a Nação para ficar de "olho vivo" para ver, realmente, os fatos dessa administração. Pode ser que ele queime a minha língua, mas eu não acredito que o novo Ministro seja superior em talento, em trabalho, em honradez, em compostura, em tudo, ao Ministro Hélio Beltrão.

O Sr. Passos Pôrto — Estamos de acordo nisso.

O SR. HÉLIO GUEIROS — De modo que antes que isso tudo, lamentavelmente, possa se concretizar, sem que ninguém tenha dado um brado, eu quero deixar aqui o meu registro, lamentando profundamente a saída do Ministro Hélio Beltrão dos quadros da administração federal e expondo logo as minhas dúvidas a respeito da eficiência da administração do novo Ministro da Previdência Social.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1^o Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 855, DE 1983

Tendo sido convidado a participar da Delegação do Brasil à XXXVIII Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, solicito me seja concedida autorização para desempenhar essa missão, nos termos dos arts. 36, § 2º da Constituição e 44 do Regimento Interno.

Esclareço que deverei estar ausente do País durante cerca de dias.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 1983. — José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O requerimento que vem de ser lido será remetido à Comissão de Relações Exteriores, devendo ser apreciado após a Ordem do Dia, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está finda a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há número para deliberação.

As matérias dos itens nºs 1 a 12, constituídas dos Projetos de Lei da Câmara nºs 106/66, 115/75, 111/77, 100/78, 102/78, 109/78, 127/78, 131/78, 93/80, 95/80 e 96/80; e Projeto de Lei do Senado nº 339/78, que dependem de decisão do Plenário para o prosseguimento de sua tramitação, e a matéria constante do item 13, Projeto de Lei do Senado nº 280/80, que está em fase de votação, deixam de ser submetidas ao Plenário, ficando adiadas para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Passaremos, então, ao item nº 14:

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 994, de 1983), do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1983 (nº 132/82, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do protocolo de prorrogação do acordo sobre o comércio internacional de têxteis (Acordo Multifibras), assinado em Genebra, a 9 de fevereiro de 1982, que inclui as "conclusões adotadas pelo Comitê de Têxteis em 22 de dezembro de 1981".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo oradores, declaro-a encerrada.

Encerrada a discussão, a redação final é dada como definitivamente aprovada, nos termos do art. 359 do Regimento Interno.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1983 (nº 132/82, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1983

Aprova o texto do Protocolo de Prorrogação do Acordo sobre o Comércio Internacional de Têxteis (Acordo Multifibras), assinado em Genebra, a 9 de fevereiro de 1982, que inclui as "Conclusões Adotadas pelo Comitê de Têxteis em 22 de dezembro de 1981".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Protocolo de Prorrogação do Acordo sobre o Comércio Internacional de Têxteis (Acordo Multifibras), assinado em Genebra, a 9 de fevereiro de 1982, que inclui as "Conclusões Adotadas pelo Comitê de Têxteis em 22 de dezembro de 1981".

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item 15:

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer

nº 995, de 1983), do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1983 (nº 2/83, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do acordo comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular do Congo, celebrado em Brasília, a 7 de julho de 1982.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Encerrada esta, a redação final é dada como aprovada, de acordo com o art. 359 do Regimento Interno. A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1983 (nº 2/83, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº . DE 1983

Aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular do Congo, celebrado em Brasília, a 7 de julho de 1982.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular do Congo, celebrado em Brasília, a 7 de julho de 1982.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Esgotada a matéria constante da pauta.

Nos termos regimentais, dever-se-ia passar, agora, a apreciação do Requerimento nº 855/83, lido no Expediente. Dada a inexistência de quorum, fica, sua apreciação adiada para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gabriel Hermes.

O SR. GABRIEL HERMES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PDS — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Convém sempre insistir no fato de que crescimento e desenvolvimento não são, rigorosamente, expressões sinônimas. A primeira se limita às hipóteses de expansão na oferta de bens e serviços; enquanto que a segunda, mais abrangente, implica em conduzir essa expansão em um contexto de equidade entre pessoas ou regiões, o que, de resto, corresponde a um dos objetivos centrais da atividade política.

O desenvolvimento se associa, pois, com a própria construção de uma Nação, posto que se propõe a oferecer as condições mínimas de bem-estar e ascensão social a todas as pessoas e o progresso harmônico e integrado das regiões, valorizando seus recursos naturais e demográficos.

Embora possa receber estímulos externos, desenvolvimento não se importa, nem se obtém por empréstimo. É algo que brota de eleição da própria comunidade, que escolhe os caminhos a seguir e os objetivos a alcançar, preservando seus valores — éticos e culturais. Desenvolvimento se faz por intuição.

Em países de dimensão continental, como o Brasil, os recursos naturais a serem utilizados para a viabilização desses propósitos revelam uma distribuição espacial notoriamente heterogênea.

Essa circunstância requer, mais do que nunca, uma aguçada visão global do desenvolvimento, não só para que uma região não se desenvolva às expensas de outra, mas também para que os recursos de cada região sejam aproveitados de maneira integrada, tendo-se em vista a promoção econômica, social e cultural dos cidadãos. Todo desenvolvimento, com efeito, deve ter as características de essencialidade e complementariedade, de modo a garantir um equilíbrio inter-regional que aproveite à unidade nacional.

Mesmo no caso de recursos que, em maior ou menor escala, se encontrem em toda a extensão do território nacional, não se podem excluir os requisitos de essencialidade e complementariedade. É que tais recursos se manifestam, de maneira diferente, nas diversas regiões e, por conseguinte, seu modo de aproveitamento é diferenciado. Sua valorização obedece a critérios diferentes. O sentido de sua complementariedade se aguçava e sua essencialidade recebe ênfases especiais, fazendo com que se acentue, ainda mais, a necessidade de uma visão global, a qual não pode perder de vista, nem a harmonia do todo, nem as exigências e vocações específicas de cada região.

A partir dessas considerações, é certamente de estranhar-se que o Brasil jamais tenha definido uma política global de recursos hídricos, os quais, em vista de suas múltiplas utilizações e imensas potencialidades, são essenciais ao desenvolvimento nacional, como forças propulsoras básicas e dinâmicas, à medida em que se propiciam o aproveitamento de outros recursos.

As catástrofes provocadas pelas inundações, a miséria secular do Nordeste — causada basicamente, não tanto pela escassez, mas principalmente pela inadequada utilização de seus recursos hídricos —, a poluição das águas assumindo por vezes conotações de desastre ecológico, ao lado da limitada utilização do extraordinário potencial hídrico da Nação, dão bem a medida da importância e da urgência de uma política global de recursos hídricos para o País.

Essa política, por certo, deve ser regionalmente diferenciada, hajam vista as especificidades que se manifestam em termos de dotações de recursos naturais e exigências quanto ao seu adequado aproveitamento.

À luz desse pressuposto, entendo que uma política regionalizada de recursos hídricos deveria atentar, entre outros, para as seguintes premissas:

a) no Sul e no Sudeste, as principais preocupações devem voltar-se para a adoção de medidas visando a evitar a poluição hídrica industrial, à preservação dos mananciais e à prevenção e ao controle das enchentes;

b) no Centro-Oeste, as ações devem orientar-se para a captação e o uso racional da água, a par da implantação de uma política conservacionista dos recursos hídricos contidos na região do pantanal matogrossense;

c) no Norte, a política hídrica deve dirigir-se principalmente para a preservação e o controle das enchentes e para a navegabilidade, dando-se ênfase à grande capacidade superficial, representada pela rede hidrográfica, como meio de transporte e comunicações;

d) no Nordeste, deve objetivar-se basicamente a captação d'água, em suas diversas modalidades, e o uso racional desses recursos na agricultura irrigada que, mesmo em face de conhecidos obstáculos, não constitui mais segredo para a tecnologia moderna.

No caso específico do Nordeste, é importante aduzir que a região, mesmo no polígono das secas, dispõe de recursos hídricos suficientemente abundantes para a transformação de sua paisagem econômica e social, desde que se aproveitem adequada e racionalmente esses recursos, dando-lhes a sua devida valorização.

Com efeito, contrariamente ao que se pensa, de maneira generalizada, as precipitações pluviais nunca falta-

ram, mesmo no polígono das secas, mesmo nas regiões mais áridas e nos anos de estiagem mais inclemente, mesmo nos períodos mais críticos em que nós passamos neste instante, estando o fenômeno das secas muito mais ligado à irregularidade dessas precipitações, no espaço e no tempo, do que à ausência de chuvas. Caem, no Nordeste, anualmente, cerca de 920 bilhões de metros cúbicos de água. O que acontece é que, além da freqüente irregularidade das precipitações, 70% desse volume d'água são perdidos pela evapotranspiração, pelo escoamento para o mar e pela infiltração.

O aproveitamento desses recursos, contudo, deve observar cuidados especiais, sob pena de revelar-se totalmente inócuo.

A propósito, o Professor Eneas Salati, que é do Centro Nacional de Energia Nuclear de São Paulo, conforme publica o jornalista Ernani Regis no *Diário de Pernambuco*, chama a atenção para a necessidade de utilizar-se corretamente a água, com seu conhecimento técnico e estudo feitos no reputado Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA), de São Paulo, lembra, por exemplo, que "o perigoso uso abusivo de formação de açudes fatalmente levará a um nível exagerado de salinidade. Isso porque os sais, acrescenta ele, no processo de acumulação ficam retidos, pois não há escoamento das águas superficiais".

Ademais, acrescenta ele: "os estudos do CENA mostram que a construção de açudes não está resolvendo nem irá solucionar o problema da seca, pois ainda que, se armazenando toda água disponível, somente dois por cento da área do Polígono da Seca poderão ser irrigadas na melhor das hipóteses".

O Nordeste dispõe, ainda, de toda a imensa riqueza hídrica do rio São Francisco que, volumoso e exuberante, irriga o coração do semi-árido nordestino, como uma dádiva da natureza, esperando, apenas, o esforço do homem, para que ele penetre nas artérias do Nordeste, dando nova e promissora vida à região.

O Sr. Gabriel Hermes — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não, ouço V. Exª com muito prazer, meu caro Senador Gabriel Hermes.

O Sr. Gabriel Hermes — Quando vejo V. Exª falando na importância da água lembro um capítulo de um livro que escrevi em 1952, quando voltava dos Estados Unidos e fiquei durante 20 dias abismado com o Tennessee — "A água no nosso futuro" — Vejo agora — isto vai ser assunto possivelmente de discurso meu, de protesto, em que espero — tenho certeza que terei o apoio de todos os homens do Pará, sobretudo do Pará, do Mato Grosso, do Maranhão, de Goiás quando vejo um rio, ou dois rios irmãos, que são talvez os mais ricos do Brasil: o Tocantins e o Araguaia, sendo fechados por uma autêntica falta de compreensão e até de bom senso dos nossos administradores, que fazem uma barragem de 70 metros, estão agora na eminência de ter que fechar no próximo ano não ficarão prontas as esclusas, apenas a cabeça de montante, porque lutamos muito para que esta, pelo menos, fosse construída, mas ficará o rio fechado. Vão ficar milhares de famílias que vivem, que dependem do transporte, dependem até do peixe, dependem de tudo desses rios, sem essa estrada que Deus colocou no seu caminho. E Sr. Senador, vão ficar por longo tempo, porque nem sequer a previsão foi feita de uma transposição, quando se fecham o rio com uma barragem de 70 metros, formando um lago com cerca de 300 km. Veja V. Exª como precisamos falar desse problema de água, o qual será assunto, possivelmente, segunda ou terça-feira, que eu trarei para o Plenário e espero contar, então com o apoio, se Deus quiser, dos meus companheiros. Foi um assunto que movimentou todas as classes, não só o empresariado, como o povo do meu Estado. Estamos esperando a chegada do Presidente da República, para mostrar a S. Exª que não se pode fechar um rio contra a legislação.

contra o bom senso, e sem o respeito à natureza. V. Ex^a faz muito bem, e eu o felicito, ao falar neste assunto.

O SR. MARCO MACIEL — Meu caro Senador Gabriel Hermes, eu quero agradecer o aparte de V. Ex^a e, de fato, concordando com a sua opinião, dizer que o Brasil não tem subido, ao longo de sua História, aproveitar as suas águas interiores que têm, a meu ver, um múltiplo aproveitamento. Primeiro, porque servem para aproveitamento hidrelétrico, e, em segundo lugar, porque servem para irrigação e em terceiro lugar, como lembra acertadamente V. Ex^a, porque servem como estradas.

Se não estou equivocado, é de Euclides da Cunha a afirmação de que essas vias navegáveis interiores são caminhos que andam. Nós, no Brasil, que temos bacias hidrográficas tão expressivas como a Bacia Amazônica, a que V. Ex^a se referiu ainda há pouco...

O Sr. Gabriel Hermes — A frase "Caminhos que andam", primeiro foi de Platão, depois de um paraense illustre que se chamava Raimundo Moraes, num de seus livros.

O SR. MARCO MACIEL — Agradeço a contribuição de V. Ex^a

Em verdade, além da Bacia Amazônica, nós temos a Bacia Platina, temos a Bacia do São Francisco. E vejo que a do São Francisco, hoje, sem nenhuma intervenção maior, tem navegável quase 1.400 Km, e ainda sem contar as chamadas bacias secundárias. O fato é que, apesar do enorme território que possuímos, o Brasil, praticamente, não usa a navegação interior. Isso é tanto mais grave, sobretudo, quando nós observamos o que tem sido feito em outros países do Mundo. Países, talvez, que não tenham chegado ao estágio de desenvolvimento a que chegou o nosso, já utilizam bem mais a navegação interior. É bem mais grave este quadro se nós olharmos a utilização dessas águas sob o ponto de vista de irrigação. Aí é que nós podemos verificar como nós estamos atrasados no aproveitamento dessas águas. Eu não comparo o Brasil, neste ponto, com os países mais desenvolvidos, com os Estados Unidos, com os países da Europa Ocidental, mas com países da Ásia, com países de menor nível de desenvolvimento relativo do que o nosso e que utilizam essas águas interiores de forma bem mais adequada para fins agropecuários.

O Sr. Gabriel Hermes — Permite-me V. Ex^a outro aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não.

O Sr. Gabriel Hermes — Quando visitei pela segunda vez a China, e eu tive a felicidade de poder percorrer quase metade daquele imenso país, sem ser acusado de comunista, porque sendo empresário, procurava apenas na China aquilo que nós devemos vender e comprar, porque nós devemos comprar e vender a quem nos comprar e vender melhor, e em comércio não existe, felizmente, ou infelizmente, pátria, não existe patriotismo, existem interesses, devo dizer a V. Ex^a que fui surpreendido por um fato. Eu tive oportunidade de visitar e conversar, inclusive, com o Sr. Mao-Tsé-Tung. Isso está narrado num livro que estou querendo publicar, "O Mundo Proibido". Devo dizer a V. Ex^a que me surpreendeu o livro que ele me ofereceu quando eu falei em água. Enfim, esse homem, que era um poeta, quando assumiu o governo, do seu país, na China, todos os anos, morriam milhares de pessoas vitimadas pelas inundações dos seus rios, e a sua primeira preocupação foi disciplinar todos os pequenos e grandes rios daquele país; deles ele tirou energia, transformou-os em estradas, e as mais baratas são as estradas de águas, e fez irrigação. Verificamos que a China, com os seus 1 bilhão e 100 milhões de habitantes, não tem tido os problemas que têm tido os pequenos países, e até o nosso, na grande região do Nordeste, tão populosa, com a fome. É a terra irrigada, na China, pelos rios, com

o aproveitamento inicial para fazer essas eclusas, para fazer essas represas, esses caminhos de água para irrigação; e, inicialmente nem com máquinas isso foi feito, pois aproveitaram o trabalho humano, à mão, de maneira inteligente. Eu vi o que é o aproveitamento da água no país mais populoso do mundo e fico, às vezes, pensando e pergunto agora a este nordestino inteligente que é V. Ex^a: o que é que V. Ex^a estão esperando para fazer um plano para se aproveitar e levar água do Tocantins, do Araguaia, do São Francisco, para as populações do Nordeste?

O SR. MARCO MACIEL — Caro Senador Gabriel Hermes, gostaria de responder o seu aparte fazendo duas colocações. Com relação às eclusas de Tucuruí, eu me conservo numa atitude muito otimista. Li nos jornais a movimentação que a classe política paraense está fazendo no sentido de definir, o mais rapidamente a sua construção, e estou certo de que isso, ao final, será uma vitória que V. Ex^a obterão.

Recordo-me de que quando se iniciou a Barragem de Sobradinho, ela tinha, no início, uma única finalidade, a regularização plurianual do rio, para que se assegurassem descargas constantes para o sistema Paulo Afonso. Posteriormente, viu-se que o problema do Nordeste não era apenas energia, que, ao lado disso, tínhamos que pensar em tomadas de água para irrigação e eclusas, para assegurar uma perfeita navegabilidade do rio São Francisco, e o projeto, mesmo com a obra iniciada, foi alterado, e conseguimos colocar as tomadas d'água para hoje servirem de apoio para o chamado Projeto de Irrigação Massangano, que está sendo executado pela CODEVASF, e de eclusas necessárias para que o rio ficasse navegável também na parte sub-médio. Hoje já podemos dizer que o rio São Francisco, de Pirapora a Petrolina e Juazeiro, está com razoável navegabilidade. Não é melhor a sua situação ainda porque faltam providências complementares, melhor estrutura portuária, melhor balizamento, embarcações apropriadas, mas, em tese, o rio já se encontra em boas condições de navegabilidade.

A mesma coisa espero que venha a ocorrer em Tucuruí e diria mesmo que não entendo aquela obra sem as eclusas. Não se poderá perder uma oportunidade tão importante, sobretudo, quando se fala que precisamos crescentemente integrar as diferentes regiões do País.

Espero que isso venha a ocorrer, porque, infelizmente, os nossos recursos hídricos até hoje têm sido deficientemente utilizados. E o que é mais grave: essa utilização tem sido quase sempre predatória, quer pela dizimação dos seus recursos, da sua fauna, quer mesmo na poluição das suas águas.

Em segundo lugar, diria que é necessário, que assumamos uma atitude mais positiva com relação ao assunto, que tratamos essas águas, inclusive essas águas interiores, de forma mais correta, vendo a sua múltipla finalidade e a sua enorme significação para o progresso do País.

A Sra. Iris Célia — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Ouço V. Ex^a, nobre Senadora Iris Célia.

A Sra. Iris Célia — Sempre estou atenta ao brilhantismo de V. Ex^a...

O SR. MARCO MACIEL — Muito obrigado a V. Ex^a.

A Sra. Iris Célia — ...à capacidade com que colocou os problemas nacionais e as soluções que vêm de sua própria capacidade singular. Hoje, V. Ex^a traz um aspecto muito importante e muito sério para mim, particularmente. V. Ex^a, há tempos, defende a tese da regionalização e da integração, da integração de baixo para cima, de uma integração que surja das diversas regiões. E, ontem, eu falava para este plenário vazio, ao fim da tarde, embora soubesse que os meus companheiros estavam em

seus gabinetes ou em seus afazeres, quando o Acre comemorava 80 anos que, através do Tratado de Petrópolis, oficializou e consolidou a sua integração ao Brasil e, ainda hoje, continua isolado. Não sabemos que integração pode ter sido a do Tratado de Petrópolis, há 80 anos, porque, ainda hoje, estamos à mercê, para ligarmos a Capital, Rio Branco, ao resto do País, necessitamos de avide de grande porte com passagens caríssimas. E os municípios interioranos extremamente isolados, quando temos uma rede hidrográfica que sempre permitiu a integração e o encontro de todos os acreanos com os demais brasileiros, através dela, é que se deu a grande revolução: o caminho da integração com o Nordeste. V. Ex^a tem razão; quicá a vossa voz seja ouvida e o Norte ficará a dever, notadamente o Acre, a V. Ex^a esse benefício de levantar essa bandeira, de lembrar, mostrar e apresentar ao Brasil essa idéia de integração. Os acreanos serão eternamente gratos, no dia que puderem, mesmo de embarcação, chegar ao resto do Brasil e se encontrar com os demais brasileiros.

O SR. MARCO MACIEL — Cara Senadora Iris Célia, quero — agradecendo muito sensibilibilidade as palavras desvanecedoras com que me cumulo V. Ex^a — dizer que, recentemente, li nos jornais, entre chocado e estarrecido, notícias de que a capital do seu Estado se encontrava impossibilitada de receber combustíveis, face à deficiência do transporte por vias navegáveis interiores. E eu fiquei surpreendido porque, como se sabe, naquela região estão rios caudalosos e que, com um simples tratamento, nós poderíamos utilizá-los, ano todo, todo ano. Por isso considero importante que o País se volte, também, para uma correta política de utilização dos seus recursos hídricos, inclusive do aproveitamento dos seus rios para a navegação interior. É muito diminuta, como dizia há pouco, a sua utilização ainda, e certamente que uma política bem concertada a esse respeito traria inúmeros benefícios para todo o País, de modo especial para o seu Estado e para a região Norte.

Mas espero que essa consciência vá tomando todo País, de sorte que, muito breve, possamos efetivamente dotar o País de uma política que venha a melhor olhar os seus recursos hídricos, para melhor aproveitar os seus rios e aproveitá-los em mais variados e diversos aspectos.

O Sr. João Lobo — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Ouço, com muito prazer o aparte de V. Ex^a

O Sr. João Lobo — Nobre Senador Marco Maciel, eu prometo não interromper mais o brilhante discurso de V. Ex^a

O SR. MARCO MACIEL — V. Ex^a traz sempre uma boa contribuição.

O Sr. João Lobo — V. Ex^a é um homem tão importante para nós, nordestinos, que quando aborda certos problemas tipicamente nordestinos, tipicamente regionais, como V. Ex^a, sei fazer, que nós não podemos nos furtar a comentar alguns pontos dos pronunciamentos de V. Ex^a, principalmente porque V. Ex^a põe em debate assuntos vitais para a nossa região. V. Ex^a é, talvez, neste momento, a voz que tem a capacidade de expor esses problemas para o debate. É isso que nos interessa, é isso que é importante na hora presente. As conceituações mudam, Senador Marco Maciel. V. Ex^a foi Governador do Estado de Pernambuco e sabe como varia de ano para ano, de década para década, a conceituação do uso das águas, dos rios, etc. Cito V. Ex^a um exemplo que tivemos em nossa região, quando se fez a Barragem da Boa Esperança. A Barragem de Boa Esperança foi construída no rio Parnaíba, um rio que passa na minha cidade de Floriano, no Estado do Piauí; é o divisor natural dos Estados do Maranhão e Piauí. Tinha 1.250 quilômetros navegáveis. Pelo rio Parnaíba foi que se fez a penetração, usando-se a tradicional estrada do sal, porque o sal que

vinha do mar, de Amarração, de Tutóia, de Luís Corrêa, subia o rio Parnaíba ao longo de todo o Estado do Piauí e do Maranhão até Goiás, e esse sal servia para salinar o gado, tão abundante em todas aquelas regiões. Pois bem, era Superintendente da SUDENE o eminente Celso Furtado, que se opôs frontalmente à construção da Barragem de Boa Esperança. Celso Furtado desaconselhou, usando todos os dogmas da economia, a construção daquela barragem. "Ela seria apenas lamparina de pobres" — era a expressão usada pelo eminente economista Celso Furtado. Não havia indústria que absorvesse aquele potencial energético da Boa Esperança. Não havia solicitação na sua cidade. Toda aquela energia ia ficar ociosa e, principalmente, dizia o economista Celso Furtado: "Haveria esterilização de todas as terras à jusante da Barragem da Boa Esperança, toda terra abaixo da barragem, à semelhança do que aconteceu em Assuã, no Nilo, ficaria esterilizada, imprestável para a agricultura. Ora, nós estávamos postos entre os seguintes lemas: as terras para baixo da barragem ficariam esterilizadas porque não teriam mais o humos que o rio transportava normalmente todo o ano. E, as terras, acima da barragem, à montante da barragem, iriam ficar inundadas, todas as terras boas iriam ficar inundadas pela formação do lago que teve mais de 150 Km de amplitude. Quer dizer, era um desastre, sem levar em consideração a interrupção do curso do rio Parnaíba, exatamente na sua parte média. Pois bem, uma decisão política do eminente Mal. Castello Branco tornou irreversível aquela obra e, V. Ex^a sabe o que adveio para aquela nossa região com a construção da Barragem da Boa Esperança, hoje, interligada com a CHESF, com Paulo Afonso, com Sobradinho e se preparando para interligar com Tucuruí já lançando as suas redes de transmissão de energia fazendo uma ligação total em todo o Nordeste e, depois, para o Brasil. Mas a verdade Sr. Presidente Marco Maciel, é que nós não sabíamos fazer uso de água nenhuma, e ainda não sabemos — no Nordeste só usamos água para beber, e olhe lá, e água da chuva que molha as nossas precárias plantações. É esta a situação em quase todo o Nordeste. O rio Parnaíba teve o seu curso interrompido, a navegação acabou-se; as terras abaixo da barragem da Boa Esperança, porque não tinham mais o humos que o rio trazia, anualmente nas suas cheias, ficaram apenas arenosas, imprestáveis para aquela primária agricultura de vazante que o rio usava; as terras para acima da barragem foram todas inundadas, transformando aquela região num lago, restaram apenas as chapadas altas, estêreis e imprestáveis para a agricultura. Estávamos pois reduzidos às lamparinas de pobre — havia muita energia no nosso Estado, energia sobrando. Todas as cidades foram iluminadas, todas as casas acenderam as suas luzes, mas produtividade zero, não se aproveitou nada. Até o peixe que havia no rio Parnaíba e que era a alimentação mais abundante naquela região desapareceu, porque interrompido o regime de reprodução dos peixes eles se acabam, desaparecem. É uma coisa impressionante como o rio Parnaíba, antes, ficou totalmente sem peixes. Agora, 15 anos depois construída a Barragem de Boa Esperança, começa-se a falar nas eclusas do rio Parnaíba. Não sei se valerá a pena a construção. Todo o sistema de comunicação já foi mudado, já foi desviado. As cidades ribeirinhas desapareceram todas, ou foram construídas estradas de rodagem. O Brasil tem a psicose do motor à explosão. O Brasil só gosta do transporte rodoviário, não gosta do transporte ferroviário, fluvial, nem mesmo marítimo. O nosso País tem uma vocação, uma queda pelo transporte rodoviário. Então, todas aquelas cidades completaram a sua rede, sua malha viária. Não sei o que está acontecendo em Tucuruí, não sei o que vai acontecer em Sobradinho, mas é preciso que se faça isso que V. Ex^a está fazendo: pôr esses assuntos exaustivamente em debate. É imprescindível que nós discutamos esses assuntos. Que o rio São Francisco tenha água suficiente, ou não, para a irrigação de suas terras, é matéria de debate. Ninguém tem dados corretos acerca do assunto. Que se

possa transpor o rio São Francisco para o semi-árido Nordeste, também é matéria de debate, como também a transposição dos rios São Francisco, Parnaíba, Tocantins, Itaipuru, enfim de todos os mananciais caudalosos do Norte daquela região, que tem água em abundância. Tudo isso é matéria de debate é matéria desconhecida. Se homens como V. Ex^a não suscitarem o problema, não exigirem que esses problemas sejam discutidos, que sejam feitas afirmativas mesmo inverídicas, mesmo sem base científica, para que elas sejam contestadas pela realidade. Se não fizermos assim, não haverá nenhuma esperança para a nossa região Nordeste. Por isso é que nós temos e depositamos grande esperança em V. Ex^a. V. Ex^a deve, continuamente, insistentemente, pôr em debate os problemas que, possivelmente, resolverão a situação do Nordeste brasileiro. Muito obrigado pela paciência e prometo não interromper mais o brilhante discurso de V. Ex^a.

O SR. MARCO MACIEL — Agradeço as observações que V. Ex^a vem de fazer. V. Ex^a suscitou oportuna e apropriadamente, uma série de questões que merecem a análise e a discussão. Inicialmente, gostaria de afirmar que, graças a Deus, em Sobradinho alguns erros verificados em experiências anteriores não foram repetidos, porque ainda a tempo foram adotadas as providências relativas à construção das eclusas e as tomadas d'água para irrigação. Por outro lado, também, em Sobradinho se teve o cuidado de evitar que a construção daquele enorme lago artificial não viesse a transformar substancialmente as condições ambientais que levassem ao desaparecimento da fauna. E hoje, posso dizer que graças a Sobradinho nós temos uma bem desenvolvida piscicultura naquela região do submédio do São Francisco. Piscicultura que já está contribuindo para gerar emprego e renda para um sem número de pessoas e que, também, já contribui para suprir, pelo menos em parte, as carências alimentares da gente sertaneja. Como se sabe, a alimentação à base de peixe tem, inclusive, a grande virtude de ser rica em proteínas e isso, naturalmente, é importante numa região que se alimenta deficientemente.

Quero crer que nós, a partir dessas experiências possamos ir corrigindo erros que cometemos, ao longo dos tempos. E espero que, cada vez mais, haja uma exata consciência dos nossos recursos naturais, porque a falta dessa consciência é que tem levado, muitas vezes, a erros como os que V. Ex^a apontou ou, o que é mais grave, a utilização predatória dos nossos próprios recursos. Por isto, insisto na necessidade para que se ateste a importância que tem os nossos rios, sobretudo nas regiões carentes de água, como é o caso do Nordeste, que pode realmente se transformar desde que não lhe falte a água, esse insumo indispensável à transformação social e econômica da área.

Prossigo, Sr. Presidente:

Convém, ademais, salientar que uma política global de recursos hídricos para o País não pode descurar-se da preservação dos recursos florestais e do reflorestamento.

O sistema hidrográfico brasileiro, com seus gigantescos rios — agrupados na Bacia Amazônica, Bacia Platina, Bacia do São Francisco e Bacias Secundárias — consigna a grande importância de uma política de recursos hídricos que seja capaz de canalizar, para o desenvolvimento nacional, esse imenso manancial de riqueza, de força e de vida, com que nos privilegiou a natureza.

Entre as suas múltiplas utilizações, três sobressaem, como vetores de imenso impacto no desenvolvimento do País: a geração de energia, a navegação interior e a irrigação do solo.

Conquanto, no que diz respeito à energia hidráulica, nossos rios já tenham prestado, como prestam cada vez mais, uma enorme contribuição ao nosso desenvolvimento, principalmente no setor da geração de energia elétrica, sua capacidade de utilização está bem longe de esgotar-se. É que, pelas características geomorfológicas de nosso território, predominam, de maneira marcante,

os rios de planalto, de cursos rápidos que favorecem o aproveitamento da energia hidráulica, quer pela utilização das próprias quedas d'água, quer pela construção de grandes represas, capazes de alimentar usinas hidrelétricas.

Recente balanço feito pelo Ministério das Minas e Energia demonstra ser possível gerar, a partir do aproveitamento hidráulico, quase 200 milhões de quilowatts, dos quais a grande maioria advirão dos rios da Bacia Amazônica.

Mas, se a utilização de nossos rios, embora longe de esgotar a sua capacidade, já nos coloca, em lugar de destaque, no mundo, no que diz respeito ao aproveitamento da energia hidráulica, o mesmo não se pode dizer com referência a sua utilização, como meio de transporte e como fonte de irrigação.

Já se chamou a atenção para o fato de que "nosso País poderá dispor de um dos melhores sistemas de navegação interior do mundo, se aproveitarmos racionalmente os recursos existentes em nosso território".

É estranho que, tendo o nosso povoamento sido feito, nos tempos da colônia, por hidrovias, ao longo das quais, em todas as direções, nasceram muitas de nossas cidades e tendo sido as hidrovias, durante séculos, fatores importantes do nosso comércio e do nosso desenvolvimento, em geral, nunca se tenha criado, no Brasil, uma consciência da necessidade de desenvolver-se a navegação interior.

Isso é tanto mais estranho, quanto se sabe que países desenvolvidos, dotados de excelentes redes rodoviárias e ferroviárias, têm dado atenção especial a seus sistemas hidroviários.

Na realidade, não se pretende que a navegação interior concorra com a rodovia ou a ferrovia. Ela é complementar a essas modalidades de transporte, não só no sentido de sua utilização onde são deficientes ou mesmo inexistentes a rodovia e a ferrovia, mas também porque serve, de maneira mais adequada, ao transporte maciço de cargas. É ainda uma opção, em muitos casos, de barateamento dos custos dos transportes.

A hidrovias ajuda, por outro lado, a interiorização industrial e a viabilização da exploração de muitos recursos, que ainda se escondem em regiões deste grande País, quase inacessíveis por transporte ferroviário ou rodoviário.

Por conseguinte, urge que se adote, no Brasil, como parte de uma política global de aproveitamento de nossos recursos hídricos, uma política de navegação interior que, mesmo isoladamente, nunca existiu.

Reconhecidamente, o Brasil usa muito deficientemente os seus "caminhos que andam", malgrado "buscar-se fortalecer o papel das hidrovias do País", segundo afirmava o Ministro Cloraldino Severo, ao afirmar ter criado, "no período 1977-82, em 10,6 a.a. o transporte nas vias interiores".

Uma terceira e importante utilização de nossos recursos hídricos diz respeito à irrigação, a qual se encontra ainda, entre nós, em fase bastante rudimentar. Essa utilização merece um destaque especial para a região do polígono das secas. Representa, a nosso ver, a única opção realmente válida e decisiva para vencer o seu subdesenvolvimento crônico e integrar-se definitivamente ao ritmo do desenvolvimento nacional. O drama secular de milhões e milhões de brasileiros que vivem nos sertões, ao lado da própria exigência do desenvolvimento harmônico do País, nos dá a certeza de que se uma política de irrigação não pode ficar circunscrita apenas ao Nordeste, tem, no entanto, para essa região, uma prioridade absoluta e indiscutível.

O Brasil, na realidade, apesar de ostentar em seu território importantes bacias hidrográficas, infelizmente, ainda pouco se vale das águas dos rios, tanto para navegação interior, quanto para fins agropecuários.

Lembre-se, como cânone, que dos três maiores rios do mundo que cortam regiões secas, áridas — o Nilo, o São Francisco e o Colorado — é, indubitavelmente, o nosso

"Velho Chico" o menos aproveitado. E que, acrescentando-se, em nosso amplo território a área irrigada é insignificante, mesmo se cotejada com outros países de menor extensão — México, Israel — ou de mais reduzido nível de desenvolvimento relativo — Índia, Paquistão, por exemplo.

É verdade que algo já se fez no Sul ou mesmo no Sudeste, mas, inquestionavelmente, são pouco significativos os projetos implantados no Centro-Oeste e no Nordeste, que também possuem vastas porções aproveitáveis para uma agricultura racionalmente praticada.

Não há dúvida que é o Nordeste, entre todas as regiões do Brasil, especificamente seu semi-árido, a que está a exigir uma corajosa e agressiva política de irrigação.

Não pode uma região, onde vive um terço da população do País, continuar presa do subdesenvolvimento e mergulhada na pobreza, só porque ainda não se foi capaz de dar aos seus recursos hídricos uma adequada valorização e um racional aproveitamento.

Sem prejuízo de medidas até hoje adotadas para o semi-árido nordestino — como captação de águas pluviais, abertura de poços profundos e de poços amazons, construção de açudes e de barreiros a nível de propriedades, entre outras —, a solução para o problema do polígono das secas e, conseqüentemente, para o Nordeste, está em arrojados projetos de desvio das águas do São Francisco — e mesmo de outras bacias — para perenizar importantes rios da região, utilizando suas águas na irrigação das terras do semi-árido. Só a irrigação pode resolver o problema da valorização das terras do polígono das secas, tornando-as produtivas, de maneira permanente, superando, em grande parte e em caráter definitivo, o desafio nordestino.

Ao assumir o Governo de Pernambuco voltei atenções do Governo — mobilizando para esse fim os Secretários de Planejamento, Fazenda, Saneamento, Obras e Meio Ambiente, Agricultura e Transportes, Energia e Comunicações — com o objetivo de enfrentar e vencer o desafio que representa a região adusta das nossas terras áridas e semi-áridas.

A proposta que desenvolvemos, consubstanciada no que se denominou de "Projeto Asa Branca" — que vem tendo continuidade no Governo Roberto Magalhães Melo —, tem por finalidade transformar a paisagem do sertão e do agreste, através de intervenções voltadas para o aproveitamento de recursos hídricos, eletrificação rural e estradas — sobretudo vicinais. Ao lado disso, o projeto se preocupa também com introdução de novas técnicas de manejo agrícola e pecuário fomentando novas culturas ou estimulando as existentes, através da expansão rural, da distribuição de sementes selecionadas, crédito apropriado, armazenagem e comercialização.

O "Projeto Asa Branca" tem propiciado a construção de barragens de grande porte ou "barragens-mães", seguidas de barragens de pequeno porte ou "barragens-sucessivas", ao longo do leito dos rios secos do Sertão, no sentido de perenizá-los pelo armazenamento d'água, no período chuvoso, e possibilitar assim uma política de irrigação.

Tenho a satisfação de dizer que, mesmo em pouco tempo, os resultados foram promissores, beneficiando hoje parte da população sertaneja do meu Estado.

Entretanto, a política estadual de perenização dos rios e irrigação do semi-árido tem objetivos mais ambiciosos. O Projeto Asa Branca, que prevê o armazenamento d'água, a partir das precipitações pluviométricas, passou a examinar, com a ajuda do Governo Federal, a possibilidade de aproveitamento hídrico do São Francisco, no sentido de levar suas águas, por meio de estações elevatórias, aos rios do semi-árido pernambucano.

Com efeito, em novembro de 1980, através da Secretaria de Saneamento, Obras e Meio Ambiente, o Governo de Pernambuco contratou os estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira do projeto que atendia a uma velha aspiração sertaneja.

Em linhas gerais, tratava-se da construção de uma captação d'água no lago da barragem de Sobradinho, implantar elevatórias na fronteira Pernambuco-Bahia e, através de canais, túneis, aquedutos; barragens de nível e de regularização de descargas, perenizar uma grande parcela das bacias dos rios Pontal, Garças, São Pedro, Brígida e Terra Nova, eliminando praticamente os efeitos calamitosos das secas em quase toda a área do extremo oeste do Estado de Pernambuco, incorporando-a, efetiva e definitivamente, à economia do Estado.

Esses estudos centraram-se na análise das potencialidades regionais, do capital social básico existente e da produção econômica local, que permitiria a definição dos recursos de solos e de água disponíveis na área, bem como a determinação da vazão média requerida pelo sistema adutor, os custos e as culturas recomendáveis.

Estudos de engenharia foram realizados e as obras iniciadas, a partir do denominado Sistema Adutor Sobradinho/Terra Nova, que propiciaria escoar, por canal adutor, águas do São Francisco, desde a Barragem de Sobradinho até o rio Terra Nova, no Sertão Central pernambucano. O canal começou a ser aberto.

A idéia, registre-se, nos ocorreu em um instante grave: a catastrófica enchente do rio São Francisco em princípios de 1979 fez reacender em Pernambuco, a secular aspiração do sertanejo de utilizar uma parcela das águas do "rio da Integração nacional" para a perenização dos rios secos do Nordeste.

É que, naquele ano, sob o impacto de grandes inundações, a população de todas as cidades ribeirinhas vivia, em um cruel contraste, os irmãos sertanejos vizinhos assolados por uma inclemente seca.

Cumpre destacar que a dolorosa convivência, entre a seca no sertão e enchente no São Francisco, paradoxalmente se repetiu nos anos subseqüentes, de modo que foram montados esquemas com a finalidade de limitar as descargas, a juzante do Lago de Sobradinho, a um valor máximo de 8.000 metros cúbicos por segundo, capacidade limite da calha do rio, enquanto o Nordeste se defrontava, e o quadro ainda persiste, com um dos mais longos e dramáticos períodos de seca.

Acresce salientar que todo sistema de geração de energia da CHESF, compreendendo as hidrelétricas de Sobradinho, Itaparica, Moxotó, Paulo Afonso I, II, III e IV, Xingó e, futuramente Ibó e Orocó, foi estudado ou projetado com base em descarga regularizada de 2.050 m³/seg. a juzante de Sobradinho.

Além disso, conquanto a descarga média anual do rio São Francisco se situe em torno de 90 bilhões de metros cúbicos por ano, a geração de energia demanda uma descarga de apenas 65 bilhões m³/ano.

Desse modo, se convenientemente regularizada, a montante de Sobradinho, a descarga do São Francisco poderá produzir um excedente de 25 bilhões de m³/ano, suficiente à perenização dos principais rios sertanejos, tais como: os afluentes do Paraíba, Gurguéia, Canindé e Piauí, no Estado do Piauí; o Pontal, o Garças, o São Pedro, o Brígida, o Terra Nova e parte do Pajeú, em Pernambuco; o Salgado, o Jaguaribe, o Banabuiú, o Carúá, o Pirangi, o Churó e o Pacoti, no Ceará; o Agu-Piranhas, na Paraíba e Rio Grande do Norte e, finalmente, o Apodí, no Rio Grande do Norte.

Senhor Presidente, Senhores Senadores:

Essa proposta foi, logo a seguir, incorporada e ampliada pelo Ministério do Interior, que recomendou estudos semelhantes ao Departamento Nacional de Obras e Saneamento — DNOS, voltados, entretanto, para uma abrangência bem maior, qual seja a regularização de rios em quase todo o Nordeste — Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

A ação articulada do Ministério do Interior e do Governo de Pernambuco revelou-se bastante eficaz, promovendo indispensáveis ajustes e correções.

O DNOS, preocupado em reduzir custos de transposição para os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e

Paraíba, deslocou sua idéia de captação para o município de Cabrobó a menos de 100km da fronteira Pernambuco-Ceará.

Na concepção inicial, com a captação em Sobradinho, para chegar ao Ceará, as águas teriam que percorrer cerca de 400km.

Pernambuco, pelas mesmas razões econômicas, também alterou sua idéia inicial, reduzindo o canal em mais de 200km e levando-o, apenas, até ao açude Entremontes, na bacia do São Pedro, porque verificou-se, ser mais fácil e menos dispendioso, alimentar a regularização do Terra Nova e do Brígida, a partir do projeto do DNOS.

Desse modo, o novo projeto passou a admitir quatro captações distintas: em Cabrobó, visando à regularização dos rios Terra Nova, Brígida e Pajeú, em Pernambuco, e todo os sistemas localizados no Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte; em Casa Nova, visando à regularização das bacias dos rios Pontal, Garças e São Pedro, em Pernambuco; em Santa Rita de Cássia, visando à regularização do rio Gurguéia, no Piauí, e no riacho Algodão, visando à regularização dos rios Piauí e Canindé, no Piauí.

Uma vez implantado o projeto, com todos os rios perenizados e todos os perímetros de irrigação em pleno funcionamento, seriam consumidos, apenas 15 bilhões de m³/ano (valor inferior ao excedente médio do São Francisco) ao mesmo tempo que cerca de 800.000 ha seriam incorporados à economia da região, justamente no epicentro da área de seca, em atividade permanente, gerando riquezas, solucionando os graves e crônicos problemas sócio-econômicos daquela população.

Paralelamente, seriam resolvidos problemas de abastecimento de água às populações urbanas e rurais, dessedentação de animais e consumo industrial com, apenas, 4 a 5% do volume total desviado.

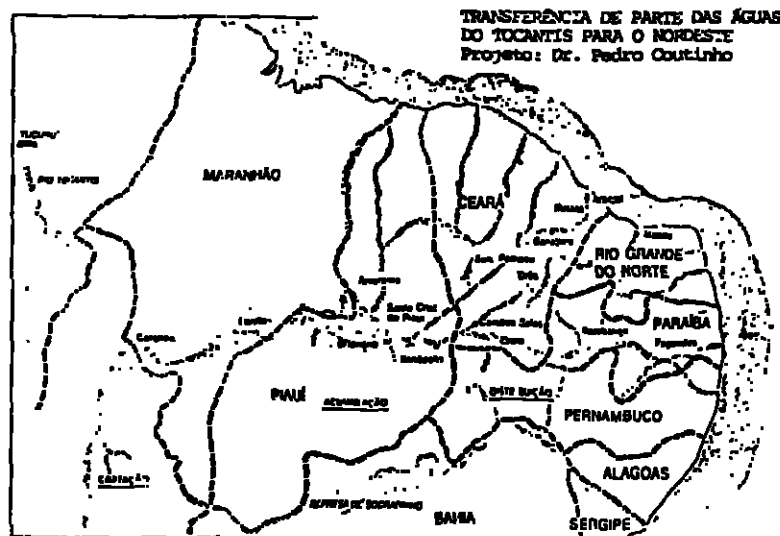
O esforço empreendido, durante a minha gestão, à frente do governo de Pernambuco, conjugado com estudos desenvolvidos pelo Ministério do Interior, estimulamos a acreditar, com satisfação e com redobrado sentimento de esperança, no encaminhamento de uma solução ainda maior para o Nordeste, a partir do aproveitamento, em grande escala, dos excedentes hídricos do São Francisco e, possivelmente, do rio Tocantins.

Aliás, proposta, nesse sentido, foi apresentada pelo Ministro Mário Andreazza em reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE e sua execução está sendo objeto de exame pelas autoridades econômicas do Governo Federal.

Esse importante projeto, cuja idéia remonta aos tempos do Império, não é mais um mero sonho e já superou, em face dos estudos de viabilidade técnica e econômica, a fase em que era posto, por muitos, no domínio das realizações utópicas. O "rio da unidade nacional" pode realmente transformar-se em "rio da integração nacional", quando suas águas penetrarem nas artérias secas do semi-árido nordestino, estimulando, no corpo da região, um grande potencial de vida e integrando definitivamente o desenvolvimento nordestino ao desenvolvimento nacional. Os dados estão à vista. O problema está equacionado, à espera da vontade política para resolvê-lo.

O Projeto prevê a transposição dos excedentes hídricos do rio São Francisco para o semi-árido de quatro Estados: Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, podendo estender-se a outros três, a saber: Bahia, Alagoas e Sergipe.

A idéia começou a tomar corpo e a concretizar-se, desde que o Projeto Radambrasil identificou 1.600.000 hectares de terras irrigáveis de excelente qualidade, no semi-árido dos quatro Estados supracitados, nas bacias dos rios Brígida, Terra Nova, Pajeú, Jaguaribe, Piranhas e Apodí, perenizáveis pela transposição das águas do São Francisco. Note-se ainda que essa área de terras irrigáveis não é excludente, mas apenas significa que, por si só, já justifica o Projeto. Trata-se, em primeiro lugar, não



Fonte: Publicação do "O Estado de São Paulo", pág. 22, edição de 25 de Setembro de 1983.

Embora, sem projeto detalhado, inclina-se na mesma direção, a proposta do Professor Elio Monnerat Solon de Pontes. Ele expôs, em artigo publicado no *Jornal do Brasil*, a sua idéia cujos trechos principais vão em sequência:

"Deus... como brasileiro, segundo a inspiração poética não-lo insinua e sustenta, colocou as águas caudalosas do Tocantins numa altura expressiva, dominando as terras baixas do Nordeste tantas vezes esturricado, tantas vezes sofrido, tantas vezes palco do sacrifício pungente de seres humanos e de animais necessários à sobrevivência do homem.

A solução do problema é simples e ao mesmo tempo radical, importando, na verdade, em obras que poderão ser realizadas, sucessivamente, em cada etapa oferecendo uma antevisão esplêndida e animadora de um novo Nordeste, pelos seus frutos alentadores.

Ela consiste em promover um duplo sistema de barragens, túneis-canais e elevatórias capazes de distribuir permanentemente às regiões secas e água de que a mesma carece.

A capacitação se fará, caso a idéia seja adotada, à altura de 30 metros, perto, relativamente, de Carolina, proporcionando uma vantagem inicial ao próprio curso do Tocantins: permitirá a regularização da vazão deste, principalmente no período das secas, especialmente na fase atual em que sérios distúrbios pluviogenéticos acometem o território brasileiro.

Do início, necessário se fará, em diversas frentes de trabalho, construir um túnel relativamente pequeno — e ainda assim o maior do projeto — se comparado com as extraordinárias consequências: o que ligará Legeado a Balsas para, de imediato, como primeiro feito, aumentar a vazão do Rio Parnaíba.

A primeira das duas barragens de acumulação previstas no plano localiza-se-á nas proximidades de Amarante a 57m de altura, constituindo-se em imenso lago interior.

A partir da bacia de acumulação de Amarante, dois sistemas complementarão o impressionante plano redentor de um pedaço tão grande do Brasil: um vai atingir as imediações da barragem, já existente, de Banabuiú, no Jaguaribe o outro através de linhas de recalque e de segmentos em canais, alimentará os reservatórios e açudes já semeados, na área, pela dedicação de tantos governos nacionais, há tantos decênios, desde o norte do Ceará até a Paraíba e o Rio Grande do Norte."

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Com a realização do Projeto do MINTER de transposição dos excedentes hídricos do São Francisco, que poderá ser completado, com idêntica providência em relação às águas do Tocantins para o Piauí, não estaremos nos arriscando em nenhuma aventura, nem estaremos pisando em terreno desconhecido. Experiências semelhantes de outros países estão aí a nos estimular com seus resultados. O Vale do Tennessee, nos Estados Unidos, e, entre outras, regiões da União Soviética, Israel e Egito estão aí a nos servir de exemplo, que nos anima com redobrado estímulo, vez que muitas dessas áreas têm condições climáticas e de solo mais precárias e precipitações pluviárias mais baixas do que as do semi-árido nordestino.

Israel é um desses exemplos, o qual, por meio da irrigação, a partir do rio Jordão, transformou uma área inóspita em verdadeira terra da promessa. Seus laranjais, por exemplo, que hoje cobrem terras outrora mais áridas do que as do nosso polígono das secas, levaram os seus frutos para grandes mercados do mundo, sob a forma industrializada de suco.

Além desses projetos, já viabilizados e comprovadamente exitosos, cogita-se agora de duas outras iniciativas de grande porte, revestindo-se de caráter certamente monumental.

A primeira — pensada há decênios — pretende usar águas do Mediterrâneo para beneficiar terras desérticas do Estado de Israel, cujos excedentes desaguiam no Mar Morto.

Diz, a respeito do projeto, recente matéria de *O Estado de S. Paulo*:

Vêm-se analisando há decênios a idéia de explorar a geomorfologia do que hoje é Israel, para beneficiar grande parte de suas terras desérticas com águas do Mediterrâneo, que iriam desaguar finalmente no mar Morto, movendo de passagem centrais hidrelétricas.

"As obras de engenharia que construirão a tomada de água do Mediterrâneo estarão localizadas perto de Qatif, 13 quilômetros ao norte da fronteira com o Sinai. A água bombeada será conduzida por um tubo através de sete quilômetros sob os campos cultivados da faixa de Gaza e desembocará num canal trapezoidal aberto de 22 quilômetros de comprimento por 25 metros de largura em sua parte superior. A água continuará logo por um túnel de 5,5 metros de diâmetro e de 80 quilômetros de extensão até uma planície a 400 metros de altura sobre a costa do Mar Morto.

A água do Mediterrâneo levará prosperidade ao deserto do Negev, será usada para o desenvolvi-

to de inúmeras indústrias, mas, especialmente para o turismo e para o cultivo em lagos artificiais de peixes de água salgada. Aliviar-se-ão, neste processo, as pressões econômicas e de população, que, atualmente, habitam a região central superpovada do país.

A água do Mediterrâneo, cuja densidade é de 1,04 grama por centímetro cúbico, boiaria inicialmente sobre a água mais densa do mar Morto, que tem 1,235 grama por centímetro cúbico. Esta separação das águas em níveis de densidade é a base sobre a que será montada outra empresa israelita: a geração de energia elétrica por meio de aproveitamento do calor do Sol."

A outra obra, a ser realizada na Líbia por empreendimento do governo do Coronel Khadafi, quando concluída será o maior rio artificial do mundo com 4 mil quilômetros de extensão. Canalizará águas, localizadas ao Sul do deserto do referido país árabe, para as regiões norte, aproveitáveis para agricultura e justamente as de maior densidade demográfica. A propósito, o *Correio Braziliense* publicou a seguinte notícia:

Os estudos técnicos econômicos informam que este projeto supera, em sua importância, a barragem de Assuan, construída pelo povo egípcio à época do presidente Gamal Abdel Nasser, e a obra de Itaipu, em Foz do Iguaçu, no sul do Brasil.

Segundo informações dos técnicos, este grande projeto vai irrigar 185 mil hectares de terra e permitir a criação de um milhão de carneiros, além da produção de cereais, calculada em 750 mil toneladas por ano, e instalação de 37 mil pequenas fazendas.

As informações revelam também que a quantidade de água que será diariamente transportada pelo sistema de aquedutos equivale a 55% da quantidade de petróleo consumida diariamente no mundo inteiro, e que ela pode ser transportada anualmente através desse aqueduto, equivale a duas vezes o volume de água do famoso lago Como, no norte da Itália.

Os líbios apostaram na execução deste projeto como uma questão de desafio e glória para a realização de sua independência econômica, garantindo os alimentos para esta e futuras gerações."

O Sr. Almir Pinto — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Concedo o aparte a V. Exª, meu caro Senador Almir Pinto.

O Sr. Almir Pinto — Agradeço a V. Exª Queria apartear-lo exatamente porque V. Exª, como ex-Governador do Estado de Pernambuco e tendo participado de muitas reuniões do Conselho Deliberativo da SUDENE, deve estar bem a par da situação que envolve o desvio das águas do rio São Francisco para perenizar esses rios do Nordeste. V. Exª falou, na verdade, que em muitas outras partes do mundo tem havido esse trabalho. Há poucos dias, recebi uma revista, *China*, não sei se V. Exª chegou a ver, que, num artigo, trata do desvio do rio Amarelo, numa distância — eu até guardei bem isto, porque eu queria fazer uma ligeira referência num pronunciamento mais tarde, mas V. Exª está fazendo um belo pronunciamento — de 800 km, da foz do rio até onde deveria irrigar, perenizar. É o rio Amarelo, um rio lodoso, e corrigiram todas essas deficiências. Creio que o projeto a que V. Exª se refere da Bacia de Sobradinho, me parece que é exatamente nesse sentido, do aproveitamento do excedente. Não é isso?

O SR. MARCO MACIEL — Exatamente.

O Sr. Almir Pinto — Eu perguntaria primeiro isso, porque é aquela dúvida. Não sei se V. Exª sabe mas, aqui, de uma feita, tive um diálogo com o Senador Passos Pôrto, sobre aquele Instituto Sócio-Econômico Miguel Calmon, da Bahia, que acha que as águas não che-

gariam para as duas coisas, já que a vazão do rio São Francisco, na época das cheias, chega a 370 mil, não sei bem.

O SR. MARCO MACIEL — No período de cheias, já tem chegado a mais de 10 mil metros cúbicos por segundo.

O Sr. Almir Pinto — O Instituto Sócio-econômico Miguel Calmon condena. E, depois, já disse aqui, no Senado, que de uma feita, lá em Fortaleza, eu li uma entrevista do diretor da CHESF — eu já disse isso aqui — que colocava o Nordeste diante da opção: água ou energia, provinda do rio São Francisco, achando que esse excedente não daria para as duas coisas, energia e água, e perenização, digamos assim, dos rios nordestinos. Depois li, salvo engano, no jornal *O Estado de S. Paulo*, um grupo de bancos internacionais se propondo a fazer esse trabalho que, inicialmente, foi dito aqui, demoraria 40 anos, uns 5 ou 6 bancos, inclusive o Banco Mundial, se propunham fazê-lo em 10 anos, e em 5 anos já se teria algum resultado. Esse projeto em execução já daria algum resultado prático, e o dispêndio seria da ordem de 2,3 bilhões de dólares. Então fiquei a pensar que, na verdade, há possibilidade de ser feito esse projeto sem esse medo, esse receio de que as águas não cheguem para as duas coisas. V. Ex.^a que é um homem que conhece a região, conhece bem a represa de Sobradinho, conhece o projeto, V. Ex.^a poderia aclarar, de fato, de que não haveria esse risco. Inclusive o Instituto Sócio-econômico Miguel Calmon, da Bahia, lembrou que em 1976 o rio São Francisco tinha mostrado o seu dorso, já tinha mostrado areia, que o curso do rio andou secando muito, e havia aquela preocupação de que isso viesse a influir nas hidrelétricas de Paulo Afonso. V. Ex.^a poderia até nos dar notícia se há justificativa para esse receio.

O SR. MARCO MACIEL — Quero inicialmente dizer que V. Ex.^a trouxe um excelente contributo ao meu discurso, quando lembrou que, nesses programas de aproveitamento de águas de rios para irrigação, o governo da China está desenvolvendo, no rio Amarelo, uma proposta também nesse sentido. Eu desconhecia essa proposta e até gostaria de ter, depois, maiores detalhes sobre esse assunto.

O Sr. Almir Pinto — V. Ex.^a desconhecia a proposta dos bancos?

O SR. MARCO MACIEL — Não. Eu desconhecia a proposta do governo chinês a que V. Ex.^a se referiu.

O Sr. Almir Pinto — O governo chinês não se propôs a fazer aqui o nosso trabalho?

O SR. MARCO MACIEL — Não, V. Ex.^a se referiu a que o governo chinês estava realizando um trabalho de regularização do Rio Amarelo. Realmente, eu desconhecia esse trabalho, e quero protestar pelo recebimento do material alusivo ao assunto, para que eu possa melhor me esclarecer sobre essa proposta.

O Sr. Almir Pinto — Eu tenho a matéria.

O SR. MARCO MACIEL — Pois não. Eu agradeceria se pudesse ter de V. Ex.^a um exemplar desse estudo.

Agora, V. Ex.^a suscitou um outro problema que, a meu ver, já está bastante esclarecido, que diz respeito ao aproveitamento das águas do Rio São Francisco. Está mais ou menos claro que o Rio São Francisco dispõe de água sobrando para irrigação; ou seja, que o São Francisco tem de águas excedentes para, além da geração de energia elétrica, — e, ressalte-se ainda outros aproveitamentos energéticos podem ser feitos; agora mesmo está sendo construído Xingó, e já se cogita mais adiante de Ibó — o aproveitamento agrícola ou agropecuário. Naturalmente que o território irrigável no Nordeste é bastante grande, e nós não temos, somente com as águas do

São Francisco, condições de irrigar toda a imensa área. Por isso que defendo do lado do aproveitamento das águas do Rio São Francisco, que se faça também a transposição de águas de bacias de outros rios, inclusive do Tocantins. Isso daria, então, uma condição para que, adicionalmente, o Nordeste pudesse irrigar uma área maior do que as disponibilidades atuais oferecem. E devo também dizer a V. Ex.^a que não basta, simplesmente, desviar águas dos rios para irrigação. Mister se faz também que se cuide de reflorestar a região, inclusive as cabeceiras e os leitos dos rios, porque sem o reflorestamento nós corremos o risco, como se passa agora em Senegal, por exemplo, e também como já ocorre em áreas do Brasil, de haver uma crescente desertificação, o que será, a meu ver, excessivamente perigoso e, de modo especial, extremamente grave para o futuro de regiões como as nossas.

O Sr. Almir Pinto — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não.

O Sr. Almir Pinto — Quero apenas esclarecer a V. Ex.^a que não coloquei o problema sobre a questão da irrigação; se as águas do São Francisco chegariam ou não para a irrigação, e sim para a perenização. Aí é que acho uma distinção. Porque na verdade as águas poderão chegar muito bem para a irrigação, digamos, em Pernambuco, ali onde na verdade ele tem o seu leito. O que faz pena é se ver, na televisão, não sei quantos hectares de terra às margens do São Francisco agricultáveis e não aproveitadas, isso é que faz pena. Mas o problema que estou colocando para V. Ex.^a é a suspeita, ou melhor, a afirmação do Instituto Sócio-Econômico Miguel Calmon, da Bahia, e a entrevista dada pelo Diretor da CHESF, de que o Rio São Francisco não dispõe de água para perenização — não é irrigação — dos outros rios, inclusive de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e do Piauí. Se bem que acho que a perenização, através do Rio São Francisco, para o Ceará, não vai ter lá muito resultado, quando nada, na primeira etapa, pelo que vejo, as águas do São Francisco, se desviadas, cairão no Rio Bastiões, lá do Ceará, que desagua no Rio Salgado, que banha inclusive a minha terra natal e é o principal afluente, pela margem esquerda, do Rio Jaguaribe. Aí ficou o Orós na frente. Quer dizer, praticamente — como se diz — havendo invernos regulares no Ceará, e mantendo-se o Açude Orós uma boa cota d'água, estará garantida, assegurada a perenização do Rio Jaguaribe; esta é a realidade. Então, o problema do São Francisco, só numa segunda etapa, porque inclusive no Piauí, terra do Senador João Lobo, talvez fosse melhor beneficiado se viessem as águas do Tocantins; pegaria o Guruguia e, quem sabe, pegaria a região Oeste do Ceará, a Chapada do Apodi, desaguardo no Rio Acaraú e naqueles outros rios menores, aí sim, porque o São Francisco, a rigor, só perenizaria o Rio Salgado e o Rio Jaguaribe, no sertão, digamos assim, Sul e uma parte do Ceará central. Mas já o Rio Guruguia, sendo perene, pegando águas do Tocantins, poderia desaguar também no Rio Acaraú e iria dar uma situação muito interessante, para o Ceará, de aproveitamento do grande vale, do fértil Vale do Acaraú, na região Norte do Estado.

O SR. MARCO MACIEL — Meu caro Senador Almir Pinto, quero dizer a V. Ex.^a que não tenho dúvida — e os estudos nesse sentido já deixam bem claro — de que as águas do São Francisco são suficientes para a perenização de muitos rios do Nordeste, de modo especial, de alguns de seus afluentes. Efetivamente que elas não são suficientes para o atendimento de todas as áreas irrigáveis do Nordeste. Por isso que dizia, há pouco, que eu não só defendo a transposição das águas do São Francisco para seus afluentes como defendo muito mais do que isso: a transposição de águas do Tocantins e de outras bacias, desde que viabilizadas tecnicamente, para o reforço das necessidades do Nordeste.

O projeto que o Ministério do Interior desenvolve, a meu ver, ele tem várias etapas, e numa delas, como consequência de seu desenvolvimento, está o aproveitamento das águas do Tocantins, e espero que tal efetivamente seja viabilizado.

Prossigo, Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A transformação do semi-árido nordestino em terra produtiva, por meio da valorização de seus recursos hídricos, especialmente pela irrigação em larga escala, teria naturalmente que completar-se com uma política de reflorestamento da região, a qual, como já observamos, se inclui numa política global de recursos hídricos.

É sabido, com efeito, que a presença de bosques de vegetação arbórea e arbustiva provocam precipitações pluviárias, durante a noite, nas áreas de clima semi-árido ou, mesmo nos meses de estio, criam condições favoráveis à ocorrência de orvalho.

Estudos científicos mostram que a formação vegetal pode devolver 75% da umidade que recebe da atmosfera. Além disso, as matas retêm grande parte das precipitações pluviárias, defendem o solo contra a erosão e controlam as enchentes.

Conclui-se, assim que uma política de reflorestamento é, também, imprescindível à recuperação do semi-árido. O mais importante é que conquanto outrora parecesse difícil, o reflorestamento hoje se mostra factível.

O semi-árido pode ser reflorestado à base de algaroba, por exemplo, cuja copa frondosa e verde resiste à pior estiagem, como demonstram hoje as experiências no Sertão. Essa árvore tem ainda a vantagem de servir de alimentação para o gado, não só pela sua folhagem, mas pelas vagens que produz, de alto teor protéico. O semi-árido nordestino está hoje, de longe em longe, pontilhado de algarobas, que lá encontram um habitat quase natural, ao qual se adaptam extraordinariamente bem.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O que nos falta então? Será que devemos deixar uma terça parte da população do País, em permanente estado de subdesenvolvimento, quando os meios para a ação estão à vista de todos?

Será que teremos a velocidade de esperar que o Brasil se transforme numa grande potência, quando uma parte considerável de seu organismo permanece enfermo?

Será que o Nordeste pode viver de esmolas, que nada resolvem? Elas apenas atenuam a fome, por períodos limitados, em prejuízo da verdadeira promoção humana e tendem a enfraquecer o caráter de um homem, que é proverbialmente conhecido como sendo "antes de tudo um forte".

Os donativos têm, em si mesmos, um apreciável sentido de solidariedade humana, mas é lamentável que se transformem numa necessidade, porque eles só existem pelo fato de que não tivemos ainda a coragem de dar a um povo as condições, com as quais ele possa efetuar o seu próprio desenvolvimento e produzir suas riquezas.

O desenvolvimento do Nordeste, com efeito, como, aliás, o desenvolvimento de qualquer região, não pode simplesmente processar-se, de fora para dentro, como já o observamos, no início deste pronunciamento.

O sangue que, porventura, se tente injetar nas artérias da região nordestina, proveniente de outras partes do organismo nacional, não será suficiente para revigorá-la, se não se encontrarem, na própria região, as condições de sua perfeita assimilação e de sua revitalização, como o requer o processo vital de qualquer organismo. Nenhuma parte, com efeito, do organismo vivo se sustentará sadia e forte, se não tiver em si mesma, a força e o dinamismo necessários à permanente geração do processo vital. Sua tendência será sempre atrofiar-se paulatinamente, após um momento de ilusória recuperação.

O que fazer então? Deixar que o Nordeste, entregue à sua própria sorte, defina, cada vez mais, à medida que a área atingida pelas secas avança, a largos passos, como está acontecendo, sobre terras antes produtivas?

Essa seria a única opção, como, aliás, tem sido até hoje, se não houvesse, à vista opções de reflorestamento e

irrigação, principalmente se o Nordeste não dispusesse de solos férteis e produtivos e de recursos hídricos, não só suficientes, mas, de certo modo, consideráveis e mesmo abundantes, para a valorização de seu território, na região semi-árida. Porque essa é a única saída, a grande opção definitiva. Nem a indústria, nem os serviços, nem qualquer grande obra isolada podem gerar os recursos necessários e suficientes para o soerguimento de sua economia. É o solo, antes de tudo, base primeira de toda riqueza, que deve ser valorizado e produzir recursos.

Tanto isso é verdade que, no setor da indústria e no setor dos serviços, os índices de crescimento do Nordeste por vezes ultrapassa os do Brasil, como um todo, mas como na área da agricultura seu desempenho é muito inferior, resultando em um empobrecimento relativo da região.

Acrescente-se a isso o fato de que em uma região, onde quase 90% de seu território são relativamente improdutivo, ou pouco produtivos, de maneira permanente, jamais poderá desenvolver-se, de maneira duradoura, um dinâmico sistema industrial. Sua tendência será estacionar ou mesmo regredir, pois sua sustentação serão sempre artificial, de fora para dentro.

Não há dúvida de que o fenômeno das secas, da qual se tem registro, a partir do século XVIII, não só tem provocado, pela sua extensão e intensidade, as mais dramáticas cenas de miséria e de fome do País e mesmo do mundo, como é ainda, também, o fator responsável fundamental pelo atraso crônico do Nordeste, pela progressiva debilidade de sua economia e pelo constante agravamento de suas condições sociais e humanas.

Para se ter uma idéia do ônus que tal situação representa para o Nordeste, basta considerar que, de 1979 a 1983, só em Pernambuco, o habitante do semi-árido deixou de produzir 3 milhões de toneladas de apenas 3 produtos (milho, feijão e mandioca), enquanto que a produção de algodão em caroço foi reduzida em cerca de 150 mil toneladas.

Apenas essas perdas acarretaram, é preciso que se frise, somente em Pernambuco, uma redução no valor bruto de produção, da ordem de 200 bilhões de cruzeiros, a preços de junho do corrente ano. E isso sem se ter em conta as perdas em outros produtos e na pecuária.

O mais dramático de toda essa situação é que a tendência tem sido o agravamento do quadro. O Polígono das Secas, que tinha sido delimitado em 950.000 km², no ano de 1951, de um total de 1.500.000 km² da área nordestina, já aumentou em cerca de 400 mil km², a partir de 1979, cobrindo hoje cerca de 90% de toda a região. Com efeito, áreas do Maranhão, antes sujeitas às enchentes, têm sofrido o efeito das secas que hoje atingem uma área de 1.380.000 km², afetando 877 municípios.

É claro que o Nordeste, nessa situação, jamais poderia aspirar a ter níveis aceitáveis de desenvolvimento, pois a área realmente produtiva da região jamais seria capaz de suportar o ônus imposto pelas Secas.

Que fazer-se, então, perguntaríamos de novo. Lutar contra a seca? Certamente que não, pois ela é um fenômeno macroclimático inerente à paisagem nordestina.

Na realidade nós sabemos o que fazer. A solução está à vista. Só a irrigação, em larga escala, a partir do maior potencial hídrico nordestino, que é o São Francisco, completada por uma política de reflorestamento, integrará o Nordeste ao desenvolvimento nacional. Os estudos de viabilidade técnica e econômica estão aí. Só falta materializar uma vigorosa decisão política destinada a redimir uma região e um povo, que escreveu para a história pátria muitas de suas mais belas páginas e que enriqueceu a Nação de um acervo cultural, que é, não só para os nordestinos, mas para todos os brasileiros, motivo de justo orgulho.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Região berço da nacionalidade e da própria história pátria, o que o Nordeste, sobretudo a sua enorme porção semi-árida, pretende é, basicamente, a viabilização desses programas.

A partir daí o nordestino do sertão deixará de viver mercê da ajuda federal obtida muitas vezes sob o impacto de inclementes secas que despertam a miséria nacional.

A reivindicação que fazemos é de que o Governo Federal considere como prioritária, a execução do Projeto que o Ministério do Interior, por intermédio do DNOS realiza, e, igualmente, apie iniciativas estaduais no mesmo sentido. Sei que, além do Projeto Asa Branca, em Pernambuco, há programas semelhantes no Ceará, Alagoas, Bahia, Rio Grande do Norte, Sergipe, Piauí, enfim, em quase todos Estados da região.

E que os recursos destinados para projetos não se voltem exclusivamente para o aproveitamento das águas dos rios do Nordeste, inclusive mediante a transposição de águas da bacia do Rio Tocantins, mas para a execução de programas integrados. Portanto, ao lado da irrigação, promova-se o desenvolvimento agrícola e pecuário — especialmente a caprinocultura —, a par da execução de obras de infra-estrutura econômica (estradas e eletrificação, sobretudo) e social (educação, saúde e habitação).

Hoje não é só o Nordeste que reclama essa decisão política. É a própria consciência nacional que, pela primeira vez, se viu profundamente chocada, de norte a sul e de leste a oeste, pelas terríveis imagens que a televisão levou aos quatro cantos da Nação.

Uma decisão política vigorosa e abrangente para o desenvolvimento do Nordeste não é só uma questão de justiça e de equidade, é também uma exigência do próprio desenvolvimento do País.

É necessário corrigir-se essa distorção, para que o País possa aspirar realmente ao desenvolvimento harmônico e integral.

A decisão política para o desenvolvimento do Nordeste tem que ser tomada em toda amplitude e profundidade. Dirlamos, mesmo, que nada há de maior urgência no País, porque por ela brada um terço da população do Brasil e porque a reclama e exige a consciência nacional em sua totalidade. Essa decisão pode significar, também, a primeira grande realização de uma política nacional de valorização de nossos recursos hídricos, ponto de partida para outras medidas de grande alcance nesse setor e estímulo poderoso para uma nova e decisiva etapa do desenvolvimento do País.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Felizmente, o Brasil moderno superou a cética observação feita por um grande político que o Rio Grande do Sul ofereceu à Nação — Oswaldo Aranha — de que: "o Brasil é um País deserto de homens e idéias".

A Nação, graças ao esforço de seus filhos, conheceu momentos de grande progresso até bem pouco tempo e voltará, estou certo, logo supere grave crise que a acomete.

Idéias, plano, programas também os tem. Estes como se sabe, também são abundantes com relação à solução dos problemas do Nordeste de sua área mais crítica — o semi-árido.

Acredito, portanto, segundo o tempo a que a cada uma coisa foi prescrito — parafraseando o Eclesiastes — ser o tempo de executar estes projetos e, assim, converter em realidade os sonhos de tantas gerações de brasileiros do Nordeste.

Muito obriga. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Lobo.

O SR. JOÃO LOBO (PDS — PI, Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quero registrar, neste momento, o convite feito pelo Ministro da Previdência Social ao Dr. Jofran Frejat, Secretário de Saúde do Distrito Federal, para ocupar a Pasta de Secretário-Geral do Ministério da Previdência Social.

O Dr. Jofran Frejat, meu conterrâneo, é médico, cirurgião brilhante, com especialização na Inglaterra, pertencente ao Colégio de Cirurgiões e uma dessas vocações para os quadros administrativos. Largou o seu consultório, largou o seu bisturi para sentar-se à mesa do burocrata, do dirigente, a fim de enfrentar o crônico problema de saúde com que se debatia o Distrito Federal, Brasília.

Tomando posse em março de 1979, criou o Plano de Assistência de Saúde para o Distrito Federal, dentro da realidade da época, dividindo a cidade em hospitais regionais. Atualmente, todas as cidades-satélites possuem hospitais regionais, e Jofran Frejat reformou todos eles e construiu ainda um hospital e uma maternidade na Ceilândia. Brasília tinha cinco postos de saúde em toda a sua área; esses cinco postos foram reformados, transformados em centros de saúde e construíram-se mais trinta e cinco centros, perfazendo um total de quarenta postos de saúde, disseminados ao longo de toda a área do Distrito Federal.

O Sr. Almir Pinto — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO LOBO — Com prazer, ouço o eminente Senador, Dr. Almir Pinto.

O Sr. Almir Pinto — Nobre Senador João Lobo, quero endossar as palavras de V. Ex^a em relação ao comportamento do Dr. Jofran Frejat à frente da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Eu não sei, não conheço seu substituto, dizem que é um excelente homem, dinâmico e poderá substituir com igualdade de trabalho, de produtividade o Secretário Jofran Frejat. Mas, quero dizer que o Distrito Federal teve uma grande perda. Eu digo mais, quando assumiu o Governo do Distrito Federal o Coronel José Ornellas, falou-se que S. Ex^a possivelmente mudaria o Secretário de Saúde. Então, eu disse que não seria uma boa, porque na verdade, o que tem feito o Dr. Frejat, o que fez o Dr. Frejat, à frente da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, foi uma coisa notável mesmo. Tive oportunidade de privar com S. Ex^a, quando Secretário de Saúde, acompanhar o seu trabalho corajoso, sobretudo à frente daquela Pasta; garantiu assistência à população de Brasília, e quando digo Brasília refiro-me mais às cidades-satélites — foi para onde ele mais olhou; portou-se como um digno titular da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Quem ganhou, no final das contas? O Ministério da Previdência, que terá na Secretaria-Geral um moço inteligente, um moço culto, capaz e que poderá ser o braço direito do Ministro Jarbas Passarinho à frente daquela Pasta.

O SR. JOÃO LOBO — Agradeço o brilhante aparte do nobre Senador Almir Pinto, médico, entendido no assunto, e que incorporo, Sr. Presidente, a este meu pronunciamento.

Construindo 40 Centros de Saúde, ao longo da área do Distrito Federal, Jofran Frejat fez com que a população não precisasse se deslocar para o Plano Piloto, indo direto para os hospitais regionais que estão capacitados para realizar qualquer cirurgia. Somente os casos graves são encaminhados aos hospitais de base. Hoje, Brasília tem o menor índice de mortalidade infantil do País, apesar da grande corrente migratória das áreas de invasões, que todos nós conhecemos, constituir um gravíssimo problema no Distrito Federal.

Deixa praticamente pronto o Hospital Regional da Asa Norte que entrará em funcionamento em janeiro. A obra ficou parada desde 74 até 79, quando Jofran Frejat resolveu dar impulso a essa obra de grande necessidade para a Asa Norte do Distrito Federal.

O Hospital de Base está sendo totalmente reformado, de maneira a dotar Brasília de uma Medicina de alta sofisticação, possuindo até mesmo uma fábrica de válvulas cardíacas, realizando cirurgias de transplante de rins etc., dentro da mais moderna e sofisticada técnica médica que o País possui.

Instalou 12 Postos de Saúde na zona rural, e tem projetados mais 6 Postos que ele pretendia concluir ao longo deste ano, que ainda tinha de mandato no Governo do Sr. José Ornellas.

Assim, Sr. Presidente, queremos fazer este registro, parabenizando o Sr. Ministro da Previdência Social por ter tido a acuidade, por ter tido a clarividência de chamar para o quadro da Previdência Social, um homem do garhito de Jofran Frejat, que tenho certeza, dará uma grande, uma enorme contribuição ao Ministério da Previdência Social, como Secretário-Geral deste Ministério.

Era este o registro que queria fazer neste momento, nesta tarde, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Sr. Senador João Lobo, embora o Regimento não me permita em nome da Mesa, associar-me às homenagens que V. Ex^a presta, não me impede de em caráter pessoal, manifestar o meu apoio, a minha solidariedade à justa homenagem que V. Ex^a presta nesta tarde ao Dr. Jofran Frejat.

Acompanhei a sua obra, como seu admirador, e perde a Secretaria um grande Secretário, mas ganha a Secretaria-Geral da Previdência Social um homem para o cargo. Por isso é que em caráter pessoal, como Senador, manifesto a minha solidariedade, e vejo que mais uma vez o nosso querido companheiro, Presidente eterno desta Casa, Jarbas Passarinho, acerta na escolha. Nós medimos a competência dos homens também — este é um parâmetro — quando ele sabe escolher os seus auxiliares, e Passarinho escolheu o homem certo, para o lugar certo.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Martins Filho.

O SR. MARTINS FILHO (PDS — RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tenho uma comunicação particularmente grave aos meus nobres pares, principalmente ao Líder Aloysio Chaves e aos companheiros do PDS.

Sempre segui a orientação partidária e, salvo para não transpor as fronteiras da consciência, mantive-me fiel à Liderança e tudo fiz para o engrandecimento do nosso Partido.

Hoje, todavia, declaro-me discordante.

Não do programa partidário;

Não da linha geral da atuação do Partido; não discordante contra o Partido.

Declaro-me discordante a favor do Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo.

Declarou Sua Excelência, em terras de África:

— Eu sou pela eleição direta. Agora, eu acho muito difícil aquele ideal meu, de estabelecer uma eleição direta para o meu sucessor. Acho muito difícil, porque o meu Partido não iria se conformar; eu me conformo, mas meu Partido não iria se conformar. Se dependesse de meu voto, aprovaria. A impossibilidade está em que o meu Partido não abre mão do direito de eleger o futuro Presidente."

Sim, Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Se meu Partido for realmente contra o aperfeiçoamento institucional; se é verdade que meu Partido se opõe à realização de eleições diretas, apesar de serem estas uma aspiração nacional; se meu Partido, depois de tantos anos de conformismo, e conformismo até em assumir posições anti-populares, contrárias ao próprio interesse partidário, revclar-se agora, rebelado e inconformista contra a vontade expressa de seu Líder maior, de adotar uma medida que toda a Nação espera, tenho de me posicionar contra o Partido, em apoio ao Senhor Presidente da República.

Sou a favor de eleições diretas para o sucessor do Presidente Figueiredo! Se meu Partido ficar contra as eleições diretas, digo, desde agora, a toda a Nação brasileira, que eu, Senador José de Souza Martins Filho, estou a favor, mesmo contra o Partido.

Se o Senhor Presidente quiser assumir a coordenação partidária tão logo retorne, com vistas ao restabelecimento de eleições presidenciais diretas, coloco-me, desde já, à sua disposição, para fazer tudo o que estiver a meu alcance no convencimento de nossos correligionários, de que é imperativo seguirmos a orientação de Sua Excelência, ajudá-lo a consumir o projeto de abertura democrática, com eleições livres, sem casuísmos, sem cartas marcadas, onde cada brasileiro diga quem deve ser o Presidente da República.

Não creio, todavia, que o PDS assuma, no Congresso Nacional, posição contrária à Mensagem presidencial que restabelecesse, para a sucessão do Presidente Figueiredo, as eleições diretas.

Não! Creio o contrário!

No dia em que o Sr. Presidente desta Casa, proceder a leitura da Mensagem presidencial reestabelecendo eleições diretas e democráticas para a Presidência da República, o aplauso nacional será tão intenso e comovente, que ninguém se posicionará contra sua aprovação.

Respeito as posições divergentes!

Acho, todavia, insustentável a tese de que o PDS não deva aceitar as eleições diretas para a sucessão do Presidente Figueiredo, porque isso fraudaria seu direito, já assegurado, de fazer o sucessor.

Primeiro, por sua vulnerabilidade política. Invoca-se constantemente o argumento de que as regras do jogo, estabelecidas pela Constituição vigente, assim o dispõe.

Não me parece, todavia, para manter o jargão, que essas regras de jogo sejam encontráveis nos melhores manuais de Democracia. Lembrem, muito mais, improvisações à moda da casa, para um joguinho em família, do que regras que se estabeleçam para ordenar as disputas de uma olimpíada.

Seria intolerável e desmoralizante ganhar um troféu sob os apupos da torcida, até porque, o que está em jogo é a suprema Magistratura da Nação, que não valerá um níquel, nem será viável se, pela Nação, lhe for negado o reconhecimento legitimador.

Seguiria a Nação uma liderança que não lhe conquistasse a fé?

Confiaria a Nação em alguém que não viesse sagrado por urnas universais, secretas e livres, nesta aurora de Democracia que está vivendo o País?

Que condições teria de governar a Nação, num instante particularmente difícil de sua História, alguém que viesse sem a unção do consenso popular?

São questões que precisam ser refletidas com maior profundidade.

Quem garante, ademais, a invulnerabilidade dessas regras, para se obter o resultado que o PDS acredita ser seu, por direito de conquista?

Em passado não muito distante, vimos o Governo amargar derrotas, por escudar-se em regras de jogo igualmente à moda da casa.

Não poderá o PDS ficar diante de situação idêntica, saindo da convenção com um candidato e vendo outro se eleger no Colégio Eleitoral, no maior vexame político de nosso tempo?

Isso é mais plausível do que muita gente imagina.

Dai, nós, do PDS teremos de desfilar ante a Nação, com um gozado chapéu de bobo na cabeça, como aqueles que impediram a eleição direta para fazer o Presidente e não o fizeram na própria eleição indireta.

Segundo, por sua duvidosa moralidade.

Sei do adágio de que em política só não vale perder. Guardo cá minhas dúvidas, quanto à validade desse pragmatismo.

A História está eivada de ganhadores que perderam e de perdedores que ganharam, em razão apenas de terem ou não princípios.

Isaú perdeu a primogenitura, e com ela a chefia de seu povo, por ganhar um prato de lentilhas.

Política não se faz só com espertezas. Faz-se principalmente de idéias.

O Sr. Hélio Gueiros — Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. MARTINS FILHO — Com muito prazer, nobre Senador Hélio Gueiros.

O Sr. Hélio Gueiros — Nobre Senador Martins Filho, V. Ex^a faz muito bem em responder a essa convocação feita pelo Presidente da República, a respeito da posição do seu Partido, o PDS. Parece-me que o Presidente João Figueiredo está mal informado a respeito da posição dos integrantes da Bancada do PDS. V. Ex^a agora está dando um testemunho público de que quer as eleições diretas, e as razões sérias e legítimas de querer as eleições diretas em lugar das eleições indiretas. Acredito que com o seu testemunho, outros depoimentos virão a esta Casa, como à outra Casa do Congresso e queira Deus que o Presidente da República tome conhecimento desses depoimentos e resolva mandar para cá uma mensagem reintroduzindo a eleição direta para Presidente da República. Quero dizer a V. Ex^a que eu não participo do mau conceito que o eminente Presidente da República faz do PDS, achando que o Partido do Governo já, previamente, perdeu a eleição. Não existe, absolutamente, essa vitória prévia de nenhum Partido, como não existe nenhuma vitória prévia em jogo de futebol. Ainda domingo passado, o Americano, lá do Estado do Rio de Janeiro, derrotou o poderoso Vasco da Gama, dentro do gramado de São Januário. Absolutamente, não quero comparar PDS com o Americano, mas quero dizer que não existe nenhum fundamento eleitoral, nem político, nem fundamento de espécie alguma para se dizer que numa eleição direta o PDS já sai derrotado. O problema da eleição direta é que há de se ter cuidado e muito cuidado na escolha do nome a ser levado ao povo pelo Partido. Ontem, o nobre Senador Benedito Ferreira se insurgiu contra a eleição direta dizendo que o povo nunca foi consultado a respeito dos candidatos e por isso essa eleição direta também era ilegítima. Eu disse a S. Ex^a, em conversa particular, que desse jeito, então, todos os senadores e deputados são ilegítimos, porque não houve, com respeito à nossa candidatura e à dos nobres deputados federais e governadores, nenhuma consulta prévia ao povo; a consulta do povo é decisiva, é final, é o julgamento. Quem escolhe são os partidos, esses assumem a responsabilidade pela escolha e quem decide, quem julga, é o povo. Então, V. Ex^a tem toda a razão, e tem toda a oportunidade em vir ao Plenário desta Casa, para comunicar ao Presidente da República que muitos elementos do seu Partido, e eu quero crer que a maioria, estão dispostos a aceitar as regras da eleição direta, com a qual, inclusive, o Senhor Presidente da República coroa o seu processo de aperfeiçoamento democrático, muito oportunamente, se mandasse essa mensagem para o Congresso ainda este ano, no ano em que se comemora o centenário do pai do Presidente João Figueiredo. Era o que eu desejava dizer, apartando V. Ex^a.

O SR. MARTINS FILHO — Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Hélio Gueiros, pelo seu aparte. E quero reafirmar não só o meu apoio ao Presidente da República, nesta luta que ele se diz disposto a travar, para implantar as eleições diretas em nosso País, mas também assumir um compromisso com esta Casa, e com a Nação, de lutar ao lado de todos os brasileiros que pretendem aperfeiçoar a nossa democracia.

Prossigo, Sr. Presidente:

Apegar-se a um farisaico constitucionalismo, quando se sabe que a constituição vigente é fruto de um decreto da junta militar, que impediu a posse do vice-presidente eleito, não me parece posição das mais defensáveis em tempos de democracia.

Eu não assumo tal posição. Defendê-la seria legitimar tudo o que de ilegítimo e de casuístico foi feito neste país, apenas para a manutenção de posições de poder.

Seria a lógica da força, da esperteza, da matreirice, contra a lógica da dignidade, do respeito, da inteligência política.

Quero ganhar eleições. Quero derrotar a oposição. Quero eleger meus candidatos. Mas, sobretudo, quero exercer, com dignidade, o mandato popular; quero trabalhar para o engrandecimento da nação.

Eu sei, estou absolutamente convicto de que não sou excessão no Congresso Nacional, ao contrário a grande maioria, a quase totalidade dos homens que se assentam nesta casa e na Câmara dos Deputados, é constituída por pessoas inatacáveis, que sobrepõem os princípios às conveniências da conjuntura.

Terceiro, sou contrário à tese de que o presidente é nosso, se as eleições forem indiretas, porque ela contraria aspirações nacionais, hoje arraigadas.

Nosso ilustre presidente, Senador Moacyr Dalla, levantou a idéia de um plebiscito para votar sim ou não, à eleição direta à sucessão do Presidente Figueiredo.

A proposta é legítima e democrática.

Somente não a subscrevo sem reservas, por estar convencido de que a opinião nacional, pelo pleito direito, é notória, evidente, ressalta à vista de qualquer observador.

O Sr. Aderbal Jurema — V. Exª me permite um aparte?

O SR. MARTINS FILHO — Com muito prazer, nobre Senador Aderbal Jurema.

O Sr. Aderbal Jurema — Eu chegava ao plenário, quando ouvi V. Exª sendo aparteado pelo nobre Senador Hélio Gueiros, essa figura irrequieta que o Pará nos mandou para esta legislatura e que todos nós admiramos, e V. Exª respondia que o Presidente Figueiredo estava disposto a lutar pelas eleições diretas. Embora eu ache que no meu Partido é muito cômodo ser pelas eleições diretas, porque sintoniza com o movimento das oposições e ganha manchetes em jornais, eu quero ler para V. Exª um telegrama de Dakar, chegado há pouco, que diz:

"Figueiredo interpreta suas declarações à Imprensa. Dakar (18/ENB) — O Presidente João Figueiredo, tendo em vista as repercussões de suas declarações feitas em Lagos, na Nigéria, determinou ao seu Secretário de Imprensa que desse a interpretação oficial de sua entrevista. Disse o Secretário de Imprensa e Divulgação da Presidência da República: "o que eu estou transmitindo a vocês é a interpretação oficial que o presidente Figueiredo, pessoalmente, se preocupou em transmitir à imprensa, tendo em vista a repercussão da entrevista dele. O Presidente me chamou agora, após o almoço, para comentar comigo o sentido da entrevista e pediu que transmitisse a vocês e, através da imprensa, à opinião pública nacional. O pensamento dele é o seguinte: ele, pessoalmente, pode ter uma opinião favorável às eleições diretas, mas não tem as eleições diretas como projeto político. Ele é um homem de partido, segue a orientação que o PDS tem na questão. Quando ele comentou a posição do PDS a esse respeito foi exatamente no sentido de que se conforma — termo que usou na entrevista — com a orientação do PDS e respeita o direito que o partido tem de eleger o seu sucessor. — Ele recuou, então, da entrevista dele? — Não, ele não recuou. Isto está na entrevista dele. Está reafirmando o que disse na entrevista, mas dando a interpretação correta, que as manchetes dos jornais não retrataram. Ele tem uma opinião pessoal, mas ele segue a orientação do partido. Ele reconhece que a orientação do partido é pelas eleições indiretas. Ele reconhece o direito que o partido tem de eleger o seu sucessor, uma vez que conquistou a maioria do Colégio Eleitoral nas eleições de 15 de novembro passado. Esta é a interpretação pessoal que o próprio presidente faz do conjunto da entrevista que ele deu em Lagos. Vocês (imprensa) me pediram a repercussão; como é que o presidente tinha

visto as interpretações que foram dadas à entrevista. E a interpretação é essa, feita por ele mesmo". Em nome da Liderança do PDS, aproveitei o discurso do nobre colega do Rio Grande do Norte para ler essas declarações do Secretário de Imprensa. Dr. Carlos Átila, chegadas há poucos minutos de lá.

O SR. MARTINS FILHO — O meu pronunciamento se baseia no que vi e no que ouvi através da televisão; as palavras do Senhor Presidente da República. A interpretação do seu porta-voz, eu ouço. Agora, aqui, estou dando a minha interpretação. Não sou ventríloquo. Digo o que acho que está certo ou que está errado. Ouvi e vi o Senhor Presidente se posicionar a favor das eleições diretas. Também ouvi Sua Excelência pronunciar que não era político, e que essas decisões não cabiam a ele, ouvi ele dizer: "Não me cabe, pois não sou político". Causa-me estranheza porque ele assume, no momento, o maior cargo político da Nação, então, consequentemente, o tenho na conta de um político, também.

O Sr. Hélio Gueiros — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MARTINS FILHO — Com muito prazer.

O Sr. Hélio Gueiros — V. Exª já respondeu muito bem, porque em outras ocasiões o Presidente da República tem, realmente, sido desmentido pelo seu Secretário de Imprensa, e nós não tínhamos como verificar até que ponto havia uma intromissão indebita, ou exagerada do seu Secretário de Imprensa. Acontece que V. Exª disse muito bem. Dessa vez, a declaração do Presidente da República foi pelo método audio-visual. Até analfabeto, cego, podia compreender, porque foi, ao mesmo tempo, o visual e o auditivo. Então, entrou pelos olhos e pelos ouvidos de todo mundo. Todo mundo assistiu ao Presidente dizer, claramente, que era favorável às eleições diretas. Por ele haveria as eleições diretas, mas o quem estava atrapalhando era o PDS. Acho que quando a pessoa faz uma declaração, ela não fica mais com o direito de interpretar a interpretação jogada no consumo é dos outros. Ela faz a sua declaração, e o problema da interpretação passa a ser dos outros e não dela mesma. Se aceitarem esta interpretação do próprio Presidente da República, na verdade, o que se tem que constatar, nobre Senador Martins Filho, é que realmente o jornalista é que acertou, quando perguntou: "O Presidente está recuando da sua declaração anterior?" E, como palavra é fácil, é só jogo de palavras, o Sr. Carlos Átila disse: "Não, não está recuando". Mas, na verdade, se é exato esse depoimento do Sr. Carlos Átila, a verdade é que, por isso, por aquilo, o Presidente João Figueiredo está recuando da sua bonita posição ontem mandada ao ar pelas televisões brasileiras. Mas, eu quero ainda acreditar, que quem está errado, quem esteja dando interpretação equivocada, seja o jornalista Carlos Átila. Afinal de contas, o nobre Presidente João Figueiredo é maior, vacinado, tem 65 anos, sabe falar o português direito, às vezes até de uma maneira mais direta, crua e franca, do que muitos assessores e porta-vozes. É o que ele disse, foi de uma maneira muito clara, incisiva. Ele quer as eleições diretas. Só pede para o PDS não atrapalhar. É por isso que saúdo, mais uma vez, o pronunciamento de V. Exª, e estou certo de que outros companheiros brilhantes de V. Exª virão ao plenário, à Imprensa, de qualquer maneira, reafirmar a sua posição de inteira solidariedade ao Presidente João Figueiredo, nesta posição corajosa, que ele toma em favor das eleições diretas. À propósito, aliás aproveitando o aparte, é que quero dizer que, se o Presidente da República quer se decidir pelas eleições diretas, ele tem que se decidir com certa brevidade, porque, aí, eu concordo com V. Exª, a eleição direta não pode vir como casulismo para prejudicar algum candidato já sacramentado pelo Partido de V. Exª Não tem graça, e é absolutamente inaceitável que a decisão sobre eleição direta só venha depois que o PDS escolher o seu candidato. Nesse caso, eminente Senador Martins Filho,

eu sou capaz de ficar do lado do candidato escolhido do PDS, porque não posso admitir e nem aceitar golpe baixo, como esse que pode ser da eleição direta somente para prejudicar o candidato escolhido pelo PDS.

O SR. MARTINS FILHO — Agradeço o aparte de V. Exª e eu creio muito na sinceridade do Senhor Presidente da República, e prefiro beber água na fonte.

Eu ouvi e vi o Presidente falar. Agora, a Liderança do meu Partido vem com um telegrama do assessor de imprensa, Carlos Átila. Entre uma afirmação categórica do Presidente, enquanto Sua Excelência não vier a público, de viva voz, recuar ou reafirmar a sua posição, e outra assertiva, fico com a palavra do Presidente.

Tanto assim, que duvido, na hipótese do plebiscito, sinceramente, que alguém se atreva ir à praça pública defender posição contrária às eleições diretas.

Ora, estamos num momento de conquistas democráticas, de aperfeiçoamento político, de construção positiva de instituições livres para se tornarem permanentes.

Isso não nos obriga a um gesto de grandeza?

Isso não nos dispõe à capacidade de desprendimento?

Teremos perdido o sentido de prioridade? Não sabemos mais distinguir entre o perene e o perecível; entre o grandioso e o insignificante?

Não é possível termos perdido o senso.

O Presidente João Baptista Figueiredo não o perdeu. É pelas eleições diretas. Tem minha irrestrita solidariedade; meu candente aplauso, meu mais arrojado apoio.

Eu, também, Senhor Presidente Figueiredo, sou pelas eleições diretas à sucessão de Vossa Excelência ainda que tenha de ficar contra o nosso partido.

Alguns me chamarão de traidor do partido. Sei que não o sou. Traidor do partido seria se não defendesse seu programa na letra e no espírito.

Isso eu nunca serei. Estou no PDS por acreditar em sua proposta programática.

Admitamos, porém, para argumentar, que defender as eleições diretas seja, realmente, traição ao partido. Ainda assim, as defenderia.

Pois entre um partido e a Nação, fico com a Nação. E a Nação quer, hoje, a democracia plena, o jogo político da liberdade, o governo do povo, pelo povo e para o povo.

Que Deus nos ajude a construí-lo.

Obrigado! (Muito bem!)

O Sr. Itamar Franco — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, pela ordem.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG. Pela ordem, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Apenas para pedir permissão a V. Exª para transcrever nos Anais do Senado a Carta de Belo Horizonte, aprovada pelo 1º Congresso dos Economistas Mineiros, que recebi do Presidente Jafete Abrahão, que diz o seguinte:

"1º CONGRESSO DOS ECONOMISTAS DE MINAS GERAIS CARTA DE BELO HORIZONTE

A realização do 1º Congresso dos Economistas Mineiros coincide com um dos momentos de maior gravidade da história econômica, política e social em âmbito nacional e internacional. A recessão econômica induzida, o desemprego crescente, a inflação galopante e a gigantesca dívida externa são problemas que atingem a sociedade brasileira como um todo. Nesse quadro, observa-se o impasse político resultante da permanência de um Poder Executivo ilegítimo, impedindo, para a grande maioria da população, qualquer perspectiva para o encaminhamento das soluções de seus problemas e levando-a a manifestações de desespero.

A crise também atinge profundamente a economia mineira, em virtude de seu perfil produtivo específico. O governo estadual eleito em novembro passado, não obstante suas propostas eleitorais, não tem, até agora, dado as respostas que a população esperava.

A situação agrava-se dia a dia em razão da atitude do governo federal de manter o monopólio das decisões sobre os graves problemas que afligem a população, submetendo-se a pressões externas e insistindo em impor soluções repudiadas pela sociedade, como os recentes decretos-leis sobre a política salarial. É necessária, por isso, a mudança radical da orientação econômica, que, por sua vez, exige modificações substanciais na estrutura político-institucional do país.

A plena democratização do país não pode ser mais adiada e nem ser conduzida por meio de um consenso de cúpula das elites, hoje também amplamente repudiado pela sociedade. Todas as leis de exceção devem ser imediatamente revogadas, uma vez que seu objetivo é tentar reprimir a livre manifestação dos diversos segmentos sociais a respeito dos gravíssimos problemas ora enfrentados pelo país. Da mesma forma, impõe-se a convocação de uma Assembleia Constituinte, livre e soberana e a garantia de eleições diretas em todos os níveis, como também a legalização de todos os partidos e entidades de classe que atualmente estejam proscritos.

O governo nascido deste processo deve, então, elaborar para o país um plano econômico e submetê-lo, democraticamente, à sociedade. A política econômica no Brasil tem de, definitivamente, abandonar o caminho do casuísmo e do imediatismo e encontrar soluções planejadas, estáveis e de longo prazo, afinadas com as necessidades da maioria da população.

Impõe-se a declaração imediata de uma moratória, por um prazo mínimo definido soberanamente pelo país, visando à retomada do crescimento do produto e do emprego e, inclusive, à análise real e profunda da composição da atual dívida externa. Evidentemente, esta medida não implicará na eliminação automática de sacrifícios para a população, mas garantirá as condições iniciais para que os graves problemas sejam encaminhados de forma correta e legitimada pela sociedade. O outro caminho, que repudiamos, é o adotado pelo atual governo que, em decisões fechadas, amarra cada vez mais a economia brasileira nas malhas do capital monopolista internacional.

A definição de nova política econômica deve buscar soluções para outros inúmeros problemas, entre os quais, sem pretender esgotar o assunto, apontamos os seguintes:

- a estrutura produtiva deve ser reorientada de forma progressiva, com investimentos prioritariamente voltados para o mercado interno na produção de bens e serviços essenciais ao consumo da população;

- a reforma agrária, adequadamente complementada por assistência técnica e financeira, é uma das poucas e principais formas de redistribuir a renda, reduzir significativamente o nível de desemprego e garantir um sistema estável de abastecimento e comercialização da produção agrícola. Tais medidas contribuiriam, decisivamente, para a política de combate à inflação;

- os assalariados não podem mais ser responsabilizados pela crise e por isto penalizados. A política salarial deve garantir, no mínimo, reajustes que recomponham a perda do poder de compra dos salários. É fundamental que haja, igualmente, liberdade e autonomia sindicais, garantia de emprego e instituição do salário-desemprego;

- o grau de urbanização da população brasileira atinge a 70%. A maioria, contudo, não tem acesso à habitação, ao saneamento, ao abastecimento de água, à energia elétrica e ao transporte. Os recursos públicos para infra-estrutura urbana devem ser orientados prioritariamente para o atendimento da população de baixa renda. Da mesma forma, o sistema tarifário deverá basear-se principalmente em critérios sociais e não como vem ocorrendo, visar exclusivamente aos lucros das empresas concessionárias de serviço público;

- a especulação financeira desenfreada, claramente incentivada pelo governo federal através da política de emissão e negociação de títulos públicos, vem acelerando a transferência da renda dos assalariados e de alguns setores do sistema produtivo para o financeiro. A especulação deve ser imediatamente contida, pois, além disso, constitui hoje uma das principais causas da inflação. É verdadeiro absurdo o governo, que tanto fala em combater a hiperinflação, não atacar de frente este problema;

- a distribuição do ônus tributário é perversa, à medida em que penaliza fortemente os que vivem do trabalho, favorecendo os ganhos de capital. Ademais, a distribuição do bolo tributário deve ser reexaminada, buscando-se melhor equilíbrio entre União, Estados e Municípios, de forma a evitar o centralismo, que vem tolhendo as ações dos Estados e Municípios, impedindo que estes tenham recursos para solução de seus reais problemas;

- em relação às empresas estatais, é preciso estabelecer um controle democrático da sociedade sobre suas atividades, tanto por meio de seus empregados como pelo legislativo. Entretanto, não se pode, neste momento, transformá-las em "bode expiatório" da crise econômica e nem deixar de reconhecer seu papel, muitas vezes estratégico, no processo de desenvolvimento do país;

- o Sistema Estatístico Nacional vem sendo dilapidado e irremediavelmente distorcido pelo atual governo. Mudanças metodológicas suspeitas vêm sendo introduzidas nos cálculos de vários índices, como expurgos e deduções por decreto, visando rebaixar artificialmente os índices de inflação, de custo de vida e outros, caracterizando um processo de crescente perda de credibilidade das instituições oficiais de pesquisa sócio-econômica. Chegou-se, inclusive, a promover o afastamento de profissionais reconhecidamente isentos de instituições como o IBGE. Por tudo isto, é fundamental assegurar as condições de independência desses órgãos para maior respeito e credibilidade científica diante da opinião pública;

finalmente, devem ser ampliados os recursos para educação e pesquisa em todos os níveis, como forma de fortalecer a autonomia econômica e tecnológica do país e suas expressões culturais mais legítimas.

Essa carta não tem caráter de projeto acabado, mas constitui proposta que os economistas mineiros submetem à sociedade, neste grave momento por que passa o país.

Belo Horizonte, Campus da PUC, novembro de 1983.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Alfredo Campos.

O SR. ALFREDO CAMPOS (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há mais de seis meses, exatamente no dia dois de maio do corrente ano, o Jornal do Brasil publicou sob o Título Como Evitar o Caos, um Artigo do Dr. José Alencar da Silva, empresário do setor Têxtil e Diretor da Associação

Comercial de Minas Gerais. O Dr. José de Alencar, conheci-o fazemos poucos meses em uma reunião da SUDENE na cidade de Parnaíba, Piauí, onde fui acompanhando o Governador de meu Estado, Dr. Tancredo Neves. Ainda me lembro de quem nos apresentou, foi o Secretário de Planejamento de Minas Gerais, Dr. Ronaldo Costa Couto, que me disse ser o Dr. José de Alencar, o mais competente empresário de Minas Gerais. Disse-me mais o Secretário de Planejamento que, no momento difícil em que vivíamos, ele era dos poucos que estavam criando mais e mais empregos na cidade mineira de Montes Claros. Tive o prazer de voltar à Capital do meu Estado em sua companhia e muito proveitosa foi a nossa conversa sobre o momento político, social e econômico do Brasil. Tendo o Dr. José de Alencar feito referências a um certo artigo de sua lavra que o Jornal do Brasil havia publicado no início de maio, chegando em Brasília procurei conhecê-lo porque, pelo que deparei da nossa conversa, sabia-o muito bom e oportuno.

Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O artigo que leio agora é oportuno e atualíssimo. Nele o Dr. José de Alencar Gomes da Silva — empresário vibrante e cónscio de suas responsabilidades, do setor têxtil da cidade norte-mineira de Montes Claros — traz à baila o tema constituinte. Agora e aqui não se trata mais de um dos vários políticos da oposição clamando contra o estado de coisas que impera em nosso País. Não é mais um político dizendo que falta um ordenamento institucional neste País. Trata-se agora de um empresário, de um moderno empresário, apolítico, apartidário, que vê na Assembleia Nacional Constituinte a única saída para esta enorme crise vivida por todos nós. Transmito daqui do Senado Federal os meus parabéns a esse bravo empresário, fazendo votos para que outros mais se afinem com as suas idéias que muito podem contribuir para a normalidade brasileira.

Leio o artigo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, para que conste nos Anais do Senado Federal:

COMO EVITAR O CAOS

José Alencar Gomes da Silva

É preciso que o Presidente sinta, a tempo, o desamparamento de todos os segmentos sociais com o quadro econômico a que chegou o país. A sociedade brasileira não suporta mais a carga de sacrifícios a que está submetida, porque não consegue divisar senão tempos sombrios.

A inflação, alcançando níveis nunca vistos, esbulha o povo, castiga a todos os que tem renda fixa, provoca a incerteza nos orçamentos empresariais e o desentendimento no seio da família.

O desemprego é ainda mais desumano, porque destrói a personalidade do cidadão diante de sua mulher, de seus filhos.

As taxas de juros impostas pelo mercado financeiro nacional escandalizam as classes produtoras e lhes retiram o ânimo, pois inviabilizam suas atividades produtivas, oneram as mercadorias e aniquilam as empresas privadas brasileiras, base em que se assenta a própria democracia.

A dívida externa e seu custo levam-nos a negociar pacotes e mais pacotes, comprometendo, cada vez mais, a nossa independência, a autonomia nacional.

O peso no roll over da dívida pública interna não pode mais ser suportado pelos instrumentos de política monetária, em face da própria exaustão da economia.

O quadro é gravíssimo. As providências são inadiáveis e de competência presidencial. Ninguém mais acredita nas chamadas soluções técnicas, em que pese o esforço e o nível técnico dos ministros da área econômica. É que os problemas não têm solução por via técnica. Todos sentem que a solução para problemas que alcançaram tal grau de comple-

xidade e vulto escapam à capacidade técnica, para se alojarem em patamar superior. São problemas da prateleira de cima e exigem tratamento político.

Inflação, dívida, desemprego e fome são consequências dos déficits públicos, dos extravagantes gastos do Governo e das empresas estatais.

Enquanto não atingirmos as causas, não eliminaremos o mal. É cabe ao Presidente da República assumir as providências de salvação nacional, porque responsabilidade não se transfere. Por maior poder que o Presidente delegue a seus auxiliares, permanece com ele, e somente com ele, a responsabilidade perante a nação. O momento exige grandeza, de espírito, convicção democrática e destemor. E estas são qualidades que não lhe faltam.

As repercussões econômicas são frutos de ação política e o período longo em que se processa o aperfeiçoamento democrático, durante o qual vivemos em regime de ditadura relativa — democracia relativa, como queiram — precisa chegar ao fim. Chegar à plenitude para evitar o agravamento do desguste das Forças Armadas, absolutamente desnecessário e inconveniente.

A solução para a crise exige que se passe uma borracha no que aí está e se inicie tudo de novo, da estaca zero.

Em 1964, quando se praticavam a desordem, a inflação e a comunização do Brasil, o povo brasileiro, ordeiro, trabalhador e de vocação democrática, saiu às ruas e protestou contra a anarquia que se organizava para solapar as liberdades. Àquela altura, anteciparam-se as Forças Armadas e evitaram o conflito que se prenunciava.

Hoje, a instância à qual recorrem todos os segmentos da sociedade brasileira é a plenitude democrática, e esta passa necessariamente pela Assembleia Nacional Constituinte. Assembleia que pode e deve ser convocada pelo Presidente da República.

A negociação de nossa dívida externa, por exemplo, há que ser presidida por Governo descontinuísta, nascido e assentado em bases institucionais sólidas e limpas, em Constituição imune de excrescências que lhe afetem a legitimidade. Na retaguarda desse Governo, estará o povo que o elegeu, engajado e confiante. Nesse dia, os povos de todo o mundo entenderão a importância política deste País e saberão que, para transacionar conosco, deverão respeitar os nossos direitos, uma vez que, se a interdependência econômica entre as nações prende-nos a compromissos de comportamento com a comunidade internacional, esta é, também, interdependente em relação ao nosso País. E ele não é menos importante. E seu povo não pode sofrer o castigo do desemprego, da fome e da miséria para atender a exigências alienígenas, pactuadas à sua revelia. Exigências de quem não se sensibilizará jamais com o aspecto social e suas repercussões negativas e desastrosas.

Naturalmente, a nova ordem jurídico-institucional não irá representar, por si só, solução para os problemas econômicos e sociais que nos afligem. Irá, todavia, servir de base sobre a qual se assentarão os componentes do poder político, a partir dos próprios partidos. E nem há que se falar em eleições diretas ou indiretas, porque competirá à Assembleia a decisão de como deverão ferir-se. O que precisa ficar claro é a razão pela qual tudo deve começar pela nova Carta. A que aí está já não comporta remendos, especialmente remendos oriundos da ilegitimidade.

O quadro de dificuldades que ameaça a consolidação do regime democrático está a exigir trabalho de arrumação da casa. Arrumação ditada pela vontade dos donos, dos sócios, da sociedade, do povo. E o povo deseja mudar. O resultado das últimas eleições demonstra que o povo deseja mudar. Só

que a mudança não se concretizou, em que pese a abrangência dessas eleições que contemplaram as chefias de Governo de todos os Estados da Federação, o preenchimento de um terço do Senado da República, a renovação da Câmara dos Deputados, das Assembleias Legislativas, das Câmaras Municipais e das Prefeituras de todo o País.

Foram eleições que despertaram o interesse e aguçaram as esperanças de todos os segmentos da sociedade. Mas, apesar disso, poderão frustrar o povo, não pela qualificação dos eleitos, e sim porque foram parciais, assim como infrutífera será a eleição do futuro Presidente da República, se realizada sob a desordem institucional vigente.

A saída para a crise exige Governo com o respaldo popular. Governo com autoridade para romper as amarras que nos levaram a esta situação verdadeiramente caótica. A sucessão presidencial tem importância decisiva na solução dos problemas econômicos e sociais, desde que realizada sobre base político-institucional legítima.

É preciso que um novo Governo não esteja preso a este por laços que lhe castrem a independência para agir. Governo que haja questionado com o povo a sua plataforma e que, no Poder, conte com o seu respaldo para denunciar o acordo nuclear, por exemplo, e negociar a dívida externa, consultando, prioritariamente, os inalienáveis interesses nacionais, especialmente os de ordem social, para os quais não podemos esperar, nunca, a compreensão dos países ou dos bancos credores. Governo que não aceite o convívio com a inflação, com a recessão, com o desemprego, com a fome, com a miséria e com os escândalos.

Muitos dirão, embora concordando, que todo esse trabalho de convocação e eleição para a constituição dessa Assembleia, até que saia a nova Carta e, a partir dela e sobre sua letra, formem-se os partidos políticos, firam-se as eleições para preenchimento dos cargos e os eleitos tomem posse e comecem a trabalhar, demandará tempo igual ao que resta do mandato do atual Presidente da República e isso representa dois longos anos de espera. Que importância terá isto? É até melhor, pois não se iria retirar um dia sequer do tempo previsto no mandato do Presidente João Figueiredo, merecedor do respeito do povo brasileiro, por suas convicções democráticas e seu comprovado patriotismo.

Ele presidiria a todo o processo e teria cumprido integralmente seu juramento de "fazer deste País uma democracia".

Sei que os desempregados não podem esperar por mais tempo e que urgem medidas que amenizem a fome. Estas podem e devem ser tomadas imediatamente. Certamente, serão paliativas, de vez que, sem o rompimento dos grilhões a que estamos presos, não haverá saída para a crise.

José Alencar Gomes da Silva, empresário do setor têxtil, é diretor da Associação Comercial de Minas Gerais.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Na presente sessão terminou o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 115, de 1983, de autoria da Comissão Diretora, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 58, de 1972, e dá outras providências.

Ao projeto foi oferecida uma emenda, que será lida pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lida a seguinte

EMENDA Nº 1

Ao Projeto de Resolução nº 115, de 1983, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 58, de 1972, e dá outras providências.

Inclua-se onde couber:

Art. O § 1º do art. 406 do Regulamento Administrativo do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

.....
§ 1º Ao servidor de que trata este artigo, em nenhuma hipótese, poderá ser pago número de diárias superior ao atribuído a Senador.
.....

Justificação

A emenda se apresenta oportuna ao tempo em que é colocada à deliberação da Casa matéria relacionada com vantagens dos seus funcionários, para que se harmonizem textos legais do Regulamento Administrativo, que dispõem sobre o quantum da gratificação por serviços prestados durante a ocorrência de sessões extraordinárias, tanto do Senado quanto do Congresso.

Há presentemente, uma incoerência entre o disposto no art. 406 e respectivo § 1º do Regulamento Administrativo. Enquanto o caput prevê, matematicamente, um quantum, o § 1º em contraposição, estatui um outro, estabelecendo limite à retribuição que, empiricamente, jamais se igualou ao estabelecido no caput do artigo. Assim, a uniformização de valores se impõe, sob pena de a implementação do regulamento administrativo, na espécie, estar baseada, no mínimo, em uma incongruência.

O resultado da emenda, se aprovada, além da retificação regimental, será o de eliminar a limitação quanto ao valor de cada diária paga ao servidor que, atualmente, tem como paradigma o valor da que é devida aos Senhores Senadores, estabelecendo, por outro lado, restrição quanto ao número de diárias. As implicações financeiras não serão de monta, tendo em vista que a possibilidade da transposição do limite atual, se ocorrente, se aplicará somente a algumas classes de servidores, aquelas de maior referência retributiva.

Por outro lado, é de se considerar que estará restabelecida a paridade, que se busca com o presente Projeto, em relação aos funcionários da Câmara dos Deputados, onde não há tal limite para a retribuição de seus serviços durante sessões extraordinárias.

Essas as razões que nos levam a acreditar no acolhimento da emenda que oferecemos ao elevado estudo dos ilustres pares.

Sala das Sessões 18 de novembro de 1983. — João Calmon.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — A matéria será despachada às Comissões de Constituição e Justiça, para examinar o projeto e a emenda; Diretora, para examinar a emenda; e de Finanças, para proferir parecer sobre o projeto e a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária da próxima segunda-feira, dia 21 de novembro, a seguinte

ORDEM DO DIA

A) **Matérias incluídas em Ordem do Dia para que o Plenário delibere se devem ter prosseguimento.**
(§ 1º do art. 368 do Regimento Interno.)

1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, DE 1966
(Nº 314/63, na Casa de origem)

Dispõe sobre o consumo do carvão metalúrgico nacional nas empresas siderúrgicas a coque.

Andamento:

16-5-66 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Economia, de Minas e Energia e de Finanças;
20-9-67 — Aprovado na Comissão de Economia Parecer favorável nos termos de Substitutivo que apresenta;
24-1-68 — Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça Parecer pela constitucionalidade e juridicidade do Substitutivo da Comissão de Economia;
20-3-68 — Aprovado na Comissão de Minas e Energia Parecer favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo da Comissão de Economia;
27-3-68 — Aprovado na Comissão de Finanças Parecer favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo da Comissão de Economia;
15-5-68 — Incluído em Ordem do Dia, tem a discussão encerrada, voltando às Comissões competentes em virtude do recebimento de Emenda em Plenário;
28-11-68 — Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da Emenda de Plenário;
11-8-71 — Aprovado na Comissão de Economia Parecer preliminar solicitando audiência dos Ministérios das Minas e Energia e da Indústria e do Comércio sobre a Emenda de Plenário;
13-9-79 — Aprovado na Comissão de Economia (sem as informações solicitadas) Parecer contrário à Emenda de Plenário.
(Dependendo de Pareceres das Comissões de Minas e Energia e de Finanças sobre a Emenda de Plenário.)

2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 115, DE 1975
(Nº 1.411/73, na Casa de origem)

Veda a ocupante de cargos de Ministros e Conselheiros a aposentadoria antes de quatro anos de exercício no cargo.

Andamento:

4-12-75 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças;
24-6-76 — Aprovado na Comissão de Serviço Público Civil, com voto e separado do Senador Luiz Viana, Parecer solicitando audiência da Comissão de Constituição e Justiça;
16-3-77 — Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça Parecer pela constitucionalidade e juridicidade;
19-4-79 — Aprovado na Comissão de Serviço Público Civil Parecer Favorável.
(Dependendo de Parecer da Comissão de Finanças.)

3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 1977
(Nº 286/75, na Casa de origem)

Dispõe sobre a substituição do certificado de escolaridade pelo título de eleitor, nos casos de admissão em emprego.

Andamento:

10-11-77 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Educação e Cultura, de Serviço Público Civil e de Legislação Social.
14-5-81 — Aprovado na Comissão de Educação e Cultura Parecer contrário.
16-9-81 — Aprovado na Comissão de Serviço Público Civil Parecer contrário.
(Dependendo de Parecer da Comissão de Legislação Social.)

4
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 1978
(Nº 2.002/76, na Casa de origem)

Institui salário adicional para os empregados no setor de energia elétrica, em condições de periculosidade.

Andamento:

28-8-78 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Legislação Social e de Finanças.

5
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 1978
(Nº 2.357/76, na Casa de origem)

Faculta o abatimento no Imposto de Renda das contribuições para as Igrejas de qualquer credos, na forma que menciona.

Andamento:

30-8-78 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Economia e de Finanças.
14-5-80 — Aprovado na Comissão de Economia Parecer contrário, com voto vencido do Senador Pedro Simon.
(Dependendo de Parecer da Comissão de Finanças.)

6
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, DE 1978
(Nº 1.964/76, na Casa de origem)
Altera a redação do art. 126 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que "dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a reforma administrativa, e dá outras providências".

Andamento:

13-9-78 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.
5-12-78 — Aprovado requerimento de urgência para a matéria. São lidos em Plenário os Pareceres nºs 968-CSPC, 969-CCJ, e proferido Parecer, pela Comissão de Finanças, Relator Senador Ruy Santos, favorável ao Substitutivo apresentado pela Comissão de Serviço Público Civil. Aprovado requerimento de extinção da urgência.
25-4-79 — Incluído em Ordem do Dia, é aprovado o Substitutivo da Comissão de Serviço Público Civil, ficando prejudicado o Projeto.
3-5-79 — Lido em Plenário o Parecer nº 148-CR.
17-5-79 — Despachado às Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Finanças, em virtude do recebimento de Emenda em Plenário, em turno suplementar.
12-11-80 — Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça Parecer contrário ao Projeto e à Emenda de Plenário.
5-5-82 — Aprovado na Comissão de Serviço Público Civil Parecer contrário ao Projeto e à Emenda de Plenário.
(Dependendo de Parecer da Comissão de Finanças sobre a Emenda de Plenário.)

7
(PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 127, DE 1978
(Nº 1.423/75, na Casa de origem)
Proíbe a pesca predatória e dá outras providências.

Andamento:

27-10-78 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Agricultura e de Finanças.
30-11-78 — Aprovado na Comissão de Agricultura Parecer favorável ao projeto.
10-5-79 — Aprovado na Comissão de Finanças Parecer favorável ao projeto.

14-5-79 — Lidos em Plenário os Pareceres nºs 174-CA e 175-CF, ficou aguardando inclusão em Ordem do Dia.

23-5-79 — Incluído em Ordem do Dia, tem a discussão encerrada com apresentação de Emenda em Plenário de autoria do Senador Saldanha Derzi, indo à Comissão de Constituição e Justiça para exame do Projeto e da Emenda e voltando às Comissões de Agricultura e de Finanças para exame da Emenda.

12-3-80 — Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça Parecer pela constitucionalidade e juridicidade e, quanto ao mérito, favorável ao Projeto e contrário à Emenda de Plenário.

7-5-80 — Aprovado na Comissão de Agricultura Parecer prévio, solicitando audiência da SUDEPE.

18-11-81 — Aprovado na Comissão de Agricultura, sem as informações solicitadas, Parecer favorável ao Projeto e contrário à Emenda de Plenário.

(Dependendo de Parecer da Comissão de Finanças sobre a Emenda.)

8
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 131, DE 1978
(Nº 2.961/76, na Casa de origem)

Dispõe sobre a propaganda e a publicidade nas entidades executantes dos serviços de radiodifusão e determina outras providências.

Andamento:

24-11-78 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, de Educação e Cultura e de Economia.

9
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, DE 1980
(Nº 1.151/79, na Casa de origem)

Dispõe sobre incentivos à produção de álcool e determina outras providências.

Andamento:

27-11-80 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Minas e Energia, de Agricultura e de Economia.
14-10-81 — Aprovado na Comissão de Minas e Energia Parecer favorável.
31-8-82 — Aprovado na Comissão de Agricultura Parecer favorável.
(Dependendo de Parecer da Comissão de Economia.)

10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 1980
(Nº 3.308/77, na Casa de origem)

Institui o Dia Nacional da Poesia.

Andamento:

27-11-80 — Lido em Plenário e despachado à Comissão de Educação e Cultura;
5-11-81 — Aprovado na Comissão de Educação e Cultura Parecer Favorável, nos termos do Substitutivo que apresenta;
(Dependendo de Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura.)

11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 1980
(Nº 144/79, na Casa de origem)

Define ilícitos de natureza fiscal e estabelece prazo de prescrição.

Andamento:

3-12-80 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 339, DE 1978
(De autoria do Senhor Senador Murilo Paraiso)

Dispõe sobre a extinção da onufiteuse de bens públicos e particulares, e dá outras providências.

Andamento:

24-11-78 — Lido em Plenário e despachado às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

4-6-80 — Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça Parecer favorável.

4-9-80 — Aprovado na Comissão de Finanças Parecer favorável.

5-9-80 — Lidos em Plenário os Pareceres nºs 640-CCJ e 641-CF, ficou aguardando inclusão em Ordem do Dia.

9-9-80 — Incluído em Ordem do Dia, é aprovado em 1º turno.

16-10-80 — Incluído em Ordem do Dia para apreciação em 2º turno, tem a discussão encerrada, voltando às Comissões competentes em virtude do recebimento das Emendas de nºs 1 a 5 de Plenário.

11-11-81 — Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça Parecer pela constitucionalidade e juridicidade das Emendas de Plenário.

29-9-83 — Aprovado na Comissão de Finanças Parecer contrário às Emendas nºs 1, 2 e 5, e favorável às demais Emendas, com Suhemenda que oferece à de nº 3.

3-10-83 — Lidos em Plenário os Pareceres nºs 856-CCJ e 857-CF, sobre as Emendas, a matéria ficou aguardando inclusão em Ordem do Dia.

b) Matéria em tramitação normal

13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, DE 1980

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 1980, de autoria do Senador Itamar Franco, determinando que a Ordem dos Advogados do Brasil opine sobre a escolha de magistrados que devam integrar tribunais com jurisdição em todo o território nacional, tendo PARECER, sob nº 634, de 1983, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com voto vencido do Senador José Ignácio Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 55 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MILTON CABRAL NA SESSÃO DE 16-11-83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. MILTON CABRAL (PDS — PB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No mês passado assistimos à passagem do aniversário da PETROBRÁS, precisamente 3 de outubro de 1983. Hoje venho a esta tribuna para comentar o evento e pedir a atenção dos meus companheiros para o que vou dizer a respeito desse importante acontecimento, que, ao que sei, não teve aqui, em nosso Plenário, ressonância maior. É, portanto, um ato de justiça que nós, Senadores, dediquemos alguns minutos à comemoração dos 30 anos da PETROBRÁS.

No mês passado, precisamente a 3 de outubro de 1983, foi comemorado os 30 anos de criação da PETROBRÁS, quando Getúlio Vargas sancionou a Lei nº 2.004, embora, a rigor, a Empresa tenha sido efetivamente instituída em 12 de março de 1954, ainda no Governo de Getúlio Vargas. Sua implementação, porém, realizou-se nas administrações de João Café Filho (1954) e Nereu Ramos (1955).

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a idéia da refinação do petróleo no território nacional aconteceu na mesma época da implantação da siderurgia. Ambas marcam o sur-

gimento do Brasil industrial do pós-guerra. Porém, a PETROBRÁS, pela rapidez do seu desenvolvimento, extensão de sua área de atuação e volume de negócios, tornou-se a maior demonstração tecnológica, industrial e comercial dos brasileiros. Hoje ela se coloca entre as 20 maiores empresas do mundo. Portanto, este aniversário da PETROBRÁS assume especial significação, e, por isso mesmo, precisa ser mais uma vez enaltecido, para ficar bem nitido o registro de sua importância nos Anais do Senado Federal.

Lá se vão três décadas da fundação da PETROBRÁS, certamente um momento histórico, coroando o êxito de uma luta impressionante travada por denodados patriotas, que, durante 15 anos, de 1938 a 1953, enfrentaram e venceram o escomunal poderio do truste internacional que pretendia dominar as nossas reservas de petróleo, uma riqueza que lhes parecia ser de grande potencial.

A criação do Conselho Nacional do Petróleo, em 1938, e a regulamentada instalação de refinarias, em 1939, foram datas importantes. Em 1945, o CNP abriu à iniciativa privada o processamento do petróleo, enquanto era arquivada a proposta de uma refinaria estatal.

O persistente interesse do truste fez estimular grupos nacionais a se associarem a ele na construção e operação de refinarias. Houve, entretanto, grupos nacionais independentes que reagiram, e fizeram frustrar esses objetivos. A liderança coube, em primeiro lugar, na citada concorrência, à empresa eminentemente brasileira Refinaria do Distrito Federal S.A., de iniciativa do paraibano Draut Ernanny de Melo e Silva. Após o cumprimento de pesadas exigências, a concessão foi autorizada pelo CNP em janeiro de 1946. Esta foi a empresa efetivamente pioneira, que abriu, com sua firmeza e perseverança, a refinação do petróleo no Brasil em escala industrial, e desse modo encorajou outros brasileiros a trilhareem o mesmo caminho, inclusive o próprio Governo, pois o Presidente Dutra, meses depois, em setembro de 1946, tomara a decisão de criar a primeira refinaria estatal.

Assim, o empenho e o exemplo do empresariado nacional estimulou o CNP a retomar o antigo plano de ter a sua própria unidade industrial. Daí a assinatura do Decreto-lei nº 9.881, de 16-9-1946, pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra, criando a Refinaria Nacional de Petróleo S.A. Em 1947, é aberto o crédito, e em 1948 desapropriada a área em Candeias, na Bahia, à beira do rio Mataripe, onde seria localizada esta primeira refinaria de iniciativa do Estado. Em 1949, é aberto o crédito para aquisição de uma segunda unidade, a ser construída ainda sob a administração do CNP, localizada em Cubatão, São Paulo, mas, somente em 1951 é desapropriada a área proposta. Getúlio Vargas, em seu novo período presidencial, propõe, em 1951, separar, no CNP, a parte industrial, sob sua jurisdição, para transformá-la na PETROBRÁS. Em realidade, tal empenho chegou a materializar-se em 1953, ao fim de longa batalha parlamentar, quando a Lei nº 2.004 foi promulgada, a 3 de outubro.

Hoje, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a PETROBRÁS é esta magnífica realidade, uma viva expressão da vontade e da competência dos brasileiros, o que muito nos orgulha. O seu êxito vem comprovar como estavam certos aqueles que, nesta Casa e na Câmara dos Deputados, fizeram impor o monopólio estatal da pesquisa, lavra, refino, transporte, comercialização interna e externa, do petróleo.

Indiscutivelmente, tanto à época das decisões como hoje em dia, trata-se de um gigantesco negócio, de dimensões tão avantajadas que a iniciativa privada brasileira não teria condições de realizá-lo, salvo submetendo-se ao controle do truste internacional, de vocação e prática monopolística. Porém, entre dois monopólios, um estrangeiro e outro nacional, mesmo este sendo estatal, eu prefiro o nacional. Esta é, e sempre foi, a verdadeira opção.

Como está a PETROBRÁS? O que ela representa hoje para a nossa economia, e sobretudo para a nossa autonomia político-econômica?

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a PETROBRÁS iniciou suas operações a 10 de maio de 1954, após ter recebido o acervo do CNP, avaliado, naquela ocasião, em 165 milhões de dólares. Este acervo compreendia as instalações dos campos do Recôncavo baiano, bens da Comissão de Industrialização do Xisto Betuminoso, uma refinaria em fase de montagem, a de Mataripe (BA), vinte e dois navios petroleiros e o projeto de refinaria de Cubatão, em São Paulo.

Contando hoje como seis subsidiárias e dezenas de coligadas, a PETROBRÁS atua em todo o território nacional e no exterior. As atividades de exploração de suas subsidiárias, embora situadas fora da jurisdição do monopólio estatal, são desenvolvidas em áreas carentes da presença do Estado e têm contribuído de forma substancial para reduzir a dependência externa e proporcionar divisas necessárias à minimização dos efeitos da crise econômica dos últimos anos.

A PETROQUISA foi criada para definir a política de atuação do Estado no setor petroquímico, diante da expectativa de grande crescimento dessa indústria no País e da crescente necessidade de estimular a integração entre as áreas estatal e privada, garantindo o fornecimento de matérias primas, basicamente o Eteno, a preços estáveis e competitivos. Em 1982, com seu capital totalmente subscrito e integralizado, a Empresa teve um faturamento bruto de Cr\$ 731 bilhões, contribuindo para o equilíbrio de nossas contas externas com exportações no valor de US\$ 283 milhões.

A PETROBRÁS Distribuidora, responsável pelo abastecimento de combustível em todo o território nacional, é hoje a primeira Empresa do ramo em volume de vendas, com um faturamento de Cr\$ 1 trilhão, em 1982, e uma participação de 38% do mercado de derivados, atendida pelos 4.500 postos de distribuição.

A BRASPETRO foi constituída objetivando reduzir o custo de divisas com importações de petróleo e outros hidrocarbonetos através da exploração de fontes próprias de suprimento em outros países, a exemplo da Argélia, Colúmbia e Iraque, onde obtém uma média diária global que supera os 20 mil barris. Pela venda de serviços e petróleo produzido no exterior, esta subsidiária teve um lucro operacional de US\$ 70 milhões, em 1982.

Até 1975 a BRASPETRO atuava também na busca de novos mercados para produtos brasileiros de exportação. Mas a atividade assumiu tal importância, que levou a PETROBRÁS a criar a INTERBRÁS para assumir as funções de "trading company". Esta Empresa foi responsável por 13% do total das exportações brasileiras em 1982, ou seja, US\$ 2,7 bilhões. A previsão para 1983 é de US\$ 4 bilhões, o que significa um aumento de 47%. Os gastos com importação líquida de petróleo no ano passado foram de US\$ 8,6 milhões, prevendo-se a redução para US\$ 6,8 em 1983, valor que se situará acima dos US\$ 10 bilhões caso fosse mantida a tendência crescente da última década.

A PETROFÉRTIL teve sua criação justificada pela necessidade de executar o programa de insumos agrícolas, basicamente amônia e uréia, visando à auto-suficiência do País no setor. A tarefa não era atrativa à iniciativa privada devido aos altos investimentos e elevadas escalas de produção que se faziam necessárias. Em 1982, esta Empresa produziu fertilizantes no valor de Cr\$ 133 bilhões, representando uma economia de divisas de US\$ 327 milhões.

A PETROMISA, última subsidiária criada pela PETROBRÁS, em 1977, tem como finalidade a pesquisa, industrialização e comercialização de minerais, principalmente cloreto de potássio, fertilizante até agora totalmente importado. Seus investimentos no ano passado alcançaram o montante de Cr\$ 11,4 bilhões, 80% dos quais destinados aos projetos Taquari/Vassouras, em Sergipe, e o de pesquisa mineral no médio Amazonas. A pro-

dução brasileira de potássio, a partir de 1984, está avaliada em 1.500.000 toneladas anuais, extraídas de uma reserva de 560 milhões de toneladas de minério. A Empresa também vai produzir enxofre, para cuja importação o Brasil despense hoje US\$ 125 milhões.

A FRONAPE tem uma frota de 66 navios, com 4.843.593 toneladas de porte bruto de capacidade operacional. Estes participam com 42% no total da carga transportada, sendo o restante conduzido em navios afretados. Esta participação se ampliará com a incorporação de 12 navios, em fase de construção.

Para termos uma idéia da dimensão dos trabalhos da PETROBRÁS no campo principal de suas atividades, vejamos alguns de seus dados mais recentes: de janeiro a junho de 1983, foram perfurados 989.364 metros, com previsão de atingir 1.500.000 até o final do ano; de janeiro a setembro, a produção em terra foi de 38.311.794 barris e, na plataforma continental, de 50.311.079 barris; os investimentos nestes dez meses atingiram Cr\$ 802 bilhões nas atividades de exploração e produção. Em 1982, as reservas atingiram 1,735 bilhão de barris e o faturamento bruto da Empresa ultrapassou os Cr\$ 4 trilhões.

Como forma de aliviar a Nação do encargo de inventariar as reais possibilidades dos 5,1 milhões de km² de bacias sedimentares, no Governo do Presidente Geisel, em outubro de 1975, foi decidida a abertura da exploração às companhias privadas, com privilégios para as nacionais, através dos contratos de serviço com cláusulas de risco, em que as contratadas só têm direito a qualquer tipo de remuneração se for encontrado petróleo em quantidades comerciais. As contratações são feitas mediante concorrência, exigindo-se comprovada idoneidade como requisito básico. Após 8 anos de implantação desse sistema, a Empresa registrou 141 contratos, dos quais 72 estão concluídos. Foram realizados pelas contratadas investimentos em torno de US\$ 1,445 bilhão, nos 96 poços perfurados até o presente, e destes somente um vem demonstrando ser de operação comercial. Trata-se de poço em frente ao litoral sul da Bahia, pesquisado pelo consórcio PECTEN/CHEVRON/UNIONOIL, cuja produção diária está sendo avaliada em 1.700 barris.

Vale destacar o empenho da PETROBRÁS no desenvolvimento tecnológico, com projetos que já apresentam significativos resultados na melhoria da produtividade, tanto na pesquisa como na exploração e produção, através do seu Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo A. Miguez de Mello — CENPES, instalado junto ao campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Implantado há cerca de dois anos, os programas de otimização de custos e os círculos de controle de qualidade já proporcionaram economia de gastos de Cr\$ 4,6 bilhões. Segundo a PETROBRÁS, o aumento de 21,6% na produção de petróleo em 1982 se deve à expansão dos sistemas de produção antecipada, reativação de campos antigos e métodos especiais de recuperação. Este mesmo Centro está, também, desenvolvendo novos processos no setor da alcoolquímica, entre os quais se destaca o da obtenção do eteno a partir do etanol. O processo, já patenteado em diversos países, foi comprovado na prática pela operação comercial na Unidade de Produção de Salgema, com capacidade de 60 toneladas anuais.

É prevista a economia de 70 a 140 milhões de dólares na unidade de tecnologia mais avançada com o novo sistema de refino adotado em Betim (MG), permitindo a obtenção de produtos nobres ao invés do óleo combustível. Poupança de 600 mil dólares anuais deverá ser proporcionada pelo gaseificador de casca de babaça, já em operação na fábrica de asfalto de Fortaleza.

A crise do petróleo despertou a consciência nacional para a urgente necessidade de realizar pesquisas de fontes alternativas e estabelecer formas confiáveis de fornecimento. Com a importação de cerca de 80% do consumo global, impunha-se ao País a mudança da estrutura de fontes produtoras, como forma de reduzir a dependência do estrangeiro e a conseqüente vulnerabilidade

econômica. Dentro desse objetivo, a Empresa vem dando sua contribuição no sentido de viabilizar projetos alternativos, entre os quais se destacam a extração do óleo de rochas de xisto, a produção do álcool a partir da mandioca, a gaseificação do carvão, e a intensiva exploração do gás natural.

O PROÁLCOOL contou com o acervo tecnológico e experiência da PETROBRÁS no transporte e armazenagem de combustíveis. Entre as primeiras contribuições ao PROÁLCOOL, por exemplo, destacam-se a realização do processo de mistura do álcool anidro e a distribuição do produto em todo o território nacional.

Desenvolvendo um setor industrial altamente especializado, a Petróleo Brasileiro S/A conseguiu tornar o Brasil auto-suficiente na produção de derivados, inclusive de gasolina para aviação, e prossegue na busca de auto-suficiência da própria matéria prima, o petróleo natural. Além disso criou a maior frota de petroleiros da América Latina. Assegurou o desenvolvimento da indústria de base no setor da petroquímica, com o indispensável suporte de pesquisa tecnológica, o que permite hoje ao Brasil ser competitivo no mercado internacional, comprovado pelas sucessivas exportações para diversos mercados, a exemplo do Japão e da China Continental.

A novidade que irá dar grande repercussão econômica é o impulso dado à pesquisa e exportação de gás natural, notadamente nos poços da região do Juruá, no Amazonas, e a captação no litoral do Rio Grande do Norte, e no Estado do Rio de Janeiro que está garantindo a formação de uma reserva estimada em várias centenas de bilhões de m³. Neste particular, entendo que esta concentração de gás natural deverá ser utilizada para acelerar o desenvolvimento industrial das regiões Norte e Nordeste, e não o Centro-Sul, como está sendo inicialmente cogitado.

Eu queria solicitar a atenção dos Srs. Senadores porque há, realmente, um plano de transferir, de canalizar o gás da Região Amazônica para o seu aproveitamento na Região Centro-Sul. Eu acho, Srs. Senadores, que há carência de meios para o desenvolvimento do Norte e do Nordeste, sobretudo do Nordeste, onde temos uma população de 35 milhões de habitantes, que é maior do que a população da Argentina — esse é que é o dado interessante — e é evidente, como todos sabemos, a carência de recursos naturais naquela região.

A canalização de gás natural para aproveitamento na própria Região Norte e no Nordeste, indo até Camaçari na Bahia, acompanhando o litoral, seria, de fato extraordinário instrumento de apoio ao desenvolvimento regional.

É mais do que evidente que essa riqueza já comprovada, deverá atender à carência de recursos naturais que possam viabilizar empreendimentos nas regiões que estão sofrendo graves problemas de emprego e subemprego, como é o Nordeste, onde cerca de 45% da população ativa se enquadra neste quadro negativo, ou então o Norte, que por vastidão pode agasalhar o excedente populacional do Nordeste, desde que haja condições efetivas de ocupação. Devo lembrar que o Nordeste, com seus 35 milhões de habitantes, significa uma nação maior que a Argentina. O gás natural abundante considerado pelos especialistas como o energético de maior futuro nas próximas décadas, neste período de transição que temos entre a perspectiva de esgotamento do petróleo e o surgimento de novas fontes energéticas inesgotáveis, provavelmente a fusão nuclear e o aproveitamento do hidrogênio, previstos para depois da segunda década do próximo século, tem, assim, o gás natural, nas próximas décadas, a possibilidade de ser um dos principais energéticos e matéria-prima para diversas indústrias. O Centro-Sul do País dispõe de outras alternativas e estímulos, portanto, o gás natural para o Norte e Nordeste terá a possibilidade de integrar a região e significar, como disse e repito, extraordinário impulso ao seu desenvolvimento.

A PETROBRÁS tem incentivo à participação do empresariado nacional nos seus empreendimentos, inclusi-

ve, promovendo a fabricação no País de grande parte dos equipamentos e componentes, desse modo beneficiando a economia interna e absorvendo a tecnologia indispensável ao nosso desenvolvimento e à especialização crescente da mão-de-obra nacional. Este é um item, também muito interessante. O Brasil, até poucos anos atrás, era um tradicional importador de todos os equipamentos indispensáveis à exploração do petróleo. Hoje, estamos fazendo as plataformas submarinas e os diversos modelos de plataformas, e praticamente, toda a estrutura de uma refinaria de petróleo, ou de uma petroquímica tem cerca de 80% produzida em território nacional.

Enfim, é grande o elenco de realizações da PETROBRÁS, e os citados são suficientes para comprovar que a Empresa soube honrar a confiança daqueles que, durante longos anos, se empenharam pela nacionalização desse decisivo setor industrial.

A PETROBRÁS, mostra agora ao povo brasileiro que conseguiu vencer a luta contra a adversidade de um território de proporções continentais, cujas fronteiras já foram ultrapassadas para atingir a plataforma continental, e daí outros continentes, onde também vem encontrando o precioso combustível, num processo inteligente de exploração que favorece a nossa balança comercial, e garante um seguro fornecimento.

Refiro-me às tentativas, com sucesso, com êxito, que a PETROBRÁS tem feito no exterior.

O Sr. Virgílio Távora — Permite V. Ex^a um aparte nobre Senador?

O SR. MILTON CABRAL — Concedo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora — Faz muito bem V. Ex^a, mais uma vez, trazer ao conhecimento do Plenário as realizações da PETROBRÁS, e mais do que isso, trazer a debate esse problema tão palpitante. Companhia mal-sinada portanto, mas justamente que tem em duas opiniões que nos permitimos trazer à lume neste Plenário, por insuspeitas que são, é realmente uma empresa de que se deve orgulhar o Brasil. Lemos transcrição, em 1975, Lembra-se V. Ex^a aqui nos batemos, até muitíssimo, o primeiro mandato de Senador que possuímos, contra os chamados contratos de risco.

"dificilmente as companhias internacionais de petróleo obteriam êxito na exploração de petróleo no País, se perseguissem caminhos tradicionais. A PETROBRÁS, já descobriu os segredos da plataforma continental. E as empresas estrangeiras terão de investir pelo menos um certo tempo para se atualizarem ao nível da PETROBRÁS."

Isto, nada mais, nada menos, que o Consultor do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América do Norte, William Fischer, em 1975, quando foi tomada aquela medida pelo Governo brasileiro. E, mais do que isso, a palavra abalizada de um nobre colega nosso, crítico mordaz daquela companhia:

"... — sua eficiência operacional concreta não deve ser subestimada. Possui excelente corpo de geólogos, que adquiriram respeito internacional. Boa parte do insucesso da pesquisa revela apenas a pouca fertilidade de nossa estrutura geológica, menos preta de riquezas do que imaginavam nossos "nacionais". Na atual crise, o sistema de abastecimento operou com razoável eficácia, pois conseguimos até agora evitar compras substanciais no "mercado spot", o que teria sido um "desastre dentro do desastre"."

O Estado de S. Paulo, 25-11-79 — Roberto de Oliveira Campos, hoje, Senador da República.

O SR. MILTON CABRAL — Meu caro Senador Virgílio Távora, indiscutivelmente os números apresen-

tados pela PETROBRÁS são impressionantes e, diante de tantos problemas que a nação atravessa, alguns despertam maior curiosidade, mas esses da PETROBRÁS merecem ser destacados porque são números positivos. Nós nos acostumamos a discutir números negativos, o nosso cotidiano é discutir números negativos, mas aqui temos um apreciável acervo de realizações positivas que impressionam e, como diz o Senador Virgílio Távora, no passado, uma empresa tão cercada de descrédito, tão combatida, hoje, ela vem mostrar ao País o acerto que representou a iniciativa do Presidente Dutra e dos parlamentares, deputados e senadores que lutaram no Congresso Nacional pela aprovação da Lei nº 2.004.

O Sr. Gastão Müller — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MILTON CABRAL — Concedo o aparte ao nobre Senador Gastão Müller.

O Sr. Gastão Müller — Senador Milton Cabral, na Liderança do PMDB, quero congratular-me com V. exª por assinalar, neste momento, no plenário desta Casa, para que conste dos anais, portanto, os 30 anos da PETROBRÁS. E, ao fazê-lo, quero recordar, para que também se homenageie a memória de dois Presidentes da República que estiveram vinculados ao problema que culminou com a criação da PETROBRÁS, o Presidente Getúlio Vargas e o Presidente Dutra...

O SR. MILTON CABRAL — Dois mato-grossenses...

O Sr. Gastão Müller — Um mato-grossense e outro gaúcho. De modo que eu gostaria de solidarizar-me com V. Exª e com as homenagens a PETROBRÁS, e lembrar, para que conste nos anais, um preito à memória desses dois grandes brasileiros, e, por coincidência, um é meu conterrâneo, que também participaram ativamente na criação de tão importante instituição brasileira.

O SR. MILTON CABRAL — Agradeço o seu aparte. Prossigo, Sr. Presidente:

Agora, a meta, como anuncia o Ministro César Cals, é chegarmos em 1993 com importação zero em petróleo. Para esse fim, torna-se imperioso um programa conjunto de conservação e substituição no consumo de derivados de petróleo, com o crescimento da produção nacional desse combustível.

Prevê-se, entre 1983 e 1993, a seguinte alteração do perfil de refino:

Óleo Diesel	31.0% para 40.0%
Óleo Combustível	de 21.0% para 15.0%
Gasolina	17.0% para 13.0%
GLP de	7.5% para 11.0%
Nafta e gasoduto	de 9.0% para 10.0%
Outros de	14.5% para 11.0%

A produção sofrerá profundas mudanças. Em 1993, dos 478.000 b/d de óleo diesel necessários a atendimento do consumo, os óleos vegetais entrarão com 30.000, o álcool com 15.000, a energia elétrica com 10.000, o gás natural com 18.000, e outros gases combustíveis, a exemplo do gás de carvão, gás da biomassa, etc. com 5.000 b/d. Portanto, os 400.000 restantes serão assegurados pela produção nacional, que nesta altura deverá atingir 1.000.000 b/d de petróleo. Este perfil de produção de óleo diesel poderá ser ainda modificado a nosso favor, se tivermos ampliado o aproveitamento do gás natural e a utilização de gás metano, álcool e óleos vegetais, com possíveis aperfeiçoamentos tecnológicos, tanto nos combustíveis como no rendimento dos motores.

Do consumo do óleo combustível, que em 1993 deverá atingir 263.000 b/d, cerca de 40% serão provenientes de fontes alternativas, restando, pois, 150.000 de produção do nosso próprio petróleo. As fontes alternativas de óleo combustíveis serão gás natural, óleo de xisto, carvão mineral e vegetal, eletricidade e gases combustíveis.

Para a gasolina, a previsão em 1993 aponta um consumo de 150.000 b/d, dos quais 20.000 serão de fontes al-

ternativas. Esta previsão poderá ser também bastante modificada, pela entrada mais vigorosa do álcool combustível, o que pode atingir a 100%, permitindo desse modo a exportação da gasolina também 100% nacionalizada.

A "performance" da PETROBRÁS pode ser bem avaliada pelos sucessivos recordes de produção que vem alcançando praticamente a cada mês. Agora, em novembro, têm-se conhecimento de que a produção nacional atingiu o total diário de 384.187 barris, se aproximando rapidamente da meta estabelecida de 400.000. Não resta dúvida que a meta de 1984, de 500.000 b/d tem condições de ser realizada.

Estes números do Ministério das Minas e Energia podem variar, mas são factíveis, desde que continue crescendo, como vem, a descoberta de novas reservas. Como vimos, em 1982 estas eram de 1,735 bilhão de barris, com acréscimos de 16% sobre o ano anterior. Provavelmente encerraremos o ano de 1983 ultrapassando os 2 bilhões de barris. Para termos uma exploração anual de 1.000.000 b/d, como está sendo comentado, o Brasil deveria contar com pelo menos uma reserva viável para 15 anos consecutivos de exploração.

Tais números impressionam e me assaltam com sérias dúvidas. Também não dou maior importância àquele argumento de que se o País tem tanto petróleo assim por que não se explorou na proporção das necessidades, que consomem bilhões de dólares a cada ano? Se há reservas suficientes, por que esperar 10 anos para aproveitá-las? Embora reconheça como é difícil multiplicar a produção em curto espaço de tempo, mesmo apelando para os contratos de risco, realmente essas indagações são válidas e merecedoras de completos esclarecimentos de parte das autoridades do setor, notadamente do Ministro das Minas e Energia, que fez o tão espetacular anúncio.

Essas colocações, no entanto, não invalidam e não fazem negar a excelente posição que ostenta o grupo PETROBRÁS.

Nesta hora difícil que atravessa o Brasil, o grupo PETROBRÁS apresenta-se em dia com o pagamento de seus fornecedores e empreiteiros, provavelmente a única estatal nessa situação privilegiada. Por outro lado, seus débitos atingiam a Cr\$ 186,4 bilhões, em março deste ano, correspondendo a apenas 7,2% do total do sistema empresarial do Estado, ou seja, de Cr\$ 2.588,4 bilhões. Se levarmos em consideração a excepcional contribuição do Grupo PETROBRÁS à exportação, e à redução gradativa da importação líquida de petróleo, estimada em torno de US\$ 6,8 bilhões para 1983, faremos justiça em reconhecer que sua boa situação a exclui das contundentes críticas que comumente são endereçadas às empresas estatais, de principais causadores do aflitivo quadro de desequilíbrio no endividamento.

Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Do mesmo modo que falei nesta tribuna, no dia 1º de junho de 1973, e depois em 30 de agosto deste mesmo ano, antes do primeiro choque causado pelo aumento de preços do petróleo, detonado em outubro, quando alertei, oportunamente, as autoridades brasileiras para a crise energética que surgia com toda nitidez no horizonte, hoje, passados 10 anos, volto a insistir, por ser também oportuno, por uma política mais realista e vigorosa no campo energético. Aliás, devo salientar, que, nos dois choques do petróleo, 1973 e 1979, não só o Brasil mostrava-se despreparado para enfrentá-lo, como o resto do mundo, apesar das advertências. As medidas de defesa, no caso brasileiro, não cabiam à PETROBRÁS, como muitos se queixam, mas ao Governo como um todo. Afinal, as medidas de caráter econômico, as diretrizes ministeriais, não são ditadas pela PETROBRÁS, portanto, não lhe cabia nenhuma responsabilidade em preparar o Brasil para a crise que se anunciava.

Como reafirmei nas considerações finais e conclusões do relatório da Comissão de Inquérito do Acordo Nuclear com a República Federal da Alemanha, o Brasil tem todas as condições — extensão territorial, tecnologia,

e gente capaz — de alcançar a pretendida autonomia energética, baseado muito mais no desenvolvimento de fontes alternativas do que na exploração intensiva das reservas de petróleo.

Se estamos diminuindo os dispêndios com a importação de petróleo, e como o serviço da dívida externa está a exigir enormes sacrifícios na poupança de divisas, a melhor diretriz é exatamente canalizar para o setor energético boa parte dos nossos escassos recursos financeiros, ainda possíveis de serem mobilizados, para forçar exatamente a redução nos gastos dessas mesmas divisas. Esta política traria, além do resultado positivo da economia cambial, a criação de um formidável mercado de emprego, outro crucial problema que a Nação hoje enfrenta.

Por que duvidar desta realidade? O que está nos impedindo de atacar com agressividade este setor, que é vital e decisivo, quando toda a Nação sabe o que lhe reservam os próximos anos, para pagar um débito que alcançará, já em 1984, a fantástica cifra de US\$ 100 bilhões.

Por que relutar? Por que não arregaçar as mangas para a grande arrancada energética? Esta, ao lado da produção de alimentos, constitui o binômio que fará transformar este País, para ser, antes do final deste século, economicamente saudável, pois tem tudo para viver na prosperidade.

O exemplo da pujante PETROBRÁS me induz a este apelo. Se fomos capazes de criar e desenvolver uma PETROBRÁS, seremos competentes, sem dúvida, para realizar a ampla autonomia energética, de transcendental importância para a economia, sobretudo para quem precisa resgatar gigantescos débitos e retomar o desenvolvimento em todos os campos.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ALMIR PINTO NA SESSÃO DE 16/11/83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ALMIR PINTO (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Irei tratar de dois assuntos nesta tarde; o primeiro é me extremamente triste.

Lamentavelmente, volto à tribuna do Senado Federal para dar à Casa a comovente notícia do desaparecimento de um amigo e companheiro de Partido, tragicamente morto em pavoroso acidente de trânsito, na noite de domingo próximo passado, em Fortaleza.

O Dr. José Walfrido Monteiro, Deputado Estadual pelo Partido Democrático Social, vice-Líder da Bancada na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, teve morte instantânea, quando uma camioneta "Veraneio" em que viajava foi colhida por um táxi que, na verdade, sendo de menor porte, mas, decerto, pela velocidade que desenvolvia, causou violento choque que levaria à morte o inteligente e culto Parlamentar cearense, e mais um jovem de 15 anos, o estudante Márcio Nunes Perpétuo, natural do recém-criado município de Maracanã.

O Deputado José Walfrido descendia de tradicional família do Município de Icó, cidade que lhe serviu de berço. Teve a sorte de governá-la como Prefeito Municipal, sendo posteriormente conduzido à Assembleia Legislativa em duas Legislaturas.

Encontrava-se no primeiro ano da sua segunda legislatura, quando foi roubado do convívio dos vivos pela crueldade da morte.

O Sr. Virgílio Távora — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ALMIR PINTO — Ouço o nobre colega.

O Sr. Virgílio Távora — Nobre Senador Almir Pinto, José Walfrido. Deputado Estadual que V. Exª hoje sua morte pranteia, foi nosso Vice-Líder, quando ocupamos, pela segunda vez, a Curul governamental de nosso Estado. Combativo por excelência, homem muito capaz,

adotando a defesa de suas teses como se fosse a defesa de seus próprios interesses, S. Ex^a sempre foi conhecido pela retidão do caráter, pela absoluta bravura com que, nos momentos mais difíceis, se portava, quando, seja nos entreveros de sua terra, terra de política violenta — como V. Ex^a sabe, seja nos debates parlamentares, em que sempre brilhava, pelo fulgor da sua inteligência, pela sua combatividade e — porque não dizer — pela extraordinária malícia política de que era possuidor. Associe-me, e comigo, estou certo, todo o PDS cearense, a esta homenagem que V. Ex^a faz a nosso correligionário tão tragicamente desaparecido domingo próximo passado.

O SR. ALMIR PINTO — Nobre Senador Virgílio Távora, agradeço o aparte. V. Ex^a pintou, com traços fortes, a personalidade do Deputado José Walfrido Monteiro, que V. Ex^a, como eu, bem o conheceu.

Advogado de nomeada, era José Walfrido Monteiro excelente tribuno.

Vice-Líder do PDS na Assembleia Legislativa, presidiu, com rara competência, a Associação dos Prefeitos do Ceará — APRECE.

Casado com a Sra. Gonçalina Mororó Monteiro, deixou órfãos os filhos Márcia, Isabel, Walfrido, Marcus e Vinícius.

Ao fazer, Sr. Presidente, consternado, este registro fúnebre, desejo expressar à Família enlutada, à Assembleia Legislativa e ao Governo do Estado, o meu mais profundo pesar pelo infausto acontecimento, pesar extensivo à família icoense, na pessoa do seu ilustre Prefeito Municipal.

Desejo ainda levar a minha palavra de conforto à Família do jovem Márcio Nunes Perpétuo, que, muito jovem ainda, foi arrebatado pela morte.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o segundo assunto que passarei a tratar nesta tarde preendo-se à visita que fez à Capital da República uma Comissão de Professoras do Ceará, que antes me haviam solicitado conseguisse uma entrevista com a Ministra da Educação e Cultura, Professora Esther Ferraz. S. Ex^a, a titular do Ministério da Educação e Cultura de nosso País, foi por demais gentil, concedendo a entrevista solicitada.

Sr. Presidente, tive oportunidade de acompanhar aquela reduzida Delegação de mestras do nosso Estado, que, recebidas por S. Ex^a a Sr^a Ministra, fizeram um relato da situação por que passa o magistério cearense, e deixou com S. Ex^a este relatório, vazado nos seguintes termos:

"Em nome dos professores da rede oficial do ensino no Ceará, nos dirigimos a V. Ex^a para expor alguns problemas e apresentar as nossas reivindicações.

Com relação à situação do professor, concordando com a afirmação de V. Ex^a de que a eficiência do ensino repousa no bom preparo e justa remuneração dos professores, chamamos a atenção para a situação dos professores de 1^o e 2^o graus do Estado e Municípios que se encontram com os seus salários atrasados e defasados, bem como dos professores leigos municipais que aqui no Ceará recebem de Cr\$ 500,00 a Cr\$ 5.000,00 por mês.

Com relação à situação das escolas, predomina a quase total falta de condições materiais para esse desempenho, havendo sempre a alegação de falta de verbas, que não podem ser substituídas pela taxa escolar, principalmente nessa situação de crise em que a maioria das crianças da Rede Oficial não tem condições de manter as escolas pois seus pais estão desempregados, subempregados, ou recebendo baixos salários.

Nessas condições, o ensino público a cada dia que passa piora em qualidade, se constituindo quase que num desperdício pela sua inoperância, comprometendo assim o futuro da Nação e em particular do Estado.

Assim sendo, encaminhamos à V. Ex^a a solicitação de que interceda junto à Secretaria de Planejamento, por mais verbas para a educação em geral e em particular que o MEC designe mais verbas para a educação no Ceará, cuja situação está agravada com a seca, inclusive que considere a possibilidade de antecipar a concessão das verbas federais de 84, possibilitando o pagamento em dia do reajuste do salário dos professores."

Aqui, eu quero fazer um comentário porque, antes da presença das professoras cearenses em Brasília, elas me haviam posto a par, quando da minha viagem ao Ceará, de onde regressei uma semana atrás, da situação crucial por que passa o magistério. E, voltando lá do meu Estado, tive encontro com a Sr^a Ministra, expus-lhe a situação exata de desconforto do ensino, não só do Ceará, mas em todo o Nordeste, e S. Ex^a disse-me: olhe, Senador, o máximo que eu posso fazer é justamente isto, porque já transferi todas as verbas federais para o Nordeste, e o Ceará foi um dos Estados mais bem aquinhoados. Mas, o que ainda posso fazer, diante da situação, e agora reafirmada pelas professoras neste pequeno memorial, é antecipar uma receita de 1984 para o resto de 1983. Isto foi prometido às mestras cearenses.

Continuo a leitura do memorial:

"Além dessa reivindicação maior, apresentamos à V. Ex^a as seguintes:

- 1 — Melhoria das condições das escolas:
 - bebedouros, instalações sanitárias, hidráulicas e elétricas;
 - instalação de bibliotecas em todas as escolas;
 - instalação de laboratórios;
 - condições para a prática de esportes e atividades artísticas;
 - dotação de verbas para a manutenção das escolas, extinguindo-se a caixa escolar, que no geral tornou-se obrigatória e principal fonte de recursos para manutenção das escolas.

2 — Melhoria do ensino e das condições de trabalho:

- garantia do ensino público e gratuito, para todos;
- obrigatoriedade de alfabetização nas escolas estaduais;
- estabelecimento de pessoal de apoio nas escolas, que desempenhem tarefas antes próprias do professor substituto;
- piso salarial de 3 salários mínimos para os professores da rede oficial de ensino;
- garantia do preceito constitucional de pagamento do salário mínimo regional aos professores leigos municipais.

- 3 — Com relação aos alunos:
 - distribuição gratuita dos livros didáticos, aos alunos carentes;
 - moralização das bolsas de estudo;
 - distribuição de merenda escolar para os alunos do turno da noite.

- 4 — Democratização das escolas:
 - escolha democrática da direção das escolas, conforme estabelecido no Estatuto do Magistério."

Foram essas as principais reivindicações que as mestras fizeram à S. Ex^a Ministra da Educação e Cultura, e S. Ex^a explicou bem às mestras cearenses que, praticamente, no setor estadual ela nada poderia fazer porque a ela, ministra, estava afeto apenas o ensino na órbita federal.

E aqui, Sr. Presidente, vem aquele problema agudo que sempre tenho dito nesta Casa. Nunca entendi como o ensino primário, que é o ensino fundamental, obrigatório, seja feito pelo Governo Federal, pelo Governo estadual e municipal. Sempre entendi que sendo o ensino primário o ensino fundamental, conforme a Constituição

do País, obrigatório, deveria ser este ensino única e exclusivamente da alçada do Governo Federal. Como V. Ex^a vê no próprio Relatório, quanto o município está pagando aos professores?

O que representa isto para uma professora: Cr\$ 5.000,00? Eu acho que o Município não pode encarregar-se, como alguns já o fazem, do ensino municipal, do ensino secundário e até do ensino universitário; só nas grandes cidades dos Estados, como o Paraná, São Paulo e o Rio Grande do Sul; mas no Nordeste mesmo, e nós somos do Norte e Nordeste, sabemos que as prefeituras não têm condições. Como? Só se a reforma tributária que estamos aí a esperar melhorar em muito a situação dos municípios. Mas com a pequena renda que as nossas edificações arrecadam não poderão nunca ministrar o ensino nos diversos níveis! E o pior é quando a professora leiga ensina errado. Isto é grave porque a criança na faixa de 1 a 5 anos, como todos nós sabemos, retém no seu cérebro erros que ficarão gravados para sempre. Eu, pelo menos, tenho recordações perfeitas daquilo que se passou comigo, no sítio para onde meu pai me levava, na infância, quando sala chorando, atacado por formigas... Recordo-me disso como se fosse hoje. Então, ensinar errado é mais difícil aprender o certo depois, porque fica o vício do erro! Eu nunca me esqueci do que assisti de uma feita, como Secretário de Educação: ao chegar a uma sala de aula e havia no quadro-negro uma pergunta da professora: qual o enterventor do Ceará no ano tal? Enterventor, com "e". Aí, senti que a criança iria aprender errado. Então, disse delicadamente: pingue este "e". Porque, na verdade, nós aqui no Nordeste Fazemos do "e" o "i", delicadamente pedi para pingar o "e", porque a palavra é interventor. Todos acharam graça e a correção foi feita.

Então, eu tenho esta experiência, como professor que fui, por algum tempo, de Higiene e Anatomia, no colégio lá do meu Maraguape, e como Secretário de Educação, ensenguei quão perigoso é ensinar errado! E a consequência desse mau ensino nos leva a vermos situações como esta, de gente formada dizer "para mim fazer isto". Inclusive no rádio e na televisão, os nossos artistas sempre pronunciam "para mim fazer". Em vez de dizerem "para eu fazer isto", o que não é correto, mas é desta maneira que as crianças aprendem. Eu acho que a composição popular, digamos assim, parece que está cedendo lugar à erudita, que é a composição correta da língua. Então fica: "para mim fazer isso." Ora, uma professora dizer isso, a criança vai aprender e vai ficar dizendo: "Para mim fazer isto, para mim fazer aquilo." O certo é, para eu fazer.

Não sou professor de português, mas sempre tive o cuidado de aprender um pouquinho. Hoje o meu português já está muito para trás, porque evoluiu muito o ensinamento, o aprendizado da nossa língua. Aparecem figuras que quando encontro flico pensando, o que é isso? E logo, procuro me atualizar!

Sr. Presidente e meus nobres colegas, a nossa juventude não gosta do dicionário. Eu digo isto, porque tenho netos (hoje sou avô, com 17 netos), e não os vejo a consultar. Ainda hoje gosto de buscar neles esclarecimentos para as minhas dúvidas! Mas eu vejo que a mocidade quando tem uma dúvida não faz a consulta ao léxico e, diz errado, e pouco está se incomodando. Acho que isso deveria ser uma advertência aos professores. No meu tempo de colégio, lá no Ceará, no tempo de Hélio Gueiros, que foi colega do meu irmão no Colégio São Luiz, no qual eu estudei, tínhamos coisas interessantes; o nosso professor de português mandava fazer leitura — naquele tempo era a Antologia Nacional. — Então liamos e interpretávamos aqueles trechos.

O Sr. Gastão Müller — Por exemplo, "Iracema".

O SR. ALMIR PINTO — "Iracema", de José de Alencar. Interpretávamos o texto com o professor assistindo e orientando; tudo era bem diferente de hoje!

Hoje, o que ocorre? Digo isso porque tenho sobrinhos, genros e cunhados professores. Às vezes, estou em casa e vejo quando estão fazendo a correção daquelas provas. Sentimos, Sr. Presidente, que o moço ou a moça têm o assunto na cabeça, sabem o ponto, como se diz, agora, o que não sabem é passar para o papel.

O Sr. Gastão Müller — Não sabem se expressar.

O SR. ALMIR PINTO — Perfeito! É a falta de expressão de passar para o papel aquilo que eles têm na cabeça. E o que é isso? É falta daquela dissertação que deveriam ter feito no curso de ginásio, auxiliados e corrigidos pelo professor.

Então foi isso que as professoras do Ceará vieram fazer, queriam conhecer a Ministra da Educação — mataram seu desejo, conheceram a Srª Ministra — saíram satisfeitas, porque a Srª Ministra as recebeu com muito carinho, acatando as sugestões por elas feitas e prometeu que o que estivesse ao seu alcance, como Ministra, seria feito. E eu acredito que realmente as professoras do Ceará obterão algo do Ministério, porque a Ministra Esther Ferraz tem dado cabal desempenho à missão que o Presidente da República a ela confiou.

Sr. Presidente, já que estamos falando de professoras, gostaria de mostrar uma relação de percentagens no que diz respeito ao vencimento dos professores, assunto que também foi por elas abordado.

Assim é que, enquanto as professoras leigas municipais ganham a insignificância que varia de 500 a 5.000 cruzeiros, as normalistas ganham numa faixa aproximada de 30 mil cruzeiros. O IBGE trouxe a público um quadro sobre a remuneração mensal dos brasileiros, e eu achei que uma coisa puxava a outra, daí ter-me valido desse quadro fornecido pelo IBGE.

Vejamos: — 21 milhões 625 mil e 575 brasileiros ganham até 1 salário mínimo.

12 milhões 884 mil e 388, percebem mais de 1 salário mínimo.

Os que ganham até 2 salários mínimos — subiu de 28 milhões e 36 mil para 32 milhões e 61 mil pessoas.

Quer dizer, de 28 milhões e 36 mil pessoas, passou para 32 milhões e 61 mil pessoas que recebem dois salários mínimos.

Nas escolas intermediárias temos 11 milhões 776 mil que recebem meio salário mínimo! — e 4 milhões da população ativa; sem remuneração, trabalhando em atividades agrícolas.

Os que ganhavam em 1981 entre 10 a 20 salários mínimos, correspondiam a 3,4% da população ativa — e em 1982, este percentual baixou para 2,79%.

Com mais de 20 salários mínimos em 1981 tínhamos 1,52% e no ano seguinte eram apenas 0,89%. Houve uma socialização da pobreza e uma concentração de riqueza nas mãos de poucos.

Crê-se que os dados para o ano de 1982 devem registrar índices terríveis, com o crescimento constante da inflação e da recessão, o que acarretará novas referências para se determinar o nível de participação do brasileiro no Produto Interno Bruto — PIB.

As consequências se fazem sentir não só no Nordeste, mas se detecta que atinge o Brasil com um todo, cujo retrato fiel, está no mundo de insatisfações que se generalizam.

Conhecidos os dados reais dos salários pagos a cada categoria, desde o mínimo a o máximo — mínimo — ou melhor seja — o mínimo-máximo, veio-nos a idéia, já por ser um assunto do momento, a questão da Previdência Social, nos diferentes escalões de benefícios.

O que se sabe, por que a imprensa divulgou é que a Previdência Social terá este ano um dispêndio com pagamento de benefícios da ordem de Cr\$ 4,7 trilhões. Constata-se assim, que deste total, nada menos de 80% serão destinados ao pagamento de pensionistas e aposentados, ou sejam 3,3 trilhões de cruzeiros.

Dados colhidos pela imprensa, possivelmente junto ao órgão Previdenciário, demonstram que, na realidade, como acentua o JB —

somam 6 milhões o número de benefícios de prestação continuada, no meio urbano, que incluem, entre outras, o auxílio reclusão e que devo confessar, não sabia que existia tal auxílio.

Estou, agora, sendo advertido que o nobre Senador João Calmon solicitando um aparte, e concedo-o com a maior satisfação.

O Sr. João Calmon — Nobre Senador Almir Pinto, eu me encontrava em meu gabinete quando ouvi um trecho do discurso de V. Exª que focalizava o salário miserável das professoras primárias municipais do Nordeste.

O SR. ALMIR PINTO — De 500 cruzeiros a 5 mil cruzeiros.

O Sr. João Calmon — Devo, aliás, salientar que esse depoimento sobre os salários de fome daquelas professoras foi prestado à Comissão de Educação e Cultura por dois secretários de Educação do Nordeste: um do Estado de Alagoas e outro do Estado do Rio Grande do Norte. Eu já focalizara esse episódio, destacando a estranheza de vários professores americanos, quando esses salários foram convertidos para a moeda do seu país, para o dólar. Os salários das professoras primárias municipais, no Nordeste do Brasil, giram entre meio dólar, um dólar e, no máximo, um dólar e meio, por mês. V. Exª, que foi um notável Prefeito de Maranguape, um homem público com larga experiência daquela área sofridora do Brasil, tem sido um dos campeões da luta por uma elevação substancial dos salários das professorinhas heróicas do Nordeste. Aproveitando esta oportunidade, nobre Senador Almir Pinto, gostaria de destacar, também, a falta de sensibilidade do Banco Nacional de Habitação que teima em não construir escolas em seus conjuntos habitacionais. Deveria ser obrigatória a construção de uma escolinha de 1º grau, pelo menos, abrangendo as quatro primeiras séries em todos os conjuntos habitacionais financiados pelo BNH. No momento em que se discute com tanta propriedade a péssima, a desumana distribuição da renda nacional, convém voltar a comentar o que representa como crime de lesa-humanidade o fato de no Brasil milhões de criaturas ganharem a metade do salário mínimo. Ora, se o salário mínimo já é sabidamente um salário de fome imagine-se o que representa a metade de um salário mínimo, que é a pensão que a Previdência Social paga a milhões de rurícolas deste País. Agradeço a V. Exª a oportunidade desta rápida intervenção em seu oportuno e patriótico pronunciamento da tarde de hoje.

O SR. ALMIR PINTO — Agradeço o aparte de V. Exª e confesso que ignorava, por completo, que nesses conjuntos habitacionais o BNH não construiu uma escola. Pensava eu que além daquele Centro Comunitário que sempre mandam construir, houvesse um prédio para uma escola.

Porque estou a dizer a V. Exª, que no Município de Maranguape devem estar sendo instalados 5 conjuntos habitacionais, cada um com 4 mil casas, um total por conseguinte, de 20 mil casas. Calculando-se, cada família, mais ou menos, com 5 pessoas, Maranguape irá ter uma população de 100 mil habitantes a mais.

Nós já tivemos oportunidade, aqui nesta Casa, de discutirmos sobre o assunto. V. Exª, digamos assim, que é o papa do problema educacional no Brasil...

O Sr. João Calmon — Vigário, Exª

O SR. ALMIR PINTO — ... pois foi o homem que lançou a campanha em favor da educação, e eu recebi V. Exª no Ceará nessa condição. E quantas e quantas vezes, aqui mesmo, no Senado, eu tenho dialogado com V. Exª sobre este assunto. Tudo isso que as professoras falam

em seu relatório é verdade, e elas assim fizeram, justamente, para dar um testemunho bastante eloquente à Ministra da Educação sobre a deficiência do ensino primário feito pelos municípios. Sabe V. Exª e eu já disse aqui que não é possível o município custear o ensino primário, secundário e superior. E há muitos que assim o fazem, pois, lá no Nordeste, mesmo posso citar o município de Crato, o de Limoeiro do Norte, de Sobral, que, na verdade, são municípios prósperos, mas que não têm condições de sustentar um bom ensino dessa forma, mesmo porque há o problema dos professores, que devem ministrar aulas nas Faculdades de Direito, de Comércio, de Filosofia. É preciso que esses professores se desloquem de Fortaleza, sendo um vai e vem terrível. Essa é a verdade que precisa ser dita. Então, nobre Senador, já disse há pouco e agora repito, o ensino primário deveria ser da competência exclusiva do Governo Federal, que é como dispõe a Constituição. O ensino secundário ficaria a cargo dos Estados e o superior que se fizesse através do crédito educativo, porque o jovem passaria a assumir uma responsabilidade, aqueles que necessitassem do crédito educativo, se os pais não pudessem pagar os estudos. Mas eles assumiriam a responsabilidade de, quando formados, procurar emprego, o que está difícil, porque a demanda já é muito grande, essa é a grande realidade. Mas ficaria a cargo dos estudantes que iriam amortizando esses empréstimos que os ajudou a se formarem em Medicina, Direito ou coisa que o valha. Mas eu não creio que se possa fazer, num município, como por exemplo o de Aracatiaba, um município que V. Exª conhece, um município pobre, possa manter professoras primárias. E eu digo mais, a professora primária se utiliza, às vezes, da casa do próprio pai e no alpendre dá aquela aula utilizando-se de tamboretes, ou o que for. É elogiável o trabalho da moça. Digo, ainda, aquilo que V. Exª disse aqui, com relação à demanda que é tão grande que nos Estados, principalmente os do Nordeste, não podendo mais contratar professoras, elas pedem para ficar ensinando guardando o lugar para, um dia, quando o Estado tiver condições de contratar, elas terem a preferência. Acho — e seria desumano — que elas fazendo isso, ensinando de graça, servindo ao Estado...

O Sr. Hélio Gueiros — Injusto é trabalhar sem ganhar.

O SR. ALMIR PINTO — Injusto é trabalhar sem ganhar. Mas injusto ainda seria elas trabalharem sem ganhar, na esperança de serem contratadas, e um Governador irreverente chegar e contratar outras que não prestaram aquele serviço que elas prestaram durante tanto tempo, dentro de uma graciosidade elogiável.

É a tal história. Comentei muito aqui, mas com a própria Ministra ainda não tive tempo de conversar sobre esse assunto, nobre Senador João Calmon, quando ela me falou, da passagem de V. Exª por lá, ter sido esse um dos assuntos que havia tratado com V. Exª. Mas, repito, não tive ainda um tempinho para conversar com a Ministra, como conversei com o ex-Ministro Eduardo Portella, e com o ex-Ministro Ludwig. Tenho evitado essa conversa, pois cada vez que eu visitava um Ministro da Educação, dez dias depois ele deixava a Pasta!... Então eu pensei: "Estou dando azar". Fui conversar com o ex-Ministro Eduardo Portella sobre o assunto das escolas de artes industriais; ele ouviu e nada disse... parecendo ignorar que, em algum tempo, tenha havido esse ensino a cargo do MEC!

O Sr. Hélio Gueiros — V. Exª já pediu entrevista ao Presidente Figueiredo?

O SR. ALMIR PINTO — Não, af é que está. Não pedi, porque tem um Ministro na minha frente que conhece, justamente, as necessidades do meu Estado, e eu sou o seu suplente. Logo, deixei a cargo dele os assuntos do Ceará!... Talvez, por isso, ainda permaneça no Governo!...

Quero dizer a V. Exª que foi uma coincidência interessante. Estive com o Ministro Eduardo Portella duas vezes, e quando menos esperei o que ouvi foi: "Eu estou, mas não sou ...Ministro!" Eu pensei: então meu pedido passou. Eu estou, mas não sou, e o meu pedido passou...

Veio o General Ludwig e na única visita que fiz a S. Exª pediu-me que conseguisse dados sobre o ensino de artes industriais. Com 10 dias, o homem saiu. Então, eu evitei e tenho evitado muito falar sobre artes industriais com a Ministra Esther Ferraz, porque, devo dizer que, como os dois anteriores, tem-se revelado S. Exª uma excelente Ministra, e eu não quero que o País, por um azar qualquer desse ensino de artes industriais, S. Exª venha a ser substituída.

O Sr. Hélio Gueiros — V. Exª não falou do Ministro Hélio Beltrão.

O SR. ALMIR PINTO — Mas, o Ministro Hélio era da Previdência. Não sei se S. Exª foi previdente ou imprevidente. Esse aí é um assunto que ficará para a História dizer, porque inclusive eu estou com um artigo, aqui, que fala sobre se o déficit da Previdência é estrutural ou conjuntural. O artigo é bem interessante: "O ludo estrutural da crise conjuntural". Porque o nobre ex-Ministro Hélio Beltrão, uma figura excepcional, homem digno à toda prova, inteligente, conhecedor do assunto, S. Exª acha que o assunto relacionado à Previdência é conjuntural, e o Ministro do Planejamento acha que é estrutural. Mas eu tenho a impressão de que, como médico, e quando há uma discussão entre pessoas muito desentendidas, ser difícil chegar a um acordo, acho na minha opinião, que é uma coisa e outra. Isto é: estrutural e conjuntural. E aqui está uma parte muito interessante, que eu me anticipo, já que o nobre Senador Hélio Gueiros me levou a tal, é justamente quando o articulista do editorial do *Jornal de Brasília* assim se expressa:

É correta a preliminar que o Ministro não mencionou mas está subjacente no seu espírito, de que numa situação de crise como a atual todos perdem e os segurados da Previdência terão de perder também além do que já perdem com correções de proventos insuficientes para a reposição do seu valor real. Conquanto formalmente correta, isto dizia o Ministro Passarinho — ...a preliminar é socialmente imprópria. Como disse o ex-Ministro Hélio Beltrão, a Previdência Social é o mais poderoso instrumento de que dispõe o Estado para promover distribuição de renda e atenuar os efeitos perversos da crise econômica. Seria o caso de abraçar-se calorosamente essa variável, enxugando-se tudo o que possa ser enxugado em outros setores, para manter ativo e cada vez mais abrangente o sistema previdenciário. É por ele... — dizia o ex-Ministro Beltrão — ...que a sociedade paga uma parte da sua dívida social contraída através de um sistema de saúde ineficiente, da Educação insatisfatória, ... — por isso é que entrei logo aqui, deixando a educação um pouco para trás — ...baixos níveis de nutrição infantil, fatores que atuam de modo a concentrar as oportunidades e a generalizar a pobreza.

Concordamos porém com o novo Ministro, embora por razões diferentes, quando afirma que a crise da Previdência é "em parte conjuntural e em parte estrutural". Ao vê-la em sua parte estrutural, vemo-la na profunda disfunção a que foi levada por seu gigantismo, inteiramente desproporcional ao tamanho da nossa economia. Temos, ao lado de uma economia incipiente, o maior sistema previdenciário do mundo ocidental, com 90 milhões de beneficiários, algo absurdamente inconformável a um padrão mínimo de eficiência.

O sistema previdenciário brasileiro precisa separar-se do sistema de saúde, o qual pode e deve

ser privatizado. Mas não sem antes resolver-se, através do Ministério próprio, o grave e complexo problema dos serviços básicos de saúde, ou profilaxia, sem os quais será impossível prover a toda a demanda de tratamento. É pela prevenção, e não pelo tratamento, que resolveremos a crise crônica do sistema, porque este último, individualizado, é necessariamente caro. Uma vez reduzida fortemente a demanda, pela via profilática, a responsabilidade da assistência médica poderá ser compartilhada com o beneficiário, já que o Estado terá cumprido a sua parte.

É a tal história, prevenir é melhor do que curar. A prevenção é o que vale mesmo, porque diminuiria a despesa com o tratamento.

Mas, Sr. Presidente, continuando:

Dados colhidos pela imprensa, possivelmente junto ao órgão previdenciário, demonstram que, na realidade, como acentua o JB — "somam 6 milhões o número de beneficiários de prestação continuada no meio urbano, que incluem, entre outras, o auxílio reclusão, que devo confessar, não sabia se existia tal auxílio". A mesma fonte emprestou ainda a informação de que o número de aposentados gira em torno de 24 milhões, representando 41% dos benefícios de prestação continuada, enquanto os pensionistas somam 25%, isto é, 1,5 milhão.

Além do mais, temos ainda o auxílio-doença em 13% que totaliza 750 mil.

Já que o novo Ministro, o nosso ex-colega Jarbas Passarinho, está inclinado a examinar as aposentadorias precoces, o mesmo JB conseguiu, de certo junto à Previdência, a informação de que, para se ter uma ideia do que poderia entrar em um estudo no sentido de dimensionar as aposentadorias precoces hoje existentes, lembra um técnico do Ministério, seria preciso, antes, separar entre os aposentados por tempo de serviço quantos segurados já estariam gozando de sua aposentadoria por velhice ou invalidez. Os cálculos realizados indicam que, do total de aposentados, 51%, 1,1 milhão e 200 mil, gozam deste direito por invalidez, e outros 15%, 470 mil, por velhice, isto é, têm mais de 65 anos. Assim, apenas 34% do total — 780 mil segurados — estão aposentados por tempo de serviço.

É sobre este universo de 780 mil pessoas que o novo Ministro terá que trabalhar, se pretender analisar quantos são os "aposentados precoces" do País.

Aqui, chamo a atenção dos Srs. Senadores.

Uma revelação importante é o estrago que os juros trazem à Previdência Social. São 50 bilhões de cruzeiros, o que representa metade do orçamento do Ministério da Saúde; e, o pior, até o Banco do Brasil passou a cobrar juros da nossa combatida Previdência. Contra esse estado de coisas é que o Ministro Passarinho irá reagir, visando minimizar o déficit alcançado pelo seu Ministério.

O Sr. Gastão Müller — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ALMIR PINTO — Com o maior prazer.

O Sr. Gastão Müller — Senador Almir Pinto, eu queria voltar um pouco ao meio do discurso de V. Exª, para aproveitar a oportunidade e me congratular com a Fundação IBGE por ter divulgado as informações que V. Exª citou. Eu acho que a Fundação IBGE, através do seu Presidente, que é do sistema, que é do Governo, foi corajosa em publicar dados tão téticos e tão reais sobre a problemática brasileira. Então, chega-se a uma conclusão, que já cheguei, sem ser dono da verdade, há algum tempo, quando declarei ao jornalista que, no Brasil, está havendo um empobrecimento ilícito, porque o enriquecimento ilícito, todos nós sabemos que sempre existiu.

O SR. ALMIR PINTO — É a socialização da pobreza.

O Sr. Gastão Müller — Ou então, é a socialização da pobreza. Mas eu acho que é pior o empobrecimento ilícito, porque a má administração do poder público atual vem levando o País a não atingir o objetivo comum de todos nós, que estamos exercendo um mandato popular, ou aqueles que estão exercendo o Poder Executivo, isto é, o bem comum. Como que se vai chegar ao bem comum com o empobrecimento no País se, cada vez mais, o povo está ganhando menos? Então o que havia no Brasil há alguns anos, na nossa mocidade, eram as famílias pobres, mas que viviam, se alimentavam condignamente, mas que eram modestas nos seus devaneios financeiros. Mas agora, o que está se vendo neste País é a miséria propriamente dita, que é outra figura muito mais tétrica, muito mais dramática para o País. E o IBGE veio provar isso: são quantos milhões de pessoas neste País vivendo ou sobrevivendo à base de salário mínimo? Quantos milhões de brasileiros vivendo e sobrevivendo à base de subemprego? E a consequência social desses fatos, não é preciso repetir aqui. De modo que congratulo-me com a Fundação IBGE por descortinar para o povo brasileiro, com a insuspeção que lhe é peculiar, por ser um órgão do Governo, de mostrar ao povo brasileiro, de todas as cores partidárias, de como está a situação do Brasil, alertando a todos nós para que alguma coisa se faça para minorar a situação, e algum milagre, no bom sentido, seja atingido neste País, visando o bem comum. Muito obrigado a V. Exª.

O SR. ALMIR PINTO — Agradeço o precioso aparte de V. Exª sobre esse rabisco que fiz da situação difícil por que passa o povo brasileiro. Mas, teremos que dividir mesmo o Brasil em dois brasis: o Brasil da Bahia para o Norte, e o da Bahia para o Sul. O Centro-Oeste tem as melhores perspectivas para vencer a pobreza que não é igual a que hoje assola o Nordeste brasileiro, quando nada, dispõe de água, coisa que nós não temos. Estamos há cinco anos sem chuvas. Este é um assunto por demais debatido nesta Casa, mas nós, nordestinos não podemos perder a oportunidade, quando surge uma deixa sobre o problema do semi-árido brasileiro, de nos queixarmos e protestar contra o que fazem com nosso sofrido torrão.

Mas, V. Exª há de reconhecer, não podemos fugir à realidade dos dois brasis que, infelizmente, existe! Teremos que lutar muito, muito mesmo, e mostrar que o Norte e o Nordeste são capazes de produzir e de oferecer, como tem feito, o braço, não digo o braço escravo, mas o que vai concorrer para o engrandecimento das Regiões Sul e Sudeste. E desde que nos dêem condições, desde que Deus se lembre de nós, do Norte e Nordeste, nos dando bons invernos, algum dia teremos a sorte de ver o Nordeste próspero feliz.

Era o que eu desejava dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ITAMAR FRANCO NA SESSÃO DE 17-11-83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quero registrar nos Anais do Senado Federal, e creio que iniciaria com o término das palavras do nobre Senador Odacir Soares, buscando inicialmente a entrevista de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, dada no exterior, destacando o seguinte trecho:

— Presidente, cada pessoa fala uma coisa a respeito de seus sentimentos sobre eleições diretas. Eu queria saber o que o senhor acha a respeito de eleições diretas, hoje?

— Eu sou pela eleição direta. Eu acho que assim deve ser. Mas no momento não há possibilidade.

— O seu sucessor ainda não?

— Não. Acho que no momento não há possibilidade.

— Mas, no seu governo, o senhor restabeleceria para o sucessor do seu sucessor, ou seja, em 1991?

— Não. Isso vai depender de acordo com a Oposição. Ainda não entrei em conversações nesse sentido. Agora, eu acho muito difícil aquele ideal meu de estabelecer uma eleição direta para o meu sucessor. Acho muito difícil.

— Por que Presidente?

— Porque o meu Partido não iria se conformar. Eu me conformo, mas o meu Partido não iria se conformar.

Sr. Presidente, a fala do Presidente Figueiredo nessa entrevista, no meu entendimento, coloca o Partido do Governo, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, numa situação difícil. O Presidente da República diz que quer as eleições diretas. E aqui vamos abrir um parêntese para saudar os ares da Nigéria, pois Sua Excelência, ao que parece, diz claramente que deseja as eleições diretas. Neste momento, o Presidente Figueiredo vai de encontro à vontade nacional. Mas indo a favor da vontade nacional, estando ao lado do povo, Sua Excelência também diz que não pode dar as eleições diretas, porque o seu Partido não as deseja.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, gostaria de ouvir hoje do Líder do Governo, nesta Casa, se realmente isto é verdade, se o PDS está impedindo que o povo brasileiro escolha, pelo processo direto e democrático, o próximo Presidente da República.

Particularmente tenho dito, Sr. Senadores, que nós só vamos romper essa estrutura de poder através das eleições diretas para Presidente da República. Portanto, é preciso que o PDS, pelo menos nesta Casa, tenha a sensibilidade de dizer à Nação, não a nós da Oposição, em absoluto, mas dizer à Nação, ao povo brasileiro, que não está impedindo a eleição para Presidente da República que, ao contrário do que pensa Sua Excelência, o Partido do Governo aprovará as eleições diretas para Presidente da República.

O Sr. Gastão Müller — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com prazer, nobre Senador Gastão Müller.

O Sr. Gastão Müller — O que V. Ex^a comenta hoje, como sempre com grande oportunidade e no momento certo....

O SR. ITAMAR FRANCO — Muito obrigado, Excelência.

O Sr. Gastão Müller — ... é um assunto muito curioso, porque as declarações do Sr. Presidente foram inofensíveis. V. Ex^a as leu, nós vimos e ouvimos na televisão. O que surpreende — pelo menos a mim me surpreendeu — é que, há pouco tempo, o Presidente declarou à imprensa e todo mundo comentou: "Direta, nunca! Se depender de mim, nunca!" Então, os ares benfazejos da Nigéria levaram a uma evolução no bom sentido. Lá, Sua Excelência se declarou a favor das eleições diretas. Já é uma grande evolução.

O Sr. Milton Cabral — Mas elas podem ser em 1991, apenas.

O Sr. Gastão Müller — Mas, de qualquer jeito, é uma evolução, pois para quem disse há pouco tempo que, por ele, eleição direta nunca, admitir agora a eleição direta é uma grande evolução. De modo que me congratulo com o Presidente da República por ter tido essa evolução, no bom sentido, em que já admite a eleição direta. Como disse o Senador Milton Cabral — sem usar o microfone, mas que foi ouvido numa intervenção muito simpática — Sua Excelência não disse, no tempo, quando? Mas, de

qualquer jeito, já houve uma evolução. Nós tivemos ontem um dia prodígio de sugestões interessantes: a do Presidente Figueiredo, admitindo a hipótese de uma eleição direta; e a do nosso eminente Presidente, Senador Moacyr Dalla, com uma idéia muito interessante: quando se fala que estamos atingindo a democracia total, e quando há dúvida sobre um problema, o que se faz? Um plebiscito. Então, o Presidente Moacyr Dalla sugere ao Governo e à Nação que se faça um plebiscito para decidir, pelo voto, se teremos a eleição direta, ou se manteremos, pelo princípio constitucional vigente, a eleição indireta. Congratulo-me com os dois Presidentes: com o Presidente do Poder Executivo e com o Presidente do Poder Legislativo, na pessoa do nosso prezado amigo e colega Senador Moacyr Dalla. São duas grandes manifestações, todas elas favoráveis à consolidação democrática do País.

O SR. ITAMAR FRANCO — Nobre Líder, Senador Gastão Müller, o aparte dado fora do microfone pelo Senador Milton Cabral, não corresponde à entrevista do Senhor Presidente da República. O Senador Milton Cabral quis dizer a V. Ex^a...

O Sr. Gastão Müller — Que o Presidente Figueiredo e não marcou tempo.

O SR. ITAMAR FRANCO — Ao contrário, Sua Excelência marcou o tempo sim. Vou reler o que ele diz, pelo menos é o que a imprensa mostra hoje claramente. Ao que parece, o Senador Milton Cabral está preocupado com o verbo no presente, mas o Presidente Figueiredo foi bastante claro, Presidente Moacyr Dalla, quando ele diz o seguinte, respondendo a pergunta dos repórteres:

Agora, eu acho muito difícil aquele ideal meu de estabelecer uma eleição direta para o meu sucessor. Acho muito difícil.

Evidentemente, sabemos que o período presidencial vai terminar, previsto por esse Colégio Illegítimo que aí está, em janeiro de 1985. Tanto que aqui diz:

"Acho muito difícil..."

E complementa depois quando o repórter pergunta:

— Por que Presidente?

— Porque o meu Partido não iria se conformar. Eu me conformo, mas o meu Partido não iria se conformar.

O Sr. João Lobo — V. Ex^a permite um aparte, nobre Senador?

O SR. ITAMAR FRANCO — É mais do que clara a fala do Senhor Presidente da República que deseja, para o seu sucessor, a eleição direta. Pelo que percebi na manifestação fora do microfone do Senador Milton Cabral que, realmente, o Partido do Governo já está preocupado em não atender às ponderações do Senhor Presidente da República. Mas acho que seria fácil, Srs. Senadores, verificarmos se a fala do Senhor Presidente da República é verdadeira ou não. E já estamos acostumados, Sr. Presidente, depois de alguns anos no Congresso Nacional, não adianta a Oposição tentar emendas às eleições diretas, como não adiantou tentar a eleição direta para governador, inclusive através do vice-líder do próprio Partido do Governo, na Câmara dos Deputados. O Executivo quer ter sempre a iniciativa.

Então, o Senhor Presidente da República poderia, ao regressar da sua viagem à África, essa viagem histórica, mandar uma Mensagem, uma emenda constitucional ao Congresso Nacional, propondo as eleições diretas para Presidente da República, convocando o Congresso Nacional, extraordinariamente, para debater essa e as questões econômicas que aí estão, que se passam no exterior

sem que a vontade dos representantes do povo se manifeste.

O Sr. Almir Pinto — V. Ex^a me concederia um aparte, nobre Senador Itamar Franco?

O SR. ITAMAR FRANCO — Antes de dar o aparte a V. Ex^a, Senador Almir Pinto, ouço com muito prazer o Senador João Lobo.

O Sr. João Lobo — Nobre Senador Itamar Franco, encontro-me eventualmente na Liderança do PDS.

O SR. ITAMAR FRANCO — O que lamento, por esse "eventual".

O Sr. João Lobo — Muito obrigado. Mas, não teria a pretensão de querer falar em nome da Liderança porque não a consulte, não sei a idéia. Gostaria de dar este aparte em meu nome pessoal. Devo dizer a V. Ex^a que as declarações do Presidente Figueiredo me dão um certo orgulho do PDS. Eu estou gostando do PDS, porque o Presidente Figueiredo confessou, tacitamente, para toda a Nação que o PDS é um Partido que tem vontade própria, que não é um Partido de dizer amém a todas as vontades do Planalto. O PDS não aceita, mesmo contra a vontade do Chefe da Nação. Então, bastava isto para me dar um certo orgulho do meu Partido, da sua independência, da coragem com que ele assume essa posição. Discutir a validade ou não da eleição direta, ou indireta, são outros pontos que nós estamos prontos a debater. Nobre Senador Itamar Franco, achamos que a eleição indireta já foi deflagrada. Não adianta dizer que ela não é legítima, porque seria o mesmo que repudiar o Governo do Presidente Figueiredo e todos os Governos anteriores, porque eles foram indiretos também.

O Sr. Benedito Ferreira — É o distintivo dos rondonianos.

O Sr. João Lobo — Não é o fato de uma eleição ser indireta que deixa de caracterizar um procedimento democrático. Achamos que a eleição indireta também é democrática. De forma que o meu aparte ao brilhante e oportuno pronunciamento de V. Ex^a era para dizer que nós estamos verdadeiramente orgulhosos do PDS ter sido exposto à Nação como um partido que tem vontade própria e que vai disputar, mesmo com o ônus que as Oposições tentam jogar em cima do PDS, as eleições indiretas para o próximo sucessor do Presidente Figueiredo. Achamos que a eleição já foi deflagrada, e nós já ganhamos esta eleição quando fizemos a maioria do Colégio Eleitoral, e o eleito terá tanta legalidade quanto o Presidente Figueiredo tem, quantos os Governos anteriores tiveram. Esse o meu aparte neste momento.

O Sr. Benedito Ferreira — V. Ex^a me inscreve no rol dos seus apartantes?

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Ex^a está sempre inscrito no meu coração, nobre Senador Benedito Ferreira.

O Sr. Benedito Ferreira — Muito Obrigado.

O SR. ITAMAR FRANCO — Eu só vou responder ao Senador João Lobo, e, em seguida, darei o aparte a V. Ex^a

Senador João Lobo V. Ex^a sabe da admiração que tenho por V. Ex^a Felizmente, no seu aparte V. Ex^a disse que falava em nome pessoal, e fiquei bastante surpreso ao vê-lo defender as eleições indiretas. V. Ex^a acaba de se proclamar um defensor dessas eleições indiretas, e de considerá-las democráticas. Não quero aqui entrar no mérito de eleição indireta ou direta no processo democrático. Eu trouxe à baila, para que constasse dos Anais do Senado, a declaração enfática do Senhor Presidente da República. Se a Liderança do Partido de V. Ex^a pensar como V. Ex^a, quanto a esse orgulho que o Partido estaria sentindo pelas declarações do Presidente Figueiredo

do, seria um orgulho contra a Nação brasileira, porque a vontade nacional, meu caro Senador, é pelas eleições diretas. Acho que esse orgulho não fará bem ao PDS. Tenho quase absoluta certeza de que esse não deve ser o pensamento unânime da Bancada do PDS. Acredito que o PDS vai reagir contra a fala do Senhor Presidente da República. Vai reagir e vai aprovar as emendas que já estão tramitando no Congresso Nacional a favor das eleições diretas, porque o que o Presidente da República diz, aqui, e diz em Lagos, é muito grave. Será muito grave se o Partido de V. Ex^a assumir esta responsabilidade histórica, perante a Nação, nesta hora de crise. Ainda há pouco, nós ouvimos aqui o Senador Odacir Soares, do Governo, traçar um quadro negro, e a expectativa de reviver o Legislativo brasileiro.

Com profunda tristeza acolho o aparte de V. Ex^a na expectativa de que a maioria do PDS não pense como V. Ex^a.

Senador Almir Pinto, ouvirei V. Ex^a e, em seguida, o nobre Senador Benedito Ferreira.

O Sr. Almir Pinto — Nobre Senador Itamar Franco, gosto de ouvir V. Ex^a todo enfático da tribuna do Senado. Por falar em enfático, não sei se mais enfática foi a última frase do Presidente, sobre a questão das eleições diretas, ou se aquela outra que o nobre Senador Gastão Müller disse há pouco, que ele jamais faria eleições diretas. Quero dizer que de uma feita, V. Ex^a falando sobre a questão da energia nuclear — a imprensa fez uma cozinha em cima desse pobre Senador, que quase saía cinza — V. Ex^a dizia que o Presidente não ouvia a Oposição sobre a energia nuclear. Eu fui dizer, ainda meio novato, que, às vezes o Presidente ouve V. Ex^a deve se recordar do fato.

O SR. ITAMAR FRANCO — Recordo-me.

O Sr. Almir Pinto — De fato, o Presidente, às vezes, gosta de ouvir a Oposição, não resta dúvidas. Também quero dizer a V. Ex^a que já que o Presidente disse isso em Lagos, do outro lado do Atlântico, como todos ouvimos pela televisão, o Partido de Sua Excelência topa qualquer eleição, direta ou indireta. Eu pergunto a V. Ex^a: não é dele a coordenação? Por conseguinte, será o que Sua Excelência decidir. Se ele coordenar para eleições diretas, eu acredito que venha ao encontro do desejo do Partido do qual ele é o Presidente de Honra. Se já está montada a eleição indireta, com o Colégio Eleitoral já eleito e a data marcada para uma eleição indireta, então vemos como mudar a regra do jogo. Inclusive porque temos que votar uma emenda constitucional, modificando a Constituição que até agora marca eleição indireta. Acho, na verdade, que por mais boa vontade que ele tenha em querer fazer eleição direta, não vai depender só do seu partido. Será necessário um consenso, um entendimento com a Oposição. Esta seria uma coisa que eu gostaria de ver era V. Ex^a, numa mesa de conversações, como homem de Oposição, trocando de idéias com o Presidente Figueiredo...

O SR. ITAMAR FRANCO Senador Almir Pinto, V. Ex^a como Senador brilhante que é, poeta não menos brilhante, tenta fazer um jogo de palavras, e V. Ex^a há de perceber o que há pouco dizia em resposta ao meu nobre Líder. O Presidente da República deve fazer um teste. Acho que ele está até na obrigação de fazer este teste, já que persiste a dúvida de que ele é o coordenador, quando V. Ex^a diz que ele é o coordenador, e ele, mais na frente, diz que já não é mais o coordenador, porque não conseguiu até agora emoldurar o seu candidato. Evidentemente jamais vai conseguir emoldurar o seu candidato, porque só quem consegue emoldurar o candidato é o povo. O Senhor Presidente pode tentar colocar dentro deste quadro um candidato escolhido entre quatro paredes, mas jamais será um candidato escolhido pelo povo. Portanto, acho que o Presidente da República está nesta

obrigação, porque o que o PDS não pode é ficar escorregando nas frases, nas articulações intelectuais, no que, aliás, o nosso Senador Almir Pinto é mestre. Nós não podemos permitir que através de articulações, repito, intelectuais, o PDS não responda firmemente o que se cobra agora, neste plenário. Ele quer ou não quer as eleições diretas para Presidente da República?

O Sr. Benedito Ferreira — V. Ex^a me permite?

O SR. ITAMAR FRANCO — Com muito prazer, Senador Benedito Ferreira.

O Sr. Benedito Ferreira — Quero, inicialmente, aplaudir V. Ex^a que, inteligentemente, vem fazendo coro a esse realejo — a exemplo, lembro a V. Ex^a, do Senador Nelson Carneiro na sua campanha divorcista, fazendo com que até as crianças de 5 anos no Brasil ficassem divorcistas — um realejo que a Oposição vem tocando para a obtenção das eleições diretas para Presidente da República. É um artifício que V. Ex^a, como um dos mais brilhantes expoentes da Oposição, vem sabendo utilizar. Agora, V. Ex^a sabe — e não vai nisso nenhum despreço porque V. Ex^a sabe no particular, o quanto lhe quero bem, o quanto lhe admiro — que V. Ex^a está falando não para o Senado e sim para o público externo, porque, na realidade, no PDS não tem ninguém babando, não tem ninguém rasgando dinheiro, para tirar o cinturão, entregá-lo ao PMDB, às Oposições, para nos chicotear com o nosso próprio cinturão. V. Ex^as que consigam uma correia, um chicote, ou o próprio cinturão de V. Ex^a, mas tirar o nosso, querer que tiremos o nosso cinturão e o entreguemos a V. Ex^a para nos chicotear é pedir muito, Senador Itamar Franco. Por outro lado, fosse V. Ex^a um jovemzinho, nascido de 1960 para cá, quando as nossas experiências com eleições foram muito modificadas, realmente, e são muito poucas, sabe V. Ex^a que as eleições diretas sempre foram uma baleia; o povo nunca foi consultado na hora de se escolher candidatos. Sabe V. Ex^a, como homem experimentado que é, como prefeito que já foi da sua grande cidade, — aliás, um bom Prefeito de Juiz de Fora — sabe V. Ex^a que o povo nunca foi consultado na hora de as cúpulas partidárias escolherem candidato. Citaria a V. Ex^a o exemplo de um contemporâneo nosso, que foi, talvez, o único suprapartidário que, pela manifestação do povo, pelo seu prestígio pessoal, se impôs aos partidos políticos e chegou à Presidência da República — Jânio Quadros. E o resultado da presença de Jânio Quadros na Presidência da República, quero crer, para V. Ex^a e para os homens da nossa geração, dispensa comentário. Não bastasse esse exemplo muito recente, esse exemplo de quando o povo impõe a sua vontade, temos caso de quando o povo foi consultado lá na Palestina. Quando julgava-se Jesus Cristo, perguntou-se ao povo o que ele queria. Mandou soltar Barrabás e crucificar a Cristo. Outra vez em que permitiram ao povo se manifestasse como coletividade, temos o exemplo da Revolução Francesa — também não é desconhecido de V. Ex^a, e só comento o episódio para ilustrar e embasar minha argumentação. Sabe V. Ex^a o destino dos líderes da Revolução. Após a decapitação de Maria Antonieta e de sua corte de desavisados, tivemos o destino de Marat, de Robespierre, de Danton e de quantos outros foram ouvir o povo. Sabe V. Ex^a, como Líder autêntico que é, como condutor de massas do povo que é, na realidade o líder não anda a reboque da opinião pública. O líder conduz a opinião pública. Os líderes é que escolhem, na cúpula partidária, aquele que vai ser candidato. Pergunto a V. Ex^a: no caso de Minas Gerais, por exemplo, houve consulta prévia ao povo se o povo queria Tancredo Neves no Governo? V. Ex^a sabe que não foi assim. Logo o que importa na sistemática eleitoral é a liberdade de o Colégio Eleitoral, ou mesmo de os membros do partido poderem escolher aquele que mais consulta aos interesses dos representados pela liderança que escolhem. Então, se houver disputa numa convenção, não tenho dúvida, todos os dois métodos se equivalem. Congratulo-me com V. Ex^a

pelo brilhantismo com que impulsiona esse realejo, porque realmente é muito inteligente da Oposição querer que nós, inadvertidamente, tiremos o cinturão, tiremos a camisa e, nesse acordo de cavalheiros, V. Ex^as entram com a faca e nós, com as costas, pois, se na realidade temos a maioria tranqüila no Colégio Eleitoral, V. Ex^as terão de amargar, se é que será amargura, ter mais um Presidente do PDS por mais seis anos. Eram estas as minhas considerações, peço a V. Ex^a me desculpe por ter-me alongado tanto no aparte.

O Sr. Hélio Gueiros — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Vou ouvir V. Ex^a depois de responder ao Senador Benedito Ferreira.

Senador Benedito Ferreira, quando V. Ex^a falou em um Presidente do PDS por mais seis anos, permita-me bater na madeira três vezes, apenas para espantar. Vou acabar me convencendo de que Sua Excelência o Senhor Presidente da República está certo; ao que parece, o PDS não quer mesmo eleições diretas.

O Sr. Benedito Ferreira — Não quer mesmo.

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Ex^a falou que vamos tirar o cinturão, e usou a expressão "babando"

O Sr. Hélio Gueiros — É verdade.

O Sr. Benedito Ferreira — Não há ninguém babando.

O SR. ITAMAR FRANCO — Apenas, em vez de tirar o cinturão, ofereci um babadouro, porque, não há dúvida, temos que oferecer um babadouro ao PDS. Vamos chegar às eleições diretas para Presidente da República...

O Sr. Benedito Ferreira — Não há ninguém babando, Excelência.

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Ex^as é que vão ter que babar, porque vamos chegar às eleições diretas para Presidente da República. Já, neste instante, vou-lhe oferecer, com o devido respeito, um babadouro, porque, Senador Benedito Ferreira, não há quem segure as eleições diretas neste País. Nem essa parcela do PDS, que é uma parcela que, ao que parece, ainda não alcançou a verdade ou não teve a sensibilidade de sentir o pensamento da Nação brasileira.

O Sr. Hélio Gueiros — Permite V. Ex^a o aparte?

O SR. ITAMAR FRANCO — Ouço V. Ex^a com muita alegria.

O Sr. Hélio Gueiros — Nobre Senador Itamar Franco, é muito oportuna esta interpelação solene que V. Ex^a faz ao PDS, ante a declaração do Presidente da República de que quem está atrapalhando eleição direta para Presidente da República é o PDS. É preciso que se dê realmente a palavra oficialmente ao PDS, para que diga se está, ou não está de acordo com a declaração do Presidente da República. O nobre Senador João Lobo se mostrou partidário da eleição indireta. Neste ponto é que me permito discordar de S. Ex^a, porque, entendo que S. Ex^a está sendo infiel na Liderança do Governo. Note, eminente Senador Itamar Franco, que aqui existem não líderes do PDS, e sim líderes do Governo. As plaquetas todas que encontro nos corredores do Senado dizem que determinados Senadores são Líderes e Vice-Líderes do Governo. Então, se o Governo, que é representado pelo Senhor Presidente da República, declara que quer eleições diretas, creio que quem estiver na Liderança defendendo eleições indiretas está sendo infiel à liderança que lhe foi atribuída. Quanto à observação do Senador Benedito Ferreira, de que o Senador Nelson Carneiro foi infatigável na sua campanha, e conseguiu até que as crianças fossem divorcistas, devo dizer a S. Ex^a que, se o nobre representante do Rio de Janeiro conseguiu isso, foi porque o divórcio era uma aspiração nacional, e não

há nada demais que todos se tornem divorcistas. Na época, o divórcio era uma aspiração, para não dizer uma necessidade pessoal, como hoje a eleição direta é uma aspiração e uma necessidade nacional. De modo que o PMDB está certo em bater na questão da eleição direta, o Presidente da República está certo em bater na questão da eleição direta, porque, afinal de contas, água mole em pedra dura, tanto bate até que fura. Ainda sobre a observação do nobre Senador Benedito Ferreira, de que há dois mil anos, quando o povo foi chamado a escolher e escolheu Barrabás, e não a Cristo, S. Ex^a ficou vinte séculos atrás, porque, se S. Ex^a fizer essa apreciação hoje, vai verificar que bilhões de criaturas são hoje cristãs, convencidas de que aquela eventual opção do povo judeu foi mal feita, mas hoje está corrigida. Senador Itamar Franco, é muito oportuno e muito certo V. Ex^a cobrar uma definição do PDS. A Nação inteira viu a imagem e ouviu a palavra — foi um audiovisual, faço questão de dizer, porque existe um costume recente no Brasil de que, toda a vez que o Presidente da República diz coisa a um Senador ou Deputado, aparece logo o Sr. Carlos Átila para dizer que o deputado e o senador não entenderam bem o Presidente, que o Presidente não dissera aquilo. Neste caso, em que o Brasil inteiro, pelo sistema audiovisual, ouviu e viu o Presidente da República dizer que é partidário da eleição direta, e o seu Partido, o PDS, é contrário, há necessidade dessa interpelação. Temos que chamar o PDS à colação para dizer e o Presidente está realmente refletindo o pensamento do Partido.

O SR. ITAMAR FRANCO — Nobre Senador Hélio Gueiros, nada tenho a acrescentar ao seu aparte. V. Ex^a, com felicidade, complementou o pensamento que, nesta tarde, expendo na tribuna do Senado. Vamos continuar cobrando.

Sr. Presidente, vou encerrar, obedecendo à advertência que a Mesa faz.

No momento em que o Presidente da República se declara favorável às eleições diretas, vamos aguardar a voz oficial do Líder do Governo nesta Casa, na expectativa de que S. Ex^a venha, não digo desmentir ao Senhor Presidente da República, que seria uma maneira grosseira, mas que S. Ex^a venha dizer que, ao contrário do que pensa o Presidente Figueiredo, o seu Partido deseja realmente as eleições diretas. E o fazendo, ao contrário do que pensa o Senador Benedito Ferreira, ele não se pode já declarar vencido. Se vencido fosse, a vontade popular, também ao contrário do que pensa o Senador Benedito Ferreira, sempre se manifesta pela alternância de poder, pelo sopor de esperança e de fé que esta Nação neste momento está precisando.

Eu creio, Sr. Presidente, que, ao encerrar as minhas palavras, não estaria exagerando, ao contrário dos Líderes do PDS que se manifestaram nesta tarde, aqui, em aparte ao meu discurso, eu creio que Sua Excelência o Presidente da República, em Lagos, na Nigéria, reacendeu em cada um de nós a esperança e fé, de que, ao regressar ao País, vai enviar ao Congresso Nacional, para testar não às oposições brasileiras, mas para testar o seu Partido, vai enviar ao Congresso Nacional um projeto de emenda à Constituição estabelecendo as eleições diretas para o seu sucessor. Estará ele, assim, fazendo o coroamento do processo de abertura. E, ao contrário do que pensa o PDS, que estará orgulhoso mantendo as eleições indiretas, o povo brasileiro há de aplaudir o Presidente Figueiredo, permitindo que os brasileiros venha a participar dos seus destinos e não como agora, em que o povo e o Congresso Nacional estão completamente alheados dos destinos do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

ATO DO PRESIDENTE **Nº 117, DE 1983**

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2 de 1973, da Comissão Diretora, resolve exonerar, a pedido, Antonio Correa Pacheco, Técnico Legislativo, Classe Especial, Referência NS 25, aposentado, do cargo em comissão, de Chefe de Gabinete do Presidente do Senado Federal, código SF-DAS-101.4, a partir desta data.

Senado Federal, 11 de novembro de 1983. — Moneyr Dalla, Presidente.

SENADO FEDERAL **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA** **CONCURSO PÚBLICO** **ASSESSOR PARLAMENTAR** **Errata**

O item 3.8 do Edital (publicado no DCN-II, de 27-10-83, páginas 5.017 a 5.019) fica assim redigido:

"3.8 — Será obrigatório, em todas as provas, o uso da ortografia oficial."

Brasília, 16 de novembro de 1983. — Coordenação Geral — Prof.: Cláudio Lúcio Costa, p/Executor do Convênio — Henrique Santillo, 1^a Secretário.

SENADO FEDERAL **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA** **CONCURSO PÚBLICO** **ASSESSOR PARLAMENTAR** **Errata**

No "Manual de Programas e Instruções", os itens abaixo discriminados, relativos aos conteúdos da área de, ficam assim redigidos:

"12. MEC. Organização e atribuições (Decreto nº 87.062, de 29 de março de 1982, e demais Leis e Decretos pertinentes.)

16. Assuntos atinentes à educação pré-escolar.

26. CFDATE (Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação). Competência e atividades.

27. Recursos financeiros para a Educação. A função Educação no Orçamento Geral da União e dos Estados e Municípios. Recursos Orçamentários e de outras fontes: Salário-educação, loterias, incentivos fiscais, recursos creditícios — FAS e crédito educativo; Fundos de Participação; FNDE.

30. INAE (Instituto Nacional de Assistência ao Educando). Fundação de Assistência ao Estudante. Competências e atividades.

34. Cultura nacional. Legislação específica. MEC/SEC/CFE e a política setorial. FUNARTE. EMBRAFILME/CONCINE. EBC/TV.

35. Defesa do patrimônio histórico, cultural, artístico e científico. Fundação Nacional Pró-Memória. Legislação pertinente."

Brasília, 16 de novembro de 1983. — Coordenação Geral — Prof.: Cláudio Lúcio Costa, p/Executor do Convênio — Henrique Santillo, 1^a Secretário.

86ª REUNIÃO DO CONSELHO DE SUPERVISÃO **DO** **CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL** **CEGRAF**

ATA

Às dezessete horas do dia dezessete do mês de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e três, na sala

de reuniões do Conselho de Administração do Senado Federal, sob a Presidência do Dr. Aiman Nogueira da Gama, de acordo com delegação do Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal — Senador Moneyr Dalla — presentes os Conselheiros Luiz do Nascimento Monteiro, Sarah Abrahão, Luciano de Figueiredo Mesquita e Aloisio Barbosa de Souza, presentes, também, Rudy Maurer, Luiz Carlos Bastos, Florian Augusto Coutinho Madruga, Maria de Nazaré Pinheiro Carneiro, João de Moraes Silva e Aguciel da Silva Maia, respectivamente, Diretor Administrativo, Diretor Industrial, Diretor Adjunto, Assessora Jurídica, Assessor Administrativo e Auditor do CEGRAF, reuniu-se o Conselho de Supervisão do Centro Gráfico do Senado Federal. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente — Dr. Aiman Nogueira da Gama — passa a palavra ao Conselheiro Luiz do Nascimento Monteiro que apresenta parecer homologatório sobre o processo nº 01608/83-CEGRAF, referente à Tomada de Preços nº 007/83, objetivando o recapeamento e a pintura de cilindros (rolos entintadores e molhadores de máquinas impressoras) que, segunda o parecer técnico do Órgão especializado, sugere a recuperação para utilização das repartições industriais. Em seu parecer o Conselheiro — Luiz do Nascimento Monteiro — diz que o exame detido de toda a documentação leva a concluir que: a) foram obedecidos os parâmetros legais e regulamentares que regem a matéria; b) com base nas informações técnicas competentes, é imperativa a recuperação das peças especificadas no Edital; e c) para a despesa no valor de Cr\$ 5.480.000,00 (cinco milhões, quatrocentos e oitenta mil cruzeiros), a ser contratada até 25 de novembro do corrente — prazo de validade da proposta — existe disponibilidade orçamentária. Assim sendo, somos pela homologação da Tomada de Preços em epígrafe, para que suste os efeitos necessários. A seguir, a matéria é colocada em discussão e não havendo quem se manifeste, a mesma é colocada em votação, sendo a seguir aprovada. Passando-se ao segundo item da pauta, o Senhor Presidente apresenta parecer favorável sobre processo nº 2.303/82 — CEGRAF, em que a Servidora Maria de Nazaré Pinheiro Gico solicita o pagamento da gratificação de produtividade, instituída pelo Decreto-lei nº 1.445, de 13-2-76. Após a exposição do Senhor Presidente, a matéria é colocada em discussão sendo amplamente debatida por todos os Conselheiros. Logo após, a mesma é aprovada por unanimidade, ficando estabelecido que os efeitos financeiros deverão vigorar a partir de 30-11-82 (data do requerimento). Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Presidente — Dr. Aiman Nogueira da Gama — apresenta aos demais membros do Conselho parecer sobre o processo nº 1.945/83 — CEGRAF, em que o Diretor Executivo, através do ofício nº 0163/83 — DE solicita alteração complementar no Plano de Classificação de Empregos do CEGRAF. Após a apresentação do parecer, a matéria é apreciada minuciosamente por todos os Conselheiros que em consenso dão, também, parecer favorável, sendo a seguir aprovada por todos. Em continuidade à reunião, o Senhor Presidente expõe aos demais membros do Conselho de Supervisão o conteúdo do processo nº 1.958/83 — CEGRAF, esclarecendo que faz-se necessário uma regulamentação de estágios nas dependências do CEGRAF. Após debates por parte de todos os presentes, a matéria é dada como aprovada pelo Senhor Presidente. Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, o Senhor Presidente — Dr. Aiman Nogueira da Gama — declara encerrados os trabalhos e para constar Eu, Maurício Silva, Secretário deste Conselho de Supervisão, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos demais Membros. Brasília, 17 de novembro de 1983. — Aiman Nogueira da Gama, Presidente em exercício — Luiz do Nascimento Monteiro, Membro — Sarah Abrahão, Membro — Luciano de Figueiredo Mesquita, Membro — Aloisio Barbosa de Souza, Membro.

- PDS**
1. João Calmon
 2. Luiz Viana
 3. José Sarney
 4. Octavio Cardoso
 5. Eunice Michiles
 6. Aderbal Jurema

- PMDB**
1. Fernando Henrique Cardoso
 2. Gastão Müller
 3. Álvaro Dias
 1. José Fragelli
 2. José Ignácio Ferreira

Assistente: Sérgio da Fonseca Braga — Ramal 3492
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal 3546

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)
(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Itamar Franco
Vice-Presidente: José Lins

- | Titulares | Suplentes |
|-----------------------|----------------------|
| 1. Amaral Peixoto | 1. Lourival Baptista |
| 2. Jorge Bornhausen | 2. João Lúcio |
| 3. Amaral Furlan | 3. Iris Célia |
| 4. Albano Franco | 4. Benedito Canelas |
| 5. Gabriel Hermes | 5. Octavio Cardoso |
| 6. João Castelo | 6. Passos Porto |
| 7. Guilherme Palmeira | 7. Almir Pinto |
| 8. Jutahy Magalhães | |
| 9. Roberto Campos | |
| 10. Virgílio Távora | |
| 11. José Lins | |

- PMDB**
1. Itamar Franco
 2. José Fragelli
 3. Pedro Simon
 4. Severo Gomes
 5. Fábio Lucena
 1. Saldanha Derzi
 2. Afonso Camargo
 3. Hélio Gueiros

- PDT**
1. Roberto Saturnino

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 3493
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho
— Anexo das Comissões — Ramal 4323

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)
(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jutahy Magalhães
Vice-Presidente: Fernando Henrique Cardoso

- | Titulares | Suplentes |
|---------------------|------------------|
| 1. Jutahy Magalhães | 1. Albano Franco |
| 2. Gabriel Hermes | 2. João Calmon |
| 3. Carlos Chiarelli | 3. Iris Célia |
| 4. Eunice Michiles | 4. João Lúcio |
| 5. Aldevir Leal | |
| 6. Helvécio Nunes | |

- PMDB**
1. José Ignácio Ferreira
 2. Fernando Henrique Cardoso
 3. Hélio Gueiros
 1. Álvaro Dias
 2. Pedro Simon

Assistente: Luiz Cláudio de Brito — Ramal 3496
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal 3339

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gabriel Hermes
Vice-Presidente: Odacir Soares

- | Titulares | Suplentes |
|--------------------|-------------------|
| 1. Gabriel Hermes | 1. Amaral Furlan |
| 2. Luiz Cavalcante | 2. Carlos Alberto |
| 3. José Lins | 3. |
| 4. Dinarte Mariz | |
| 5. Odacir Soares | |

- PMDB**
1. Hélio Gueiros
 2. Alberto Silva
 1. Afonso Camargo
 2. Fábio Lucena

Assistente: Francisco Gonçalves Pereira — Ramal 4026
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal 3652

COMISSÃO DE MUNICÍPIOS — (CM)
(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Passos Porto
Vice-Presidente: Nelson Carneiro

- | Titulares | Suplentes |
|----------------------|----------------------|
| 1. Passos Porto | 1. Jutahy Magalhães |
| 2. Lomanto Júnior | 2. José Lins |
| 3. Almir Pinto | 3. Eunice Michiles |
| 4. Benedito Canelas | 4. Odacir Soares |
| 5. Benedito Ferreira | 5. Lourival Baptista |
| 6. João Lúcio | 6. |
| 7. João Lobo | 7. |
| 8. Galvão Modesto | |
| 9. Iris Célia | |
| 10. Carlos Alberto | |
| 11. Jorge Bornhausen | |

- PMDB**
1. Mário Maia
 2. Alfredo Campos
 3. José Ignácio Ferreira
 4. Marcelo Miranda
 5. Enéas Faria
 1. Gastão Müller
 2. Derval de Paiva
 3. Itamar Franco

- PTB**
1. Nelson Carneiro

Assistente: Francisco Gonçalves Pereira — Ramal 4026
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal 3122

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)
(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Lomanto Júnior
Vice-Presidente: João Lobo

- | Titulares | Suplentes |
|---------------------|-----------------|
| 1. João Lobo | 1. Iris Célia |
| 2. Lomanto Júnior | 2. Passos Porto |
| 3. Claudionor Roriz | 3. José Lins |

- PMDB**
1. Alberto Silva
 2. Saldanha Derzi
 1. Alfredo Campos

Assistente: Fátima Abrahão Kohlrausch — Ramal 3246
Reuniões: Quintas-feiras, às 14:00 horas
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal 3121

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)
(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Luiz Viana
1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi
2º-Vice-Presidente: Amaral Peixoto

- | Titulares | Suplentes |
|----------------------|-----------------------|
| 1. Luiz Viana | 1. Lomanto Júnior |
| 2. Amaral Peixoto | 2. Guilherme Palmeira |
| 3. Octavio Cardoso | 3. Murilo Badaró |
| 4. Dinarte Mariz | 4. João Castelo |
| 5. Roberto Campos | 5. Martins Filho |
| 6. João Calmon | |
| 7. Virgílio Távora | |
| 8. Lourival Baptista | |
| 9. Marco Maciel | |

- PMDB**
1. Enéas Faria
 2. Severo Gomes
 3. Itamar Franco
 4. Saldanha Derzi
 5. Pedro Simon
 1. Álvaro Dias
 2. José Fragelli
 3. Gastão Müller

- PTB**
1. Nelson Carneiro

Assistente: Paulo Roberto A. Campos — Ramal 3497
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho
— Anexo das Comissões — Ramal 3254

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Mário Maia
Vice-Presidente: Claudionor Roriz

- | Titulares | Suplentes |
|----------------------|---------------------|
| 1. Eunice Michiles | 1. Lomanto Júnior |
| 2. Claudionor Roriz | 2. Jorge Bornhausen |
| 3. Almir Pinto | 3. |
| 4. Lourival Baptista | |
| 5. Marcondes Gadelha | |

- PMDB**
1. Mário Maia
 2. Marcelo Miranda
 1. Derval de Paiva
 2. Saldanha Derzi

Assistente: Paulo Roberto A. Campos — Ramal 3497
Reuniões: Terças-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa
— Anexo das Comissões — Ramal 3020

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dinarte Mariz
Vice-Presidente: Almir Pinto

- | Titulares | Suplentes |
|---------------------|----------------------|
| 1. Dinarte Mariz | 1. Lourival Baptista |
| 2. Aldevir Leal | 2. José Lins |
| 3. Passos Porto | 3. |
| 4. Jorge Bornhausen | |
| 5. Almir Pinto | |